

Introdução

Florianópolis, capital de Santa Catarina. Sexta-feira, agosto de 1997. Às 23 horas e 50 minutos o papo corria solto. Havíamos comido tainha assada e bebido cerveja. Várias histórias e estórias tinham circulado pela mesa. Seu Nimar relatava os piqueniques de caminhão nos recantos então longínquos da ilha de Santa Catarina, cujos acessos eram por estradas de chão ou por simples trilhas. Falava da praia próxima ao antigo campo de futebol do Avaí, aliás hoje ocupado por um shopping.. Dona Terezinha, orgulhosa e emocionada, nos mostrava a foto do pai, o “Nizeta”, ex-jogador do Avaí, e nos falava das charretes que circulavam pelo centro da cidade. Fernando, o filho, contava do mar junto à praça XV, e também do bisavô Anphilóquio, jornalista e redator dos discursos de Nereu Ramos. Enfim, ao redor da mesa, das tainhas e das cervejas, os relatos iam formando um quadro do espaço, do tempo e da cultura da Florianópolis de alguns anos atrás. Para quem pretendia pesquisar o lazer nesta cidade, aquilo tudo era um prato cheio. As tainhas, as cervejas e os relatos ... As histórias, contadas com o sotaque próprio da descendência açoriana, eram coloridas por esse jeito, para mim, diferente de falar e de dizer. A noite prometia ...

Mas, chegada a meia-noite, impôs-se o tempo. Eis que o último ônibus que poderia me levar de volta para casa era à meia-noite e vinte minutos. Pronto: era o fim de uma bela noite de histórias e prazer. Na “Capital Turística do Mercosul” não havia transporte coletivo durante a madrugada. Restou-me, então, aguardar na parada do ônibus, o melancólico final daquela sexta-feira.

Assim como eu, naquela noite, por certo outros tantos moradores de Florianópolis foram obrigados a abandonar encontros, conversas, jogos, festas, jantares, aniversários. Outras pessoas, nem sequer saíram de suas casas, já prevendo o tempo curto das noites de divertimento para quem depende do transporte coletivo.

Talvez algumas pessoas tivessem saído de casa, se o cinema mais próximo não ficasse no centro da cidade, ou se houvesse alguma sala de exibição ou de teatro nas imediações de sua residência. Ou, ainda, se a escola de sua comunidade funcionasse nos fins de semana como um centro de cultura, de encontro, de celebração da vida.

No entanto, o que tenho observado é uma organização da cidade que contribui para a exclusão. Um espaço urbano onde os equipamentos de entretenimento destinados ao

público em geral são reduzidos e carentes de boa manutenção. Uma exclusão que significa a negação, à maioria da população, do acesso ao encontro, às vivências culturais, aos prazeres da vida, enfim, àquilo que hoje conhecemos pelo nome de lazer. Uma exclusão que se dá, nos moldes da globalização, pelo fato da pessoa ser ou não consumidora de bens e de produtos, incluídos aí os sonhos fabricados pela poderosa indústria do divertimento.

É este o tema desta pesquisa: as intenções do poder público municipal na direção do lazer. Mais precisamente, o que determinou a ação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, na Gestão Sérgio Grandó (1993/1996), no tocante às políticas públicas setoriais de lazer, que a meu ver deveriam significar, a priori, muito mais que a elaboração de calendários de eventos para a cidade, senão que, um profundo repensar na forma de organizar os espaços públicos onde convivem seus habitantes.

Não vivemos mais a Administração Popular (AP) de Florianópolis. Certamente as pessoas que integraram aquele Governo, ou que de uma forma ou de outra se envolveram com ele, devem já ter feito suas avaliações acerca dos acertos e das falhas ocorridas. Devem já ter refletido sobre cada um dos setores que exigiam recursos e soluções para os problemas mais diversos. Sobretudo os setores considerados “essenciais”, a educação, a saúde, o transporte, o lazer. Sim, o lazer é também essencial para todos, tanto quanto a alimentação, a qualidade do ar que respiramos ou a segurança que não temos. Nesta sociedade urbana alucinada, onde tempo mais do que nunca é dinheiro, onde espaço vazio significa especulação, onde as culturas são transformadas em objeto de consumo e onde as pessoas são classificadas pela existência ou não de saldo bancário (ou pelo menos crédito), o lazer aparece como o espaço e o tempo de uma necessária reconstrução cultural.

Partindo, pois, desse pressuposto, do lazer como espaço e tempo essenciais para a realização plena da condição humana, discuto neste trabalho o que moveu a Administração Popular de Florianópolis no sentido de desenvolver uma política social pública voltada ao atendimento das necessidades da população, referentes ao lazer. Faço isso com a intenção de oferecer uma contribuição para as discussões futuras que os florianopolitanos venham a fazer sobre as políticas públicas de lazer.

Abrindo mão, portanto, de minha pretensão inicial de formular uma proposta de política pública de lazer, *centrei esta pesquisa na busca da compreensão das concepções que nortearam a elaboração das políticas municipais para o setor lazer*. Acredito que esse

seja um passo importante para futuras elaborações, pois servirá como *um* diagnóstico, o que por certo poderá servir de ponto de partida para novas realizações.

Essa pesquisa, definitiva e concretamente, não teve por finalidade apresentar *a verdade*, mas propiciar, através de um estudo de caso, a possibilidade de refletir criticamente sobre o tema em questão. Não visou formar um quadro referencial a partir do qual deverão se orientar as futuras políticas públicas de lazer. Pretende, isto sim, ampliar as reflexões acerca do papel do poder público e sua relação com o fenômeno lazer. O objetivo desse estudo foi *identificar os pressupostos que orientaram a Frente Popular (FP) de Florianópolis na elaboração de sua proposta de política pública para o lazer*. Essa foi a questão central, mas por certo não a única, muito menos a necessária e suficiente para a elucidação completa de um tema tão complexo.

Procurei responder a outras questões que surgiram no decorrer da pesquisa, que correspondem a objetivos específicos e que contribuíram para uma melhor compreensão do fato estudado. Foram elas:

- a) havia na proposta da Frente Popular uma preocupação em disputar o tempo disponível dos trabalhadores urbanos, oferecendo à comunidade alternativas aos produtos da *indústria cultural*?
- b) as propostas setoriais de lazer estavam conectadas com as demais políticas setoriais?
- c) que conceito de lazer podemos extrair da proposta da Frente Popular?
- d) as ações propostas apontam para uma mudança de concepção na forma de governar, no sentido de privilegiar a participação da maioria da população na tomada de decisões?
- e) havia na proposta a preocupação com a manutenção e/ou ampliação de espaços destinados ao lazer?
- f) qual a proposta de participação popular na formulação das políticas públicas de lazer?

No entanto, embora desejando sempre o que é hoje impossível, desenvolvi este estudo com a certeza de que seria apenas um passo a mais em direção ao horizonte, rumo à utopia que me faz caminhar. Cumprindo o objetivo e elucidando as questões acima expostas, espero ter dado o passo a que este trabalho se propõe.

“A ciência vive do desafio morredouro de descobrir realidade que, sempre de novo, ao mesmo tempo se descobre e se esconde. Possivelmente esta marca é comum também à realidade natural, mas é sobretudo característica da realidade social. ‘O

que se vê', de modo geral, não é, nem de longe, a parte principal e, na conseqüência, o que está nos dados muitas vezes é manifestação secundária, ocasional, superficial."

Demo, 1996:19.

A intenção desta pesquisa era descobrir a *parte principal*, que muitas vezes não está contida nos textos, mas no contexto, nas entrelinhas do que foi dito e por ter sido dito, está escrito. Mas o desafio é maior quando se busca identificar o que está dito mas não está escrito, ou seja, quando buscamos contextualizar histórica e socialmente a interpretação dos textos.

Partindo da constatação da realidade, a pesquisa caminhou no rumo da interpretação dos textos contidos nas fontes que logo serão enunciadas. O objetivo era buscar os sentidos, *"ou seja, o conteúdo típico humano que se imprime a qualquer contexto histórico, no qual não existem apenas fatos dados, acontecimentos externos, mas também 'significação', 'sentido', 'valores' (Demo, 1989:249).*

Sem dúvida que a proposta de Thompson (1995:357) de uma "metodologia da interpretação" com base na "hermenêutica de profundidade"¹, como referencial metodológico para as pesquisas na área das ciências sociais, contribuiu para a definição dos caminhos percorridos.

No entanto, mais do que definir a priori uma metodologia como norte da investigação, julguei prudente permanecer permeável às influências do caminho, pois *"se os caminhos se fazem andando, também o método não é senão o discurso dos passos andados, certamente muito pertinente para a certificação social do trabalho concluído, mas de pouca serventia para a orientação do que se há de fazer"* (Marques, 1997:114-115).

Esta idéia de Marques é importante, pois indica a construção de uma *"pesquisa que se organiza e se reconstrói de contínuo harmonizando seus distintos momentos"* (Idem, 114). É possível que essa postura venha a revelar uma atitude vacilante, mas por certo ela foi fruto da tentativa de uma ação livre de amarras, constituindo a relação do pesquisador com o objeto de maneira criativa e criteriosa, mas sem a fixação de regras pré e rigidamente definidas. Talvez seja ousadia, talvez seja uma fuga. Penso que somente uma avaliação futura do trabalho e o fazer da história proporcionem alguma relativa e momentânea certeza.

¹ A "hermenêutica de profundidade" é apresentada por **Thompson**, Jonh B. (1995), nas páginas 355 a 418.

“Na pesquisa, como em toda a obra de arte, a segurança se produz na incerteza dos caminhos. Aqui também muito tempo se perde e muitas angústias se acumulam à procura de um método adequado e seguro”.

Idem, 114

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foram analisados os textos referentes às propostas da Frente Popular de 1992, tanto para o setor lazer como para o conjunto da administração municipal. Assim, constituiu-se em peça fundamental para o estudo o documento intitulado: “AGORA A VEZ DO POVO — FRENTE POPULAR — PROGRAMA DE AÇÃO DE GOVERNO” (PAG).

Para melhor compreensão da proposta contida no documento citado acima, foram também objeto de análise os seguintes documentos, referentes a projetos da Fundação Municipal de Esporte (FME) da Prefeitura Municipal de Florianópolis, na gestão da Frente Popular:

- Projeto Pintando o Sete
- Projeto Lazer de Todos
- Projeto Esporte Solidário
- Projeto Esporte Comunitário
- Projeto de Ocupação do Aterro da Baía Sul
- Projeto Natação Popular

Com a mesma intenção foram estudados exemplares do “INFORM AÇÃO” — boletim da FME. Esses boletins, bem como os projetos, embora sejam, obviamente, posteriores à eleição, foram importantes para uma melhor compreensão da proposta, pois possibilitaram confrontar as idéias com alguns aspectos de sua implementação, o que ajudou no entendimento do norte dado na elaboração do programa setorial para o lazer

Foram também alvo de estudo os seguintes documentos:

- Uma Experiência na Área do Lazer - Relato do trabalho desenvolvido pela Administração Popular 93/96;
- Coletivo de Educação Física - outros escritos e observações sobre a F.M.E. na gestão da F.P.

Essas foram as fontes de informação utilizadas. Esse material foi recolhido junto a ex-integrantes da administração municipal e a militantes políticos que contribuíram na elaboração e/ou execução do programa de governo da Frente Popular.

Por fim, como dito há pouco, os caminhos se fazem andando e assim pretendi que se fizesse este trabalho, que é parte de um caminho que se vem fazendo e refazendo a todo o instante. Com tranquilidade, sem muitos sobressaltos, porém, com a certeza de que a dúvida é uma aliada importante na construção de qualquer conhecimento.

Capítulo I

A TEMÁTICA E O LUGAR DA PESQUISA

Visando cobrir os diversos elementos constituidores da realidade estudada, busquei identificar a temática, o espaço onde se verificou a experiência administrativa a ser investigada e o foco central do estudo, as políticas públicas de lazer. Para isso foi pensado o desdobramento desta contextualização em três itens:

1. Lazer: a Temática da Hora
2. A Cidade de Florianópolis
 - 2.1. Outros relatos sobre a Cidade
3. Políticas Públicas e Lazer

1. Lazer: a temática da hora

Sou um militante político do campo democrático-popular e desempenho minhas atividades profissionais, na área da Educação Física, em uma universidade pública, a Universidade Federal do Rio Grande — FURG, na cidade do Rio Grande, na região sul do Rio Grande do Sul.

Comecei a interessar-me pela temática do lazer a partir das discussões desenvolvidas a respeito da direção a ser dada à disciplina Práticas Desportivas, que então (1992) era obrigatória no 3º grau. Na mesma época, em um curso de extensão que tratava do lazer como conteúdo da educação física escolar, ouvi de um colega que trabalhava em uma pequena cidade da serra gaúcha (Nova Petrópolis), a seguinte pergunta:

O que eu, como professor de educação física, posso fazer para que as pessoas sejam felizes ?

Esta questão aparentemente simples, formulada com a mais profunda sinceridade, ficou marcada em minha memória e, vez por outra, retorna a ecoar, martelando com insistência, como que exigindo sempre uma resposta.

Pois o que eu, professor de Práticas Desportivas — trabalhando com estudantes universitários por demais preocupados com o mercado de trabalho — poderia contribuir, do ponto de vista acadêmico, para a felicidade das pessoas ?

A par de minha atividade política, era preciso buscar, no âmbito da academia, uma ação que colaborasse no sentido da qualificação de minhas atividades profissionais e políticas. Ou seja, desde logo me apresento como um defensor da indissociabilidade entre a pedagogia e a política, eis que uma é resultante e definidora da outra.

Assim é que vislumbrei, a partir das discussões, do curso e da pergunta acima referidas, a temática do lazer como veículo de uma possível contribuição para o bem-estar das pessoas. E por isso comecei a caminhar no sentido da compreensão deste fenômeno cada vez mais importante para as sociedades neste final de século. Tão importante que, no dia 16 de junho de 1998, foi lançada a “*Carta de Goiânia*”, onde Secretários Municipais de desporto e lazer de várias capitais de Estado, criaram a “*Associação Nacional de Secretários Municipais de Esportes e Lazer*”, e entre outras reivindicações encaminhadas ao Presidente da República e ao Congresso Nacional, solicitaram a criação do “*Ministério do Desporto e do Lazer*”.

Em um país onde a concentração de renda é uma das piores do mundo e onde os índices de desenvolvimento humano são vergonhosos e alarmantes, pode parecer que tal reivindicação seja um despropósito. Ainda mais se pensarmos na liquidação geral que este Governo Federal vem fazendo, vendendo o patrimônio nacional e diminuindo ainda mais a já escassa capacidade de intervenção do combalido Estado brasileiro.

Pois foi na contramão do neoliberalismo que fui buscar um problema para investigar. Justamente na atuação do Estado no que diz respeito ao atendimento de demandas sociais essenciais para a ampliação da qualidade de vida dos habitantes das cidades.

Por isso queria saber *que concepções nortearam a atuação da Administração Popular de Florianópolis — 1993/1996, na formulação das políticas públicas de lazer.*

E por que analisar uma Administração Popular ? Porque entendo que um governo popular deve ser agente primeiro de políticas voltadas para a *inclusão social*.

Identificar essas concepções e os seus desdobramentos, poderia representar uma contribuição para novas avaliações e elaborações acerca do tema. Da mesma forma, esperava poder elucidar outras questões que por certo surgiriam ao longo do estudo.

Como isso pode vir ao encontro da felicidade e do bem-estar das pessoas?

Não sei com certeza, mas acredito que poderá ajudar a ampliar a discussão de uma temática que tem sido relegada, pelos governos de direita, de centro e de esquerda, à

planos secundários. E se essa ampliação acontecer, por certo muitas pessoas se envolverão na discussão sobre lazer, cultura, sociedade, tempo, espaço, poesia, felicidade... E aí nos restará a certeza e a alegria da contribuição, pois em uma sociedade que não pode parar de produzir e consumir bens, ajudar a abrir mais a fenda por onde é possível ver e sentir os equívocos e desacertos em seu interior, por certo já significa uma razoável contribuição.

É pois, acreditando no potencial humanizante de um Estado radicalmente democrático que me aventuro a sonhar com a ampliação deste Estado na formulação de políticas sociais que nos possibilitem caminhar no sentido de nos tornarmos realmente humanos e é na interface entre lazer, cultura, estado e sociedade que busco identificar possibilidades da realização desse sonho.

O Clube

Os donos do poder no Brasil vivem num clube fechado, no qual só entra quem lhes convém. Mas é um clube curioso. Pelas suas janelas, não são os sócios do clube que vêem a história acontecer aqui fora. São os do lado de fora que vêem a história do seu país acontecer lá dentro. Ela acontece: períodos se sucedem, grupos progridem e declinam, a economia muda, o poder se desloca. Mas nada dessa pantomima de transformações afeta o Brasil do lado de fora, o grande e miserável país dos que não são sócios. (...) O clube tem uma das dez maiores economias do mundo. Já o país que cerca o clube tem alguns dos piores índices do mundo nas áreas da saúde, educação e qualidade de vida. Não se espera uma mudança voluntária nos estatutos do clube para que todo mundo possa entrar - é preciso pensar nos tapetes e nos lustres - mas pelo menos um pouco da história do Brasil poderia começar a acontecer aqui fora, e a condicionar a pantomima de poucos lá dentro. (...) Mas alguns sócios começam a se dar conta que existe alguma coisa lá fora, que aquelas caras prensadas na vidraça não são só de curiosos. São de gente que não se contenta mais em só assistir sua história, a salivar com os banquetes”.

Luís Fernando Veríssimo, 1994.

A prefeitura municipal é uma das instâncias por onde o Estado se expressa na formulação de políticas sociais. Compreendendo o lazer como essencial para o bem estar dos cidadãos, penso que é justo e necessário conhecer o que tem sido feito enquanto política

setorial, no âmbito da esfera pública municipal. Afinal, em uma matéria jornalística de 25 de março de 1996 na Folha de São Paulo² (Citada por Castellani, In Marcellino, 1996:12), era informado que *“nunca se investiu tanto em lazer no Brasil como agora”*. Quem está investindo tanto em lazer no Brasil?

Segundo a reportagem da Folha, *“...os projetos já anunciados somam mais de 500 milhões de dólares. Grandes grupos empresariais estrangeiros e bancos estão liderando essa corrida, que conta ainda com o apoio do BNDES. Hoje - afirma ela - a indústria do lazer no país movimenta cerca de 250 milhões, segundo a ADRIBA, associação que reúne empresas do setor.”*

As cifras envolvidas são elevadíssimas e o crescimento no faturamento da indústria do lazer é notório. Quem está sendo atendido por essa fabulosa usina de bem estar? Deve ou não o poder público investir também em políticas sociais no setor lazer?

Em resposta à primeira pergunta é possível responder que *“os não sócios do clube”* estão excluídos daqueles benefícios. Acredito que os 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza absoluta também estejam excluídos. E, certamente, as 400 mil crianças que anualmente morrem de fome, não terão jamais a menor chance de se verem um dia incluídas no *“clube”*. Finalmente, dificilmente os 40% mais pobres, que ficam com apenas 7% do PIB, terão a possibilidade de verem seus desejos de bem estar atendidos pela indústria do lazer.³ À segunda indagação cabe ainda um adendo:

“Diante dessa avalanche de iniciativas privadas no campo do Lazer, cabe a pergunta a respeito da capacidade de resposta que a esfera governamental vem demonstrando possuir, no que tange à implementação de políticas para o setor. Tradicionalmente, estiveram elas balizadas pela concepção funcionalista, em suas mais distintas matizes, (...) Nesse particular, conta-se às centenas as experiências de governos, municipais, estaduais e mesmo federal (...) espelhadas nas abordagens compensatória, utilitarista, moralista e romântica - notadamente nas duas primeiras, ensopadas pelas duas últimas.”

² A autora da matéria citada é Célia de Gouvêa Franco.

³ Os dados aqui referidos foram citados por Lino Castellani Filho, In “Políticas Públicas Setoriais de Lazer” (1996:10), cujo organizador é Nelson Carvalho Marcellino. Constam no Relatório do UNICEF sobre a Situação Mundial da Infância (1995).

Castellani, 1996:16

É possível pensarmos a inclusão do lazer no rol das políticas a serem desenvolvidas pelas instituições públicas, a partir da sua compreensão como um fenômeno essencial para uma vida saudável. Pois como bem nos lembra Milton Santos, “*quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque essenciais*” (Apud Pelegrin, 1996:32).

Portanto, mereceria, sim, o lazer ser alvo de um amplo planejamento por parte do poder público no sentido da organização do espaço urbano e dos recursos humanos e materiais necessários e suficientes para o atendimento das reais necessidades da população. Se ao fazê-lo, a prefeitura municipal opta por estratégias mais ou menos democráticas, ou trilha o caminho dos calendários de eventos e mega-programas pensados por burocratas em seus gabinetes, é uma questão que merece apurada análise. Com certeza, na perspectiva do lazer enquanto uma reivindicação social, nos marcos da organização social e das cidades atuais, não pode o poder público esquivar-se da obrigação de pensar, planejar, propor e executar políticas setoriais de lazer.

Nessa sociedade, onde predomina a necessidade da incessante geração de lucro, a produção passa a ser o centro de toda a atividade. Todo o tempo deve à ela ser destinado. As pessoas são valorizadas enquanto “*úteis*” à sociedade. Mesmo o lazer, dentro dessa visão, para ser aceito precisa de critérios de utilidade, como o da “*promoção social*”, expresso em nossa Carta Magna:

“O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.”

Título VIII, Cap. III, Seção III, Do Desporto, Art. 217, § 3º do item IV

Muitos defensores do capital esqueceram ou desconhecem que, desde as comunidades primitivas, o ócio foi fundamental para a descoberta de novas técnicas e para a criação dos “*rudimentos mais grosseiros daquilo que, posteriormente, viria a se chamar ciência, cultura, ideologias*” (Ponce,1986:24) . Também na Grécia antiga, bem como em Roma, o ócio era visto pelas “*classes superiores*” como a possibilidade para o desenvolvimento de suas reflexões no campo das artes e das ciências. Ainda no século XIX a toda poderosa burguesia reservava para seus filhos uma educação especial - o ensino médio - onde era cultivado o “*ócio digno*” (Ponce,1986:147).

Esse é o modelo que acompanha as sociedades divididas em classes sociais. Quem oprime tem direito a tudo, inclusive ao ócio. Quem é oprimido trabalha para garantir os direitos dos opressores.

A discussão a que me propus é precisamente sobre a possibilidade dos trabalhadores também terem a oportunidade de exercerem suas liberdades, em tempos e espaços por eles escolhidos, com conteúdos e formas por eles determinados.

Partindo da idéia de que hoje há na sociedade um controle externo dos tempos e dos espaços das classes trabalhadoras, procurei discutir a atuação do poder público no sentido da legitimação ou não desse controle. Parti do entendimento que era preciso fazer um diagnóstico das ações já empreendidas, para conseguir identificar a concepção que orientou aquelas ações. Porque, como já foi dito, *“muito tem sido feito no setor, o que em alguns casos não significa ausência de recursos, mas má utilização, devido a ausência de parâmetros norteadores da ação”* (Marcellino, 1996:01).

Que tempo e que espaço são esses a que me referi?

Falo especificamente de um tempo que não é o da longa jornada de trabalho, incluídos aí os períodos de deslocamento e um sem número de horas extras para a complementação da renda. E é preciso ainda considerar a dupla jornada de trabalho das mulheres e os “bicos” realizados por muitos trabalhadores após o horário de expediente. Ainda há as obrigações familiares, as escolares e as sociais.

Refiro-me então a um tempo liberado de qualquer uma dessas obrigações, o que comumente é denominado de “tempo livre” e ao qual, também optei por chamar de *“tempo disponível”*, porque *“do ponto de vista histórico, tempo algum pode ser entendido como livre de coação ou normas de conduta social”* (Marcellino,1996:08).

Pensando o tempo como uma categoria chave para a definição de lazer, identifiquei duas correntes, e ao explicitá-las, espero situar um parâmetro para a análise das ações.

Uma primeira corrente vê, no tempo disponível do trabalhador, mais uma oportunidade de mercado, transformando os indivíduos em desavisados consumidores dos

produtos da “indústria cultural”⁴, fazendo deste pequeno tempo um momento de recomposição de energias e compensação da dura jornada de trabalho. Essa corrente compreende o ócio como algo extremamente pernicioso, pois aí prevalece a idéia do tempo perdido, com base nos princípios de produtividade e acumulação. A visão expressa a seguir contribui para a caracterização dessa corrente:

"Como todo profissional, o animador do lazer tem uma missão específica, com alvo certo no atendimento da pessoa. É o técnico que se dedica a ocupar salutarmente as pessoas que dispõem de tempo livre (...) O profissional do lazer e recreação é o técnico que sabe ocupar. Assemelha-se ao padre e ao médico. O padre, pelo exercício do sacerdócio, conserva a saúde espiritual e moral da pessoa. O médico atende a saúde física. E o técnico de lazer contribui para a manutenção da saúde social."

Stefani, Apud Marcellino,1990:39

Fica assim evidente o caráter conservador e funcionalista dessa visão, que compreende o lazer como um fator que ajuda *"... a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas, socialmente aceitas e moralmente corretas."* (Requixa, apud Marcellino,1990:38)

A segunda vertente pressupõe a compreensão do conjunto onde ocorrem as práticas sociais denominadas de lazer, ou seja, começa por negar o estado natural da sociedade e suas relações, contesta o caráter compensatório e alienante/alienado de uma prática desprovida de significado para os seus participantes. Nesse sentido vale recorrer novamente a Marcellino para que fique melhor esclarecida a idéia central dessa chamada segunda vertente.

"Contrapõe-se a essa visão do lazer como instrumento de dominação, aquela que o entende como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças

⁴ Segundo Jonh B. Thompson, em *Ideologia e Cultura Moderna* (p.130- 144), Horkheimer e Adorno usaram essa expressão para designarem a mercantilização das formas culturais gerada pelo surgimento das indústrias do entretenimento na Europa e nos USA, no final do século XIX e início do século XX.

necessárias para a implantação de uma nova ordem social”.
Marcellino,1990:40-41

É possível que a essa altura já esteja claro a forma como vejo e pretendo abordar as questões do lazer. Não há a menor possibilidade de neutralidade, pois como bem lembra Leila Mirtes Magalhães Pinto (In Marcellino, 1996:65), *“nada é neutro, assim também o lazer se constitui em um dos instrumentos de controle ou de libertação social”*; muito menos de ingenuidade intelectual possível de nos fazer acreditar nas *boas intenções* dos governantes, sem que investiguemos com radicalidade as ações e os pressupostos destas. Não há propostas de lazer pairando no ar, acima das classes e da própria sociedade.

“...as vivências no lazer podem tanto produzir dinâmicas socializadoras — atos e espetáculos públicos, associativismo, festas, utilização de equipamentos e espaços públicos individual e coletivamente etc. — como da mesma forma, podem atuar dinâmicas excludentes e exclusivistas: privatização de espaços públicos, ‘donos’ do espaço, proliferação de ‘modismos’, segregação de grupos e/ou pessoas etc.”

Cavalleiro & Salgado, 1996:103-104

Os programas de lazer que mais comumente estamos acostumados a ver (e as vezes vivenciar) são frutos de uma visão concreta acerca do tema. Senão uma das aqui expostas, outra qualquer, mas ela existe, ainda que não explicitamente, pelo menos dissimulada nos discursos de quem nos impõe, a partir de gabinetes, “pacotes” de toda a ordem.

Portanto, compreender a dinâmica que orientou as ações da Prefeitura Municipal de Florianópolis durante o Governo Sérgio Grando, no setor lazer, por certo contribuiria com a possibilidade de uma avaliação do papel do poder público no que diz respeito à definição de políticas sociais que busquem ampliar a *cidadania cultural*.⁵

Vale, ainda, enfatizar que minha vontade de estudar as questões referentes ao lazer é resultante de um desejo, qual seja o de poder contribuir de alguma maneira para o sucesso dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Sem medo de ser ou de parecer panfletário, é preciso deixar desde logo claro que o meu objetivo, ao desenvolver este estudo, era preparar-me para intervir na sociedade de maneira mais

⁵ “(...) cidadania cultural, isto é,(...) a produção de novos direitos e a multiplicação dos espaços e práticas democráticas na sociedade local, a partir de um conjunto de vivências individuais e coletivas fundadoras de valores, símbolos, idéias, práticas, objetos e comportamentos diferenciados e diversos.” Cavalleiro & Salgado, In Marcellino, 1996:102.

qualificada, sempre buscando a sua/minha transformação. Deixando pois de lado qualquer resquício de pseudo-neutralidade academicista, posiciono-me de imediato como um dos “*não-sócios*”, ávido por provocar mudanças no “*clube*”.

Esse estudo aborda a temática do lazer como um problema social ligado à qualidade de vida das massas urbanas e como objeto que deve ser de reivindicações por melhores condições de vida e ainda, como uma manifestação da sociedade urbana-industrial. Tratei, portanto, de investigar qual a atitude do poder público diante da possibilidade de contraposição ao *todo inibidor*⁶ do acesso da maioria da população às práticas de lazer. Vale por isso dizer que:

“A ‘especificidade concreta’ do lazer, considerado em sua manifestação na sociedade atual, é colocada como reivindicação social. (...) É uma questão de cidadania, de participação cultural. Entendo por participação cultural a atividade não conformista, mas crítica e criativa de sujeitos historicamente situados. Entendo, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura.”

Marcellino, 1996:04

Nessa linha vale ainda salientar que, além do tempo, outro aspecto importante a ser observado é o que diz respeito aos espaços públicos destinados ao lazer das populações urbanas, esse sim mais perto de sofrer uma interferência direta do poder público municipal, responsável primeiro — não único — pela organização da cidade. É nesses espaços que surge a possibilidade de encontro, de convívio e de re-descoberta de valores e possibilidades às vezes esquecidas. É na ausência desses espaços que os cidadãos buscam refúgio em casa, no trabalho, no imobilismo, no conformismo, na individualidade ou, ainda, nas seitas que prometem o paraíso. Ausência essa provocada pela sede de lucro de poucos e pela indiferença e ignorância de muitos governantes.

Assim como o tempo do lazer, o espaço para tal deveria ser mantido, resgatado, recriado, ou, onde nunca tenha existido antes, deveria ser criado. Aos interesses da especulação imobiliária deveriam sobrepor-se os valores da vida, o tempo, o espaço e a

⁶ - Todo inibidor : “o conjunto de aspectos que, tendo como pano de fundo a questão econômica, provoca as desigualdades quantitativas e qualitativas na apropriação do ‘tempo livre’.” (Marcellino, 1992:314)

atitude disponíveis para o encontro. Isso que, no fim das contas, possibilita a nossa humanização.

2. A Cidade de Florianópolis

“No interior da realidade urbana são muitos os olhares que se tecem sobre Florianópolis e sobre os bairros pobres que cercam a cidade de todos os lados. Tensos contrastes entre suas avenidas, ruelas, prédios, casarões, casas, cortiços, barracos e sua suntuosa orla marítima proporcionam múltiplos conflitos que delimitam algumas fronteiras desta cidade”⁷.

Embora sendo na sua maior parte uma ilha, Florianópolis está intimamente ligada ao mundo que está do outro lado do estreito e das baías, ou ainda, do mundo mais distante que está do outro lado do Oceano Atlântico. Os contrastes e conflitos identificados por Maristela Fantin são parte das características desta cidade que a aproximam de um mundo complexo, onde pobreza e riqueza vivem lado a lado, onde as desigualdades sociais compõem um cenário rico para a expansão de conflitos e injustiças de toda a ordem. Essas semelhanças, entre a Capital Catarinense e o que se passa em outros países, existem há muito tempo. Nada tem a ver com a onda atual de conexão à distância através de redes internacionais de comunicação via microcomputadores. Talvez estas similitudes tenham começado a partir do século XVII⁸, quando os primeiros conquistadores começaram a disputar o espaço desta ilha com os índios Carijós, seus habitantes de então.

Resguardadas as diferenças, vejamos o que aconteceu em terras distantes no que diz respeito à ocupação do espaço:

"A cidade foi planejada em torno de uma praça central. Os quatro quarteirões que a delimitavam foram reservados para a catedral, os edifícios dos governos provincial e municipal e a residência do chefe dos conquistadores. Aos outros espanhóis foram cedidos lotes dentro de dois ou três quarteirões, em cada direção. Esta área espanhola de residência constituiu o centro. A uma distância maior, na direção do exterior, e deixando espaço para a expansão deste centro, foram reservadas áreas nas

⁷ Maristela Fantin, Construindo Cidadania e Dignidade, Florianópolis. Editora Insular, 1997, pág. 31.

⁸ “Apesar de a Ilha ter sido visitada desde o século XVI, geralmente para o abastecimento dos navios, a primeira tentativa significativa de colonização foi a de Francisco Dias Velho, entre 1673 e 1675, quando aqui fundou o povoado de Nossa Senhora do Desterro...” Cf. Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina - Uma Cidade Numa Ilha, Florianópolis: Editora Insular, 1996, pág. 97.

quais os índios podiam estabelecer-se. Estas áreas constituíam os 'barrios'. À medida que a cidade crescia, o centro foi absorvendo os 'barrios' e os índios foram se mudando para mais além. À medida que estes aumentavam em número, a área que ocupavam ia se tornando maior. Mas o crescimento prosseguiu vagarosamente em harmonia com a estrutura social e cultural estabelecida".⁹

Vê-se por esse breve relato, que há uma forte semelhança entre a forma inicial de ocupação do solo. É possível compreender, desde já, que o espaço de vida das pessoas é organizado por um dado grupo social. Lá, pelos espanhóis, aqui, pelos portugueses, mas em ambos os casos, formando um núcleo central, ao redor da praça, onde se destacam a igreja, a residência dos conquistadores e as instalações de governo. Aos “naturais” do lugar... bem, para esses era destinado um outro lugar.

Essa ligação com *um mundo* determinou uma forma específica de ocupação e organização social, política, econômica e cultural. Esta nova forma de viver trazida pelos primeiros portugueses e seus escravos, combinada com a cultura dos habitantes do lugar, determinou o surgimento de novas culturas. As relações da *humanidade* recém chegada com a natureza privilegiada do lugar, por certo tinham pouco a ver com as relações existentes entre os Carijós e o ambiente natural. É possível que a idéia de *dominar a natureza*, trazida pelos conquistadores, seja a raiz primeira do que assistimos hoje nas relações entre o poder público local, os habitantes e a natureza privilegiada da Ilha de Santa Catarina.

Se aos conquistadores pode ser dado um desconto ao seu espírito predador, dadas as condições objetivas de conhecimento na época em que aqui aportaram, o mesmo não pode ser feito em relação aos *empreendedores* que há duas décadas *descobriram* o potencial turístico desta região.

Segundo o relatório há pouco citado, a partir da elevação à condição de cidade, em 20 de março de 1823, os comerciantes, classe mais abastada, assumiram a administração da cidade que hoje é a capital de Santa Catarina.

*“O fortalecimento de uma **burguesia comercial** começa a ser percebido na cidade, (...), tornando-se clara a sua intervenção na paisagem urbana. Surgem os sobrados e*

9 Hansen, sobre a origem e evolução da cidade de Mérida na península do Yucatan, no México, citado por Roberto Lobato Corrêa em *O Espaço Urbano*, São Paulo: Editora Ática, 1995, pág. 27.

*as chácaras, o bonde puxado a burros e a iluminação nas ruas. Então, ocorre uma influência expressiva do modelo de cidade europeu”.*¹⁰

Esse *modelo de cidade europeu*, com um expressivo aglomerado humano, já vivia os problemas de outras cidades. As mortes por epidemias e males desconhecidos eram freqüentes, o lixo e os despejos humanos eram jogados no mesmo local por onde chegavam e eram expostos os alimentos para a comercialização: a praia. As ruas e os quintais das residências também eram usados como depósitos de dejetos. Neste mesmo relatório podemos ler a respeito das reformas urbanas realizadas na cidade de Desterro durante a Primeira República, com a finalidade de promover medidas para *higienizar e modernizar* a cidade. Segundo Hermetes Reis de Araújo:

*“a partir do final do século XIX e início do século XX, instalam-se na Ilha, assim como nas demais capitais do país, **imagens, discursos, valores e práticas** que visavam basicamente o controle dos hábitos e espaços da população. A conseqüência mais visível deste período (...) foi a segregação dos setores mais pobres da população, com sua progressiva expulsão do perímetro urbano”.*¹¹

Essa forma de lidar com os espaços urbanos e a qualidade de vida das pessoas marcou o final do século passado e o início deste. Época de grandes conflitos, como a Revolução Federalista, sufocada a ferro e sangue, aqui em Santa Catarina, por ordem de Floriano Peixoto. Tempo em que Desterro passaria, com a ajuda de Hercílio Luz, em 10 de outubro de 1894, a chamar-se Florianópolis. Uma homenagem ao carrasco dos rebeldes derrotados. Terminado o movimento federalista, restou para Desterro um nome a carregar como uma marca do autoritarismo e do assassinato de quase duas centenas de seus filhos na Fortaleza de Anhatomirim .

A partir dos anos 30, a medida em que o porto perdia a sua importância em função do incremento do transporte rodoviário, o comércio local era fortalecido e as políticas federais e estaduais determinavam transformações importantes na vida da cidade . A economia local se baseava então no crescimento do setor público, no recebimento de recursos federais e estaduais e uma pequena produção agrícola e industrial. O comércio viria a se transformar na principal atividade econômica de Florianópolis. Essa visão sobre Florianópolis

¹⁰ Relatório do CECA, 1996:99.

¹¹ CECA — Op. cit., pág. 100.

a partir da década de 30, expressa no Relatório do CECA, pode também ser encontrada no estudo desenvolvido por Nelson Popini Vaz.¹²

A segunda metade deste século também seria marcante para a antiga Desterro. Com a integração rodoviária o comércio foi intensificado e a economia local se fortaleceu no contato com as demais regiões do Estado. Cresceram naquele período o fluxo migratório e o setor público.

*“Esta foi uma época de grandes obras infra-estruturais de transporte rodoviário: a BR-101 (ligando o litoral) e a BR-470 (ligando o interior) no âmbito federal; a pavimentação de várias rodovias estaduais; a ampliação dos serviços de transporte; a construção de avenidas; o aterro da Baía Sul; a ponte Colombo Salles; a avenida Beira-Mar Norte; a ligação com as antigas freguesias, agora chamadas balneários e praias; tudo isso regado à injeção de muitos recursos estaduais e federais em Florianópolis”.*¹³

Também contribui para a caracterização desse período da vida da cidade o relato que segue:

*“A cidade durante os anos 60 e 70, pelas próprias características que acabou assumindo, vivia basicamente do setor terciário, das repartições públicas, com poucas empresas, apenas seus escritórios ou representações. Em função disso apresentava uma característica de baixa oferta de emprego. A partir dos anos 70, com a implementação de grandes obras, a cidade foi se voltando para uma vocação turística, o que se consolida nos anos 80. Assim, a beleza da cidade com toda a sua natureza é apresentada ao restante do país como um grande e lucrativo ‘objeto de consumo’.”*¹⁴

A partir dos relatos acima, ratificados por Vaz (1991:33), vê-se que as décadas de 60 e 70 foram marcadas por grandes transformações da paisagem urbana da Capital do Estado, tais como um grande crescimento da cidade, tanto na sua periferia como no próprio

¹² Nelson Popini Vaz. O Centro Histórico de Florianópolis - Espaço Público do Ritual. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991:33.

¹³ CECA, Op. cit., pág. 102.

¹⁴ Fantin — Op. cit., pág. 32.

centro, destacando-se a partir de então o sistema de circulação e transportes rodoviários, o que viria a definir um novo perfil de cidade.

Segundo Nelson Popini Vaz, *“a crescente classe média multiplicou as grandes áreas loteadas dos novos bairros residenciais e os edifícios de apartamentos que margearam novas avenidas. Ela foi assistida por numerosa e periférica camada social de baixa renda que sustentou o setor de comércio e serviços com mão-de-obra barata e a construção civil”*.

Em Florianópolis, como no resto do país, os processos de expropriação do campo e a busca por emprego nas cidades deu origem a um processo migratório de pessoas de baixa renda que aumentou as áreas pobres da periferia urbana. Terminado o período das *grandes obras infra-estruturais* e com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, Eletrosul e outras empresas estatais, pode ser verificado na ilha o resultado de uma expansão urbana desordenada. Cresceram as classes médias e as camadas mais pobres da população. As primeiras em função do aumento do setor público (universidade e estatais) e as segundas em decorrência dos empregos que encerraram com as obras e da já afirmada expulsão do campo. As classes médias trataram de ampliar os loteamentos, zonas residenciais, condomínios verticais, o comércio e a economia local. Às camadas pobres ficou a responsabilidade de encontrar moradia e sobrevivência nos morros e na periferia da cidade. A partir de então surgem violentos conflitos em função do uso e ocupação do solo, tanto na sede como nos distritos do município.

Na busca de fixar-se na zona urbana, *“essa população pobre instalou-se em áreas próximas ao Centro Histórico, mas de difícil ocupação, como nas encostas dos morros, ou em áreas antes favelizadas. Ocuparam o Morro da Cruz, a Costeira do Pirajubaé e áreas mais distantes já na periferia do aglomerado urbano”*.¹⁵

Decorrente do crescimento da classe média começa então a ocorrer na ilha *“uma valorização imobiliária crescente aliada à explosão do turismo, que aqui tem a natureza como objeto de consumo privilegiado”*.¹⁶

Outro aspecto marcante na ocupação do solo foi a fragmentação das pequenas propriedades rurais em toda a ilha, o que alterou profundamente a base do setor primário que

¹⁵ Vaz — Op. cit., pág. 48.

¹⁶ CECA — Op. cit., pág. 103; ratificado por Vaz — Op. cit., pág. 50.

era a combinação da pesca com as pequenas culturas e alguns animais para o sustento familiar.

O crescimento da indústria do turismo, com a conseqüente valorização do solo e a ocupação predatória por parte das camadas médias que aqui chegaram para o trabalho no setor público foram responsáveis pela descaracterização dos *sítios*, que eram o espaço da produção do sustento familiar e do *modo de vida do ilhéu*. Boa parte destes sítios tiveram um destino bem conhecido: a especulação imobiliária. Especulação aliás que parece ter sido a marca da vida das pessoas simples de Florianópolis nas últimas duas décadas, tanto na ilha como no continente. É o que se pode verificar a partir dos relatos de Maristela Fantin, em seu livro “Construindo Cidadania e Dignidade”:

*“Pelos características de Florianópolis, as grandes construtoras e imobiliárias têm um forte peso na economia local: vivem explorando o turismo e as belezas aqui existentes. Isso faz com que a questão urbana de um plano diretor para a cidade e todo o conflito ambiental, com os aspectos de agressão à beleza natural de cada região, se tornem um problema grave. Este é um desafio para os moradores da cidade enfrentarem junto com a sociedade civil organizada. A cidade com estas mudanças agudiza um problema da vida urbana: a prática da especulação imobiliária se fortalece e por conseqüência, os terrenos que antes não tinham valor, começam a interessar a elite da cidade”.*¹⁷

No livro “O Morro da Caixa D’Água”, Telma Piacentini também relata os conflitos sobre a posse do solo na cidade de Florianópolis. Ela descreve as investidas do poder econômico contra os moradores do Morro da Caixa D’Água, na parte continental da cidade:

*“a partir de março de 1979, as casas foram apedrejadas: ‘todas as noites chovia pedra, tijolo e pau, que não dava de sair na rua, muita pedra caiu dentro de casa, em cima da mesa, enquanto comiam; muitos foram feridos, mulheres perderam a família que estavam esperando, rezavam para Nossa Senhora do Rosário’. Nessa época, alguns moradores, amedrontados, venderam suas casas e sempre para o mesmo comprador — ‘o homem’...”*¹⁸

Hoje, Florianópolis é caracterizada pelo IBGE como “*uma micro-região com características que a aproxima de uma região metropolitana.*”¹⁹ Tem um forte crescimento

¹⁷ Fantin — Op. cit., pág. 32.

¹⁸ Piacentini — Op. cit. pág. 54.

¹⁹ CECA — Op. cit., pág. 104.

urbano e uma série de problemas que exigem a intervenção articulada com os municípios vizinhos no sentido de encontrar uma solução satisfatória para todos. Compõem essa micro-região, além da capital, os municípios de Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e Biguaçu. Questões como a preservação das águas e da vida marinha, do lixo, das enchentes,

do tratamento dos esgotos, do trânsito e principalmente da qualidade de vida das populações dessas cidades, necessitam um planejamento comum e global para o seu equacionamento.

No entanto, os problemas ligados à posse da terra, à especulação imobiliária e à expansão caótica do aglomerado urbano continuam a se agravar. *“Uma grande parte das terras da cidade não possui escritura pública, ou seja, só possuem escrituras de posse”*.²⁰

O processo de *desconstituição* dos sítios teve forte influência do desenvolvimento do turismo. As terras dos ilhéus foram passando paulatinamente para as mãos de especuladores, construtoras e imobiliárias. No lugar dos sítios surgiram os loteamentos ou restou apenas o vazio deixado por quem usa a terra com poucos propósitos sociais. Sem a terra, sem o sítio e sem o sustento, os filhos e netos dos ilhéus buscaram a sobrevivência no mercado de trabalho urbano. Segundo o relatório do CECA (1996:105-106), alguns *“se fizeram na vida”*, construíram estabelecimentos comerciais para suprir a demanda por turismo; mas, a maioria teria sido absorvida pelo mercado de trabalho em funções que exigiam pouca ou nenhuma qualificação e por conseqüência, pode-se afirmar, ofereciam também baixas remunerações.

A maioria dos florianopolitanos hoje trabalha no setor de serviços, o qual emprega ainda um significativo contingente de moradores de outros municípios da região. É importante observar no entanto que, boa parte dos postos de trabalho do setor são sazonais, ou seja, existem apenas durante a alta temporada de verão, nos meses de janeiro e fevereiro, quando é mais forte a atividade turística na ilha.

Na Capital, conforme dados do Relatório do CECA, poucos são os trabalhadores na indústria. Em relação ao Estado de Santa Catarina representa apenas 1,1 % da mão-de-obra ocupada. Vestuário e informática têm sido os ramos industriais preferidos

²⁰ Fantin — Op. cit., pág. 33.

para se instalarem em Florianópolis em função da preservação do meio ambiente. Outra indústria que recebe um bom impulso é o da construção civil.

Quanto a atividade agrícola, é possível formar uma idéia do quadro atual a partir das informações do IBGE, referentes à população no ano de 1991: dos 254.941 habitantes do município, 96,4 % moravam em áreas urbanas. Aliando esse dado ao conhecido processo de expropriação das terras dos ilhéus, torna-se evidente a inexistência de uma atividade agrícola capaz de tornar o setor primário um fator de peso na economia do município.

As informações do relatório citado, expostas até aqui, tentam formar uma idéia de como a cidade do Desterro, antigo ponto estratégico-militar, transformou-se em uma Capital de Estado, recebendo um forte fluxo migratório em função das atividades públicas da União, do Estado e do Município concentradas aqui e se constituindo em local de conflitos pela posse do solo da Ilha de Santa Catarina, em função de seu grande potencial turístico e da ganância de uma elite econômica que, desde a elevação à condição de cidade, assumiu os destinos da administração de Desterro e que hoje, mais forte do que nunca, tem um peso extremamente decisivo nos destinos da administração de Florianópolis.

Esse quadro sobre a formação da cidade, desde a sua origem até os nossos dias será um importante referencial para a análise que precisará ser feita sobre a ocupação do solo urbano e as interferências do poder público municipal neste processo.

Conhecer a história permitirá uma melhor compreensão da situação em que hoje vive a população de Florianópolis, em um espaço cercado de imensas belezas naturais, mas que carrega consigo o peso da concentração das funções públicas, a especulação imobiliária e as dificuldades geradas por uma organização urbana que segregou as camadas de menor renda, direcionando suas possibilidades de moradia para locais onde cada vez há menos espaços para o encontro e para o convívio.

“Os amigos de Florianópolis”²¹ estão mais fortes e atuantes do que nunca.

“Não é difícil entender o peso do setor empresarial numa cidade marcada pela inexistência de um setor industrial moderno. Foi no comércio que se geraram os

²¹ Movimento publicitário desencadeado por empresários e políticos locais, no ano de 1991, através da imprensa, onde atacavam ecologistas e ambientalistas, bem como a todos que discordavam de suas propostas para o turismo, tentando caracterizá-los como inimigos e sabotadores do progresso e do desenvolvimento de Florianópolis (CECA, 1996:116-117).

excedentes de capital que acabaram dirigindo-se preferencialmente para a especulação imobiliária. Como em todas as cidades, a compra e venda de terrenos e imóveis constituiu-se numa forma extremamente atrativa de valorização do capital, nesta fase

de expansão rápida da demanda gerada pelo crescimento da cidade. Não só os comerciantes, como também as elites tradicionais da cidade e de outras regiões, viram a partir dos anos 70, a oportunidade que se abria na compra de terrenos fora do centro e, principalmente, nas praias, onde as populações tradicionais, longe do espírito mercantil e da informação econômica não tinham condição de identificar o valor potencial de terras, que eram usadas numa agricultura de subsistência ou como mera herança de um longínquo processo de colonização. (...) alguns atores sociais se prevaleceram de informações e conhecimentos privilegiados — como o caso das elites políticas e seus correligionários mais próximos — para a apropriação privada da Ilha de Santa Catarina em direção a um modelo econômico que se constituiria no segundo passo dessa lógica, ou seja, o investimento massivo na construção civil e no novo setor associado que se abria, o turismo”²²

É importante o uso desta longa citação. Não basta identificar Florianópolis como uma terra onde as oligarquias estão muito presentes no dia-a-dia da sociedade, determinando os bastidores da política municipal, estadual e até mesmo federal. Não basta denunciar o uso do poder econômico pelas elites nas eleições municipais. É preciso, através do olhar aguçado dos próprios moradores desta Ilha, reconstruir os passos da trama social, econômica, política e cultural que tem como resultado a Florianópolis dos anos 90. Entender pois o peso da elite econômica local nas decisões, pode contribuir para a formação da noção de poder a nível municipal.

Florianópolis não é só a capital dos catarinenses. Nem só a “*Capital Turística do Mercosul*”. Nem só a “*Ilha da Magia*.” Tampouco não pode ser dita como apenas um belo refúgio para artistas e intelectuais. Florianópolis é isso tudo e muito mais. Desde o alto do Morro da Cruz, ocupado indevida e incorretamente pelas elites que controlam os canais de televisão, até os grotões do Ribeirão da Ilha, onde a agricultura ainda teima em existir,

²² CECA — Op. cit. pág. 117.

passando por suas quarenta e duas praias, de nudismo ou não, a antiga Desterro ainda guarda segredos a serem desvendados.

2.1 Outros relatos sobre a Cidade

“A Praça XV é o marco central de constituição do núcleo urbano de Florianópolis. Através da Praça a cidade vai sendo inventada, e tudo parte ou chega ali.(...) A Praça XV é como um coração da cidade.(...) Toda a vida urbana desenrola-se ali. Todos os caminhos partem dali e ali chegam, tal como veias e artérias. (...) A Praça possibilita, portanto, uma leitura da cidade desde sua fundação”.

Coradini, 1995:17

Até aqui tive a preocupação de configurar o quadro formador da cidade, desde a chegada dos primeiros visitantes no século XVII, até a proximidade dos dias atuais. O destaque ficou por conta, fundamentalmente, dos aspectos econômicos desta transformação.

No entanto, julgo importante complementar a caracterização da cidade com a ajuda de outros olhares que sobre ela foram lançados. Para esta tarefa vou utilizar-me dos textos de Mara C. de Souza Lago, Lisabete Coradini e Sérgio Luiz Ferreira.

Para além do enunciado dos fatos que deram origem à cidade, é possível alargar o horizonte da análise com elementos capazes de melhorar a construção do mosaico sócio-cultural fruto de um modo de vida fundado na exploração da natureza e na estratificação social.

De início, quero deixar clara a idéia que formei a partir dos textos citados. Florianópolis é uma cidade extremamente voltada, ainda nos dias de hoje, para o seu centro, o seu *miolo*. Assim como nos dias de sua instalação, com a praça ao centro, a cidade de hoje está mais do que nunca presa ao núcleo geográfico original. Com raras exceções, é no centro da cidade, ao redor da praça ou próxima a ela, que as coisas acontecem.

Apesar do crescimento econômico, do aumento populacional e da interação cultural com as populações que migraram para a Ilha, Florianópolis ainda guarda aspectos da cidade que nasceu e floresceu entre o mar e a colina que abriga a Catedral. A praça continua sendo o centro da cidade. Nem a descoberta dos balneários, nem a atividade turística centrada nas praias foram capazes de roubar da hoje denominada Praça XV de Novembro o status de lugar central. Ainda que a Praça tenha também sofrido mudanças significativas ao longo do tempo, ainda estão lá: o coreto, o jardim, os monumentos, a figueira centenária e, o mais importante, as pessoas que lhes emprestam a vida.

Também continuam lá os casarões e sobrados antigos, o Palácio, a saudade do Cais Liberdade, das carroças, do *footing* dominical, das retretas, do Miramar e, mais recentemente, por completar 20 anos, a saudade da Novembrada²³.

Uma cidade se faz na história a partir de seus múltiplos aspectos. O esforço que faço a seguir vai na direção de, em breves palavras, complementar a apresentação da cidade a partir de relatos sobre alguns aspectos de sua história.

Vale lembrar que esta pesquisa tem seu foco nas políticas públicas de lazer, por isto parece ser importante observar os relatos dos autores citados naquilo que se relacionam com essa temática, embora constituídos (os relatos) a partir de observatórios e objetivos distintos do meu.

Partindo do relato de Lago (1996:56-57), sobre a estratificação social das populações permanentes das praias de Florianópolis (e transcrito a seguir), vou caminhar com a ajuda dos outros autores no sentido de configurar, para mim, um novo olhar sobre a cidade.

“Em Canasvieiras, por exemplo, os proprietários de terras habitavam as encostas, onde plantavam. Os pobres, não proprietários, construíam casa nos terrenos de marinha, nas baixadas, perto da praia, e plantavam nas terras comunitárias, entre a praia e as encostas, os ‘campos’ de uso comum, posteriormente apropriados por particulares”

“Na pescaria, os proprietários de aparelhos de pesca artesanal trabalhavam junto aos camaradas. Na agricultura, o dono de terras trabalhava com a família, sendo rara a figura do empregado (agregado). (...) Todos freqüentavam a mesma escola, a mesma igreja, a mesma festa, partilhando o lazer, como partilhavam o trabalho. (...) tanto nos engenhos como na pesca, o trabalho era comunitário, e o intercâmbio laboral, através do sistema de partilha, de arrendamento, esteve sempre presente na vida das comunidades”.

Considero esse relato importante na medida em que aponta uma forma de trabalho e de vida comunitária, diferente das que estamos acostumados a presenciar nas cidades e mesmo nas comunidades mais afastadas dos centros urbanos. Aponta também para um lazer também vivenciado comunitariamente. Embora possam ser levantados questionamentos acerca do conceito de lazer empregado pelo autor em virtude do mesmo

²³ A “Novembrada”, protesto desencadeado contra a ditadura militar brasileira, em Florianópolis (1979), quando da visita do então Presidente Figueiredo, está descrito em **Miguel**, Luís Felipe (1995).

referir-se a comunidades não urbanas, nem industrializadas, julgo pertinente trazer este relato, pois contribui para desmistificar a noção fatalista de que tudo sempre foi e sempre será conforme o é nos dias de hoje.

Mas, talvez o aspecto mais importante contemplado nesse texto de Lago seja o fator político, que a meu juízo, tem ligação direta com esta pesquisa, pois aponta a ação das elites econômicas no processo de ocupação e transformação em áreas nobres de espaços outrora sem valor de troca. Se o que esse trabalho discute são políticas públicas, é interessante constatar a ação e o poder político das oligarquias na transformação de espaços antes comunais em empreendimentos imobiliários privados. Ações que transformaram por completo a paisagem de várias comunidades da Ilha, entre elas Canasvieiras, Jurerê e Daniela. Sobre esses três casos, Lago recorre a Campos (1989), cujo estudo sobre as terras comunais na Ilha desvendou a participação de políticos influentes no processo de privatização daquelas terras. Casos que, para Lago, “*são exemplares da interferência e manipulação do poder político na transformação das comunidades (...) para servir aos interesses econômicos em jogo*” (p. 97).

Segundo Sérgio Luiz Ferreira (1998:110), “*membros da família Ramos, provenientes de Lages, fazendeiros de estirpe, foram os primeiros a adquirir e a formar verdadeiros ‘latifúndios’ na Ilha de Santa Catarina (...)*. Ainda conforme o mesmo autor (p.111), “*é de conhecimento comum (...) que a área onde hoje está localizado o bairro ‘Jurerê Internacional’ (...) pertencia a Aderbal Ramos da Silva, e que a Praia Brava pertencia a Celso Ramos*”. O que sem dúvida ilustra bem a participação da elite econômica e politicamente atuante na transformação do uso e valor do solo da Ilha. Vale também ressaltar o fato citado por Ferreira, (p. 112) da elitização de alguns dos espaços citados, o que se configura pela exigência de seus frequentadores possuírem transporte próprio, uma vez que, apesar da anunciada infra-estrutura de 1º mundo, não há transporte coletivo público que conduza as pessoas até lá, o que chega a representar uma forma de privatização das praias.

Central neste episódio foi a especulação imobiliária relatada por Ferreira (p.112) ao descrever as modificações impostas aos ilhéus que habitavam as praias:

“A especulação imobiliária tirou o sossego, a morada, o lugar de recreio e de trabalho do pescador. Tirou-o da pesca e da roça e colocou-o como vigilante e chacareiro do ‘pessoal da cidade’. As suas embarcações deixaram de pescar para

levar turistas a passeio, passando, na maioria das vezes, de proprietários a zeladores das embarcações. O ilhéu do interior deixou de ser tão dependente da 'bondade' do tempo e do mar para ser dependente da cidade e de seu habitante, deixou de plantar cebola verde para ir comprá-la no Mercado Público”.

Outro fato marcante que corrobora a participação da elite na modificação da paisagem é o que se refere à anexação do Estreito ao município de Florianópolis. Conforme o relato de Ferreira (p. 86), em 1944, Nereu Ramos (Interventor Federal) assinou um decreto que agregou o Estreito à Florianópolis retirando-o, portanto, de São José. O autor destaca, no entanto, que a área anexada ao território da Capital compreendia justamente a porção continental, até a Ponta do Leal, ao norte, e até a praia do Abraão, ao sul. Justamente onde a elite florianopolitana possuía suas estações de veraneio. São inclusive citados nomes de famílias da elite da Capital, entre outras: Ramos, Rupp, Carvalho, Moritz, Simone, Nocetti.

Tanto a criação dos “latifúndios” no litoral quanto a anexação das praias continentais da elite ao território da Capital, confirmam o uso privado que o poder econômico fez e faz dos espaços públicos, como veremos mais adiante, com a utilização privada de um espaço público como a Praça XV. Contribuiu decisivamente para isso, segundo o autor, e com o que concordo plenamente, a imprensa, que encarregou-se de transformar uma prática outrora proscrita, o banho de mar, em uma prática “chique” a partir dos interesses da elite florianopolitana que vislumbrou, na criação de estações balneárias para “pessoas elegantes” desfrutarem o banho de mar, uma excelente fonte de renda (p. 97).

Além do recém referido, Lago também cita, como elemento importante para a análise da influência política da elite florianopolitana no fenômeno por ela estudado, a relação estabelecida entre os moradores das comunidades citadas e as pessoas influentes da cidade, que por sua vez tinham residência de veraneio naquelas localidades. Relação essa marcada pelo servilismo ao “figurão” da cidade, o que lhes garantiria uma sensação de segurança no caso de haver necessidade de lidar com a burocracia estatal.

Essa modalidade de relação parece ainda presente em algumas comunidades, onde habitantes do lugar se esforçam em demonstrar suas relações com este ou aquele chefe político da cidade. Particularmente, pude comprovar essa situação diversas vezes durante minha convivência na Armação do Pântano do Sul, chegando ao ponto de receber a visita do “proprietário” de um braço do Rio Sangradouro (que separa a Praia da Armação da Praia do

Matadeiro), que passava exatamente ao lado e atrás do terreno da casa que habitei naquela localidade. Questionado sobre a possibilidade de alguém comprar parte de um rio como se fosse um terreno qualquer, o dito “proprietário” mostrou-me a escritura lavrada em cartório e assegurou que estava somente à espera da vitória da atual prefeita para prosseguir nas obras de aterramento do rio e construção de benfeitorias. Isso dito em tom ameaçador, com um tal grau de aparente intimidade que não me fez duvidar de que o futuro daquele braço de rio estaria selado caso se confirmasse o resultado eleitoral esperado pelo referido “proprietário”.

Relacionamento subserviente entre moradores das comunidades do interior e das praias da capital com o “pessoal da cidade” são, portanto, objeto do relato de Lago e também de Ferreira, realidade essa que ajuda a compreender a dificuldade no rompimento de vínculos clientelistas ainda tão presentes na política local.

Também no sentido de compreender as relações que se estabelecem entre o espaço público e a população, mais precisamente para pensar “a quem” pertencem os espaços públicos, Lisabete Coradini escreveu “*Praça XV – Espaço e Sociabilidade*”. A autora parte da compreensão de que a praça é o coração da cidade, irradiando um movimento que sempre retorna a ela mesma e afirma que, “*até aqui (...) a cidade sempre esteve intimamente ligada com a praça pública*” (1995: 28). Pois é esta ligação entre a cidade e os espaços públicos que atraiu minha atenção ao trabalho citado.

Inicialmente há que se ressaltar as várias transformações havidas no espaço da praça ao longo dos anos. Do ponto de vista desse estudo destacaria o que Coradini chamou de “a grande virada”. Época em que a praça foi ajardinada, sendo construídos dois quiosques e plantadas várias plantas exóticas, além da implantação de uma grade (importada da Inglaterra) que a circundava em toda a extensão. Foram também construídos: uma gruta, um pombal, bancos, um coreto e postes de iluminação (Coradini, 1995:52). Isso aconteceu no início dos anos 90 do século XIX e a praça que recebeu o nome de “Barão de Laguna” abria às 9 horas e fechava às 21 horas, ao toque da sineta.

Também em 1892 foi inaugurado, no interior da praça, o “Jardim Oliveira Belo”, que igualmente possuía um portão que restringia o acesso dos populares ao horário de funcionamento determinado pelo Governador do Estado em exercício, Gustavo Richard. Conforme Coradini (p. 54), foram nomeados para cuidar do Jardim um guarda e cinco

zeladores, com a missão de preservar o ambiente e proibir a entrada de pessoas mal vestidas, descalças, bêbados, loucos ou ainda pessoas que conduzissem cargas.

Cabe salientar ainda que a disciplinarização do uso do Jardim, a exemplo do citado por Ferreira em relação à transformação do banho de mar em uma prática elegante, foi levada a cabo, em boa parte, pela imprensa local que publicava notas incentivando a frequência ao Jardim e chamando a atenção das autoridades sobre os fatos “desagradáveis” que lá ocorriam.

O final do século XIX e o início do século XX ficaram marcados por transformações em relação à organização das cidades e ao papel da administração pública. Mais uma vez é possível estabelecer um paralelo entre o relato de Coradini a respeito da ação das autoridades na transformação da praça em um espaço de lazer exclusivo das “boas famílias” e o que apontou Ferreira, que mais tarde ocorreria em relação à preservação das praias da elite enquanto espaços restrito ao uso de poucos. A Praça foi cercada, foram construídos portões e a elite escolheu entre os seus um “síndico”, que tornou-se o responsável pela aplicação das normas de conduta no interior do logradouro.”*Ali (no Jardim Oliveira Belo) se reuniam os advogados, farmacêuticos, poetas, comerciantes, funcionários públicos, escritores, professores e profissionais liberais*” (p. 57).

Segundo Murilo Marx (Apud Coradini, p. 60), os primeiros jardins públicos surgiram nas cidades coloniais brasileiras no final do século XVIII, mas somente no início do século XX cresceram em número e importância. Para Nestor Reis, “*os primeiros jardins procuravam reproduzir a paisagem européia, com árvores e flores originárias daquele continente. Os jardins seguiam o modelo francês, com grades de ferro, destinado ao deleite da ‘classe dominante’* (Apud Coradini, p. 60).

“Enquanto em outras grandes cidades, a elite possui na sua casa um jardim particular, em Florianópolis a elite se reunia em uma única praça, particular e privada: a praça XV”.

Coradini, p.61

O relato de Coradini e dos autores por ela citados, evidenciam uma forma muito clara de apropriação privada dos espaços públicos. Embora as elites não tenham conseguido perpetuar seu controle sobre a Praça, isso não significou um efetivo enfraquecimento das camadas dominantes, pois novos espaços foram sendo por elas

ocupados, tais como as praias. Em que pese a falta de opções de lazer denunciada por Altino Flores (Apud Coradini, p. 63) em 1916, a elite florianopolitana tinha reservado para si o espaço público da Praça e do seu Jardim Oliveira Belo e preparava-se para avançar no rumo das praias ainda inexploradas.

Saliente-se o fato que a essa altura dos acontecimentos, férias ainda era uma palavra inexistente no vocabulário oficial dos trabalhadores brasileiros. Benefício que foi regulamentada pela primeira vez através do Decreto Federal 4982 de 21 de dezembro de 1925, que concedia aos assalariados 15 dias de descanso por ano. Em Florianópolis, na mesma época, a jornada diária de trabalho girava em torno de 12 horas (Ferreira, 1998:11). Ao que parece, segundo este mesmo autor, até 1931 a lei de férias ainda não havia sido observada na Capital de Santa Catarina.

As transformações urbanas verificadas a partir do início do século XX, no Brasil, inspiradas nas mudanças havidas na Europa, como já foi apontado no exemplo do cercamento da Praça, foram fruto do desejo das elites de transformarem a ex-colônia em um país identificado com a civilização européia. Nesse sentido são processadas mudanças que Coradini definiu como “*a desodorização*” do centro da Capital. A partir da orientação inicial de engenheiros e médicos sanitaristas, como os primeiros planejadores, aconteceram então diversas obras, tais como: urbanização, iluminação, aterros, obras de saneamento reforma e alinhamento de ruas, obras assistenciais, estradas de ferro e edifícios públicos. São também dessa época a instalação de vidraças nas janelas e louças nos banheiros das residências (p. 64). Ainda segundo a mesma autora, em Florianópolis o processo de urbanização foi lento, ocorrendo no período entre 1900 e 1930, processo esse que:

“restringiu (...) a sobrevivência de indivíduos e grupos no centro da cidade. Isto porque a disciplinarização que recai sobre os espaços públicos urbanos (...) atinge diretamente os moradores mais pobres que conviviam nestes espaços. Também, para a elite não é mais possível esta ‘forma de convivência’, que exige a ‘retirada dos indesejados’.

Coradini, 1995: 65

Como se vê, o nome atribuído pela autora ao processo de “limpeza” do centro urbano de Florianópolis (*desodorização*) a exemplo do que ocorreu em outras cidades, parece ter sido bem escolhido. A elite da época tratou de retirar de circulação as pessoas que “enfejavam” o espaço público urbano. Mais recentemente, guardadas as devidas proporções,

vivemos processos semelhantes na cidade do Rio de Janeiro. Em 1992 durante a “ECO 92” e há poucos dias durante a “Cimeira”. Nessas duas ocasiões o centro do Rio foi liberado, limpo e ajardinado para que a ex-colônia, agora chamada de “parceiro” dos mercados mundiais, parecesse um país diferente do que realmente é.

Para Campos Filho, 1986 (Apud Coradini, p.76), a questão da “reurbanização” no início do século se fazia tendo em vista a profilaxia social, “*afastamento das classes sociais desprovidas de renda e condições educacionais*”(…). Tratava-se, então, de uma apropriação de um espaço reservado às pessoas em condições de consumo e hábitos sociais compatíveis com a classe que detinha o controle da sociedade florianopolitana.

Outra informação importante que ratifica a posição anteriormente exposta quanto à capacidade das elites renovarem seus espaços, é a que diz respeito à ocupação do Jardim Oliveira Belo pelo “segundo time”.

Segundo Osvaldo Cabral (Apud Coradini, 1995:73):

“Nas calçadas do jardim, circulava o segundo time, isto é: as empregadinhas, as garotas mais pobres, as criolas dos morros, que também faziam seu curso, enquanto os soldados, os marinheiros, os operários, os cidadãos de menor potencial econômico, mas não amoroso, ficavam de pé junto ao meio fio, aguardando a passagem das bonecas, para um determinado cumprimento, um encontro marcado através de um código especial — enfim — a paquera da época”.

Com o “segundo time” em ação, a alternativa da elite foi deslocar o seu “footing” para a rua Felipe Schmidt, que àquela altura havia sido alargada proporcionando o surgimento de novos cafês e confeitarias (Coradini, p.73). O fundamental, ao que parece, era manter cada grupo social em um determinado espaço, criando áreas de convivência de acordo com a estratificação social existente à época.

O relato que se segue é de suma importância para que se compreenda melhor a relação das elites com os espaços públicos destinados para si ou para os outros do povo. Enquanto a burguesia emergente buscava alternativas na criação de espaços privados (clubes e sociedades) ou se apropriava indevidamente de espaços públicos (como as praias), o “povilêu” era jogado cada vez mais para longe daquele que era o seu principal espaço de lazer. Assim aconteceu com a construção da avenida Mauro Ramos, que expulsou para o continente e para os morros as populações pobres (Peluso Apud Coradini, 1995:73).

O relato é de Wilmar Dias, em 1948 (In: Coradini, 1995:74):

“Na sua quase totalidade, os espaços destinados a jardins e parques são decorativos. Sua estrutura e delineamento tem em vista praticamente o encantamento dos olhos. São estáticos dando a impressão de terem sido feitos para o uso exclusivo de pessoas de idade avançada. Não há em Florianópolis parques, piscinas, canchas esportivas de uso público para o divertimento da mocidade e da infância (...) há estádios, instituições educacionais, unidades militares que suprem essa finalidade”.

Continuando, agora na fala de Coradini, *“em Florianópolis não houve uma ampliação dos espaços públicos, existiam apenas espaços corporativos, (...) não se construíram áreas de lazer (...) Neste sentido acredito que a Praça XV assumiu esta função”.*

A cidade se modernizou, fortes transformações ocorreram a partir dos anos 60, mas a Praça XV, ao que parece, continuou sendo o coração da cidade. Agora habitada por engraxates, travestis, estudantes, desempregados, prostitutas, artesãos, turistas, aposentados, policiais, menores abandonados, artistas. Enfim, a Praça hoje sem grades nem portões, está aberta 24 horas por dia e disposta a abrigar sob a sombra da Figueira a todas as pessoas do povo. Afinal, a sabedoria centenária da velha árvore lhe possibilita ver a todos real e simplesmente como são, seres humanos. Independentemente de sua condição econômica, social, religiosa, sexual ou étnica.

3. Políticas públicas e lazer

A expressão, *política pública de lazer*, por si só, demanda relevantes estudos no sentido da explicitação de uma dada compreensão de política, de público e de lazer.

Para Marco Paulo Stigger (1998:84), que trabalhou na administração de parques e praças em Porto Alegre, na primeira gestão da Frente Popular (1989-1992),

“quando o assunto é políticas públicas, se está falando de um determinado tipo de intervenção (...) que necessariamente, deverá trazer consigo e ter, como ponto de partida, a posição político ideológica que a norteia e que deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas.”

Assim, com o intuito de clarificar o entendimento do que seja uma política pública de lazer, que permeará as discussões deste estudo, cabe esclarecer desde logo que não estou falando genericamente sobre lazer, sobre público ou sobre política. Parto do princípio que minha referência será uma concepção de política diferente daquela que foi construída pelas elites brasileiras, que incutiram no senso comum que política é uma atividade nefasta mas necessária, que corrompe e que por ser muito complexa, exige a ação de especialistas, os políticos. Da mesma forma no que diz respeito ao que é público, ou, no referente à relação entre Estado e Sociedade, centrarei a análise a partir da compreensão de que o Estado que temos precisa tornar-se público, que os governos precisam pensar na *desprivatização* do Estado e atuarem no sentido da publicização dos planos e das ações, isto entendido como a criação efetiva de mecanismos eficazes de controle do Estado e dos governos pela sociedade conscientemente organizada. Para os mais desavisados, não se trata de defender o gasto de 500 milhões de reais por ano com publicidade do governo, mas sim de governar para todos com a real participação da maioria da população, respeitando os interesses e as necessidades dessa maioria.

Finalmente, o objeto das políticas públicas em discussão, o lazer. Não esse lazer, com dia, hora, atividades e local marcado. Não esse lazer para combater o estresse de um dia exaustivo de trabalho que se repetirá no amanhecer seguinte. Nem esse lazer muito em moda, que pode ser usufruído pelos poucos brasileiros que chegam ou que poderão chegar à aposentadoria em condições de saúde para então aí *gozar a vida*. Trata-se, pois, de compreender o lazer como uma demanda social de primeira necessidade. Significa

compreender o lazer realmente como um direito social, que deve ser alvo de atendimento por parte do Estado com o intuito de garantir o bem-estar das populações, pois como bem lembra Milton Santos (Apud Pellegrin, 1996:32), “*quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque essenciais*”.

Analisando a trajetória das políticas sociais e o Estado Moderno, Meily Assbú Linhales (1998:72-73) aponta no sentido de que

“o conteúdo de uma política social, bem como as responsabilidades para sua implementação, guarda estreita relação com a natureza do Estado que, em outros termos, significa a forma como se processam os arranjos políticos que lhe dão sustentação. Estes, por sua vez, interferem na seleção de prioridades para alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos”.

Essa idéia de que o conteúdo das políticas sociais e sua implementação dependem da natureza do Estado, vai, salvo melhor juízo, no mesmo sentido do apontado por Stigger (e citado há pouco), quando diz que a intervenção do Estado carrega consigo uma posição político-ideológica que norteia as suas ações.

Assim, entendo não ser possível falarmos de políticas a cargo do Estado sem definirmos claramente nossa posição. Pois não há possibilidade de neutralidade dos agentes que controlam o Estado. Nem tampouco pode haver por parte do conjunto das populações. Toda e qualquer tomada de posição por uma ou outra estratégia de ação, seja ela institucional ou não, arrasta consigo um arsenal de conceitos e, muitas vezes, uma igual quantidade de preconceitos.

Nesse sentido defendo que a discussão sobre políticas públicas de lazer se dê a partir de alguns critérios, tais como:

- a compreensão do lazer como “*cultura vivenciada no tempo disponível*”(Marcellino, 1996:02) — o que implica em espaços, em tempo e em condições materiais necessárias e suficientes para dele usufruir ;
- a opção por um poder público que seja partícipe e fomentador da organização popular ;

- e uma política pública que seja fruto da mais ampla participação dos habitantes das cidades.

A partir dessas preliminares, é possível começar a vislumbrar algumas relações que se estabelecem, no que diz respeito às políticas públicas de lazer, entre Estado e Sociedade, por exemplo, o tempo e o espaço de lazer nas cidades e a cultura.

Via de regra, no que diz respeito ao tempo, a postura do Estado tem sido a de deixar a questão da redução da jornada de trabalho por conta da “*livre negociação entre patrões e empregados*”. Pela Constituição Federal de 1988 (Art. 7º - inciso XIII), a jornada de trabalho semanal é de até 44 horas.

Nas grandes e médias cidades, os trabalhadores gastam boa parte do seu dia em deslocamentos para ir e vir do trabalho. Quando podem estar com seus filhos, acompanhar o seu desenvolvimento ou com eles brincar? Quando, e com que energia, podem investir em suas próprias vidas e em seus relacionamentos?

Não é possível concordar com os que dizem que a falta de tempo ocorre apenas e tão somente por falta de organização individual. O tempo da maioria da população, na era da globalização, é controlado pelas necessidades do mercado. Conforme as necessidades de *Sua Divindade, o Mercado*, demitem-se trabalhadores, reduz-se sua jornada de trabalho e seus salários, colocam-nos em férias coletivas, “*flexibilizam*” os seus direitos sociais e trabalhistas e assim precarizam o trabalho. Aos que permanecem no emprego são impostas novas funções, novas cargas horárias, novas e sutis formas de exploração. E a isso chamam de “*qualidade total*”.

Entra em cena a polêmica discussão acerca da redução da jornada de trabalho. Sem *tempo disponível*, torna-se ainda mais difícil compreender os mecanismos que controlam o tempo de cada um, o tempo todo, dentro e fora da empresa.

Desde a descoberta do relógio como eficaz controlador da produção nas linhas de montagem, o ser humano que vende sua força de trabalho a outrem, passou a ser um escravo das metas de produção. Não mais o tempo natural lhe dirige as ações, mas o tempo necessário à melhor e maior produção, ou seja, o tempo necessário e suficiente para aumentar a acumulação do capital de quem lhe comprou a força de trabalho. Sendo assim, parece que pouco restaria à maioria assalariada da população, a não ser submeter-se ao ritmo das máquinas. Restaria, não fosse a capacidade humana de imaginar dias melhores.

No mesmo sentido da necessidade de repensar as políticas de lazer para além dos calendários de eventos e das possibilidades “legais” — como no caso da jornada de trabalho — do poder público, vai a observação de Marcellino (1996:28) quando diz que:

“Considerar os limites da Administração Pública Municipal, significa levar em conta que a questão do lazer só pode ser entendida na totalidade da ação humana, abrangendo questões que transcendem os executivos municipais, como jornada de trabalho, ocupação do solo urbano, por exemplo, o que requer, no âmbito municipal, incentivar e participar das discussões e ações que envolvam a questão de modo amplo, junto aos órgãos de classe e outros setores constituídos da sociedade civil”.

Esta fala ratifica também um dos critérios que serviriam para a discussão sobre as políticas públicas para o lazer, há pouco referido. Qual seja o que indica a necessidade do poder público ir além das suas atribuições legais, inclusive expressas na Constituição Federal²⁴ e assumir o papel de incentivador da organização popular em torno de suas reivindicações sociais, entre elas o lazer.

Vale aqui lembrar mais uma vez as observações de Marcellino , 1996:27.

“Tudo isso amplia ainda mais o leque das discussões do papel da Administração Pública, com relação à reformulação de políticas de lazer, e que vem se manifestando, na grande maioria de nossas cidades, pela ausência, ou falta de identidade, sendo substituídas pelos ‘Calendários de eventos’, ou ‘pacotes’ baixados dos gabinetes ‘técnicos’ .”

Já no que concerne a espaço, caminhando pelas cidades é possível lembrar o que havia nos lugares hoje preenchidos por grandes condomínios, estacionamentos, lojas e outras edificações. Vale lembrar dos espaços que eram utilizados pelo público como praias, como locais de piquenique, como campinhos de futebol e hoje, são instrumentos do lucro de alguns poucos que se utilizam da avalanche de consumo para o lazer e se apropriam do que antes era de uso público e hoje é reservado para privilégio de poucos.

Florianópolis tem marcada na sua história, conforme o relato feito anteriormente, uma grande interferência do grande capital especulador na transformação da sua paisagem urbana, o que pode ensejar alguns questionamentos. Por exemplo, como os

²⁴ Capítulo II - Dos Direitos Sociais - Art. 6º . São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho , o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

governos municipais reagiram diante da especulação imobiliária? Como foram e como são tratados os poucos espaços urbanos ainda existentes e preservados apenas como reserva de capital?

Caberia aos cidadãos a ocupação dos espaços. O espaço físico, geográfico, e o espaço político, que permite à comunidade organizar-se, pensar e agir com clareza e maiores chances de atingir seus objetivos. As questões do espaço das cidades são por demais importantes, por isso não poderiam ficar a mercê de uns poucos tecnocratas e políticos profissionais inescrupulosos, ou no mínimo, mal informados. Além disso, a população teria que intervir organizadamente nas questões relativas ao espaço da cidade porque, nem sempre, como bem nos lembra Pellegrin (1996:35), a administração municipal está ciente *“do risco de se tratar da questão do espaço, em especial do espaço do lazer, de acordo com a lógica do mercado e da especulação imobiliária. A própria valorização da rua enquanto espaço do lazer é uma questão para o poder público”*.

A mesma autora (1996:36) vai além, ao afirmar que:

“(...) cabe às prefeituras, secretarias e aos órgãos públicos da administração em geral, a busca de soluções para realizar transformações e adaptações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida no processo, que seja levada em conta a apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano como um todo e, mais especificamente, com o espaço de lazer. E para que isso se viabilize, é necessário trabalhar com estratégias de ação que privilegiem a participação da população.”

Esse tipo de relação, onde a população e o poder público se comunicam no intuito de encontrar soluções criativas para os problemas de espaço nas cidades, visando a humanização das vias públicas e a reserva de vazios urbanos que possibilitem lugares de encontro e de vivência cultural voluntária, demandam um determinado tipo de intervenção do poder público. Exigem uma postura que aceite a idéia de que a administração pública deve estar atenta, sensível e aberta à mais ampla participação popular. Mais do que isso, o poder público deveria ser um dos agentes provocadores dessa participação da comunidade na decisão dos rumos da cidade.

No entanto, o que temos assistido, em inúmeros casos, para não dizer na maioria deles, é a administração (seja municipal, estadual ou federal) desincumbindo-se da

resolução da questão do tempo e, sucumbindo, via de regra, aos interesses da especulação imobiliária, resumindo suas ações, na questão do espaço, à uma estratégia retirada do cenário. Deixam assim o caminho livre para que o mercado, através das ofertas da *indústria cultural*, decida *quando, para quem, onde e quem vai ofertar o lazer*.

Em poucos casos pode-se verificar uma contraposição às ofertas da *indústria cultural*, mas infelizmente isso não é a regra. O que prevalece, ainda, na maioria dos casos é que *“a ausência de projetos políticos democráticos e fundamentalmente igualitários para esses setores (educação física, esporte e lazer) tem sido uma constante em sua trajetória política, facilitando, inclusive, o trânsito dos interesses que defendem o caminho da seleção, da exclusão e dos particularismos”* (Linhaes Apud Linhaes, 1998:79).

No mesmo sentido, Stigger (1998:91) revela que *“em detrimento ao investimento em espaços/praças públicas de lazer (esportivas e/ou não); à sustentação de quadros profissionais ligados ao lazer comunitário; ao apoio aos pequenos eventos locais; à formação humanística dos profissionais que atuam no âmbito do lazer”*, em muitos casos, o que ocorre é o privilegiamento da visão que defende, por exemplo,

“o direcionamento dos recursos humanos, físicos e materiais (que são públicos), prioritariamente, entre outras ações: para a construção e manutenção de ginásios esportivos destinados ao espetáculo e ao treinamento de equipes; ao pagamento de salários a técnicos de representações municipais; à realização de grandes eventos esportivos com a tônica na competição; à realização de cursos de formação de treinadores”.

Esse tipo de ação, recém citado por Stigger, é um claro exemplo de política pública voltada para a desincumbência do poder público com uma discussão mais ampla acerca das questões referentes ao lazer, pois limita-se a reproduzir uma concepção restrita de lazer, que confunde um conteúdo (no caso o esporte) com o próprio lazer e, mais grave ainda, remete a simplificação do fenômeno esportivo a uma de suas manifestações, justamente aquela forjada enquanto um produto valioso da *indústria cultural*, o esporte de alto rendimento, o espetáculo esportivo.

Ainda em relação a espaços públicos de lazer, outro aspecto a observar é o estado de conservação dos parques, praças, jardins, bibliotecas, salas de exibição e outros equipamentos destinados ao lazer nas cidades.

Da mesma forma, mereceria uma atenta observação o conjunto das políticas públicas destinadas ao tratamento da questão ambiental. O cuidado dispensado ao ambiente natural está diretamente ligado à qualidade de vida nas cidades, no presente e no futuro. A própria questão do turismo interno, nas cidades mesmo, para que as pessoas conheçam e se relacionem melhor com o espaço onde habitam, em muito poderia contribuir nesse sentido. O tratamento do lixo, por exemplo, desde a separação doméstica, poderia ter o seu sucesso determinado pelas possibilidades de cada cidadão conhecer a cidade onde vive, sentir-se responsável por ela, por suas belezas naturais e conhecer os riscos a que estamos todos sujeitos por conta da ocupação desordenada dos espaços e do descaso para com o meio onde vivemos.

O turismo pode e deveria estar presente na formulação de políticas públicas de lazer. Mas o turismo voltado para o crescimento das pessoas, da sua relação com as culturas, com o ambiente, com outras pessoas, ou seja, não deveria resumir-se à simples oferta de pacotes maravilhosos para atrair pessoas de outros lugares, seria preciso que as pessoas do lugar se sentissem parte dele, e para isso, considero fundamental que o conheçam.

Portanto, seria necessário traduzir em ações as preocupações com o turismo e a questão ambiental. Ações essas que deveriam estar articuladas com o conjunto das atividades que visassem garantir uma melhor condição de vida para as populações urbanas e que fizessem parte do horizonte crítico e criativo das pessoas que elaboram políticas públicas para o lazer.

Com a cultura não acontece diferente. Como a nossa sociedade ainda continua dividida em classes e como é sabido que cada classe produz uma cultura com características próprias,²⁵ as classes dominantes impõem suas vontades, seus valores, seus desejos, suas práticas e tentam também impor os significados que elas, classes dominantes, atribuem às suas práticas sociais.

Cultura é aqui utilizada em um sentido mais amplo, entendendo-a como o conjunto de práticas sociais e os significados atribuídos a essas práticas²⁶ por cada grupo social, em cada lugar e cada momento histórico.

Por exemplo, vejamos o caso do futebol.

²⁵ Cf. Marilena Chauí, 1995: 296.

²⁶ A definição de cultura aqui utilizada, toma por base a leitura de Clifford Geertz, 1989.

O que significa para nós, no final do século XX, um jogo de futebol?

A resposta talvez seja: — *“o esporte mais popular do mundo”!*

Mas, o que significava o futebol para os brasileiros do início deste século?

Nesse caso a resposta talvez fosse: — *“um esporte praticado pela burguesia, do qual, trabalhadores, pobres e negros estavam excluídos”.*

Com esse exemplo, quero afirmar que os significados atribuídos são influenciados pelas idéias hegemônicas na sociedade, em cada época. Por isso, penso não ser possível falar em cultura, restringindo seu conceito às manifestações folclóricas, artísticas, religiosas, esportivas ou sociais de um dado grupo social. É preciso, antes de mais nada, verificar o que representam essas práticas na vida das pessoas de tal grupo, enquanto indivíduos e enquanto coletividade.

Sendo assim, também não é possível falar de cultura definindo-a como o conjunto de conhecimentos que um indivíduo ou grupo acumularam ao longo do tempo. Mais difícil ainda, torna-se aceitar cultura como a habilidade para apreciar as belas artes. Até porque, essa habilidade passa pela oportunidade de tempo e espaço (entre outras) para acessar às artes.

Portanto, penso que, se não avançamos na busca dos significados, podemos correr o risco de apenas enumerar as práticas sociais, sem compreendê-las no contexto histórico. O que aliás, parece, tem sido a prática da maioria dos governantes. Ou seja, tratam as culturas como uma unidade, e é claro, sendo tudo parte de uma única cultura, a da classe que representam. Não que as manifestações, práticas e significados por eles defendidos ou apresentados sejam originários das classes dominantes²⁷, mas são as manifestações, práticas e significados, que a elas interessam no momento considerado.

Assim, “política cultural” passa a ser simplesmente o apoio à empreendimentos artísticos, espetáculos musicais, peças teatrais ou exposições de artes plásticas. O investimento em esporte (via de regra no esporte de rendimento) torna-se “política de lazer”. E em última instância, ocorre a estratégica retirada do Estado: — *Vamos deixar a promoção da cultura e do lazer para quem entende do assunto.* Pronto! Assim o caminho está aberto aos *empreendedores*, aos *“profissionais da área”*. Da área empresarial é

²⁷ Essa discussão é apresentada por Néstor García Canclini, 1983: 43.

claro, que transformam o lazer em uma indústria rentável, um negócio, destruindo ou descaracterizando culturas, impondo valores e provocando uma criminosa tentativa de homogeneização cultural, que atende em primeiro lugar aos interesses do capital.

Vale salientar o fato de que as políticas públicas de esporte e lazer têm se restringido, via de regra, a uma ação das autoridades responsáveis (ou irresponsáveis), no sentido de delegar ao mercado as iniciativas nessa área. No caso do esporte, o mercado decide o que é melhor a cada momento. Se o Brasil é tetra no futebol de campo, investe-se nas escolinhas de futebol de campo; se é ouro no vôlei, escolinhas de vôlei; se é campeão em Roland Garros, investe-se no tênis.

Mas, diante disso, não restaria outra alternativa, a não ser a adaptação? Não é possível resistir?

Sendo o mercado *o todo poderoso*, parece não haver saídas possíveis. Parece mas não é. Há possibilidades, sim: há espaço para a resistência. Nas cidades que optaram por administrações comprometidas com a maioria da população, que ampliaram os espaços de participação da cidadania, que criaram novos canais de comunicação entre a população e poder público e onde a participação popular foi estimulada, novas relações foram estabelecidas. Novas possibilidades de tratamento da cultura e do lazer foram construídas.

Cidades como Porto Alegre (RS), Diadema e São José dos Campos, essas em São Paulo e Belo Horizonte (MG) embora todas as dificuldades surgidas, internas e externas às administrações, desenvolveram importantes experiências na elaboração e execução de políticas públicas de cultura, lazer e esportes.²⁸

Não significa, ao citar essas cidades, que eu esteja aqui a apresentar a solução e o modelo de resistência, nem quero afirmar que essas são as únicas que obtiveram sucesso no que tange ao ponto que aqui está sendo discutido, nem que foram as melhores. Significa somente que, quando há uma compreensão dos mecanismos de dominação sócio-cultural-ideológica, quando há uma manifesta vontade de mudança, e mais, quando há coragem suficiente para promover as transformações desejadas, então estão reunidos os ingredientes necessários para o estabelecimento de um enfrentamento com as oligarquias locais.

²⁸ Relatos daquelas experiências podem ser encontrados em Marcellino, 1996. No caso específico de Belo Horizonte, a experiência está registrada no livro *O Lúdico e as Políticas Públicas: Realidade e Perspectivas* (1996), bem como no vídeo *A Educação para e pelo Lazer* (1996). Ambos divulgados pela Secretaria Municipal de Esportes de BH.

E esse enfrentamento significa o combate à especulação imobiliária, a inversão de prioridades, a defesa dos recursos públicos, o tratamento desigual dos diferentes e a radical ampliação da participação popular na discussão, elaboração, execução e fiscalização das obras e empreendimentos levados a cabo pelo Estado.

No campo cultural, representa a compreensão do processo de mundialização da cultura e da negação do mercado como o definidor das políticas e das ações. Significa o entendimento do papel fundamental da cultura no processo de transformação da vida e das relações sociais. É o explicitar da cultura como processo e produto da vida em sociedade, como criação humana e como agente da transformação da humanidade nela mesma.

Portanto, há sim como resistir, não estamos todos submetidos inexoravelmente ao mercado. É possível sim, ainda que nos limites da sociedade do consumo e da exclusão, criar, recriar caminhos e experiências que nos permitam achar tempo e espaço para pensar e viver em sociedade, em comunidade.

Gostaria, ainda, de resgatar a necessidade de identificarmos a intenção do poder público no concernente às políticas públicas, pois como disse Freitag (Apud Marcellino, 1996:29), a problemática da política pública em países da periferia do capitalismo, deve ser vista

(...) em seu movimento pendular entre a intenção original e básica de disciplinar as mentes, treinar a força de trabalho e reproduzir as estruturas sociais de um lado, e a sua capacidade de dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social, de outro (Freitag, 1987:33).

Assim sendo, perceber os elementos norteadores da ação do poder público, neste caso específico, significa também identificar as intenções de quem se propõe a ser governo, ou no sentido da conservação ou no sentido da mudança. Ou na busca de um ideal utópico, emancipatório ou na direção do treinamento de corpos que se tornem verdadeiras extensões das máquinas de produzir lucros. Qualquer uma das decisões, é fruto de uma ação humana deliberada nos marcos da consciência filosófica, é uma opção de liberdade para todos, ou de liberdade apenas para alguns.

Capítulo II

A INTERFACE ENTRE LAZER E CULTURA

Vivemos em uma sociedade marcada pela idolatria da produção, da produtividade e do rendimento. Em outras palavras, para manter ou para restabelecer o padrão da taxa de lucro, chegamos ao final do século XX com uma brutal carga de trabalho para muitos e uma cruel ausência de trabalho para quase 1 bilhão de pessoas!²⁹

Essa pressão constante por um trabalho mais eficaz, mais produtivo, com maior “qualidade”, comprime as relações sociais à esferas cada vez mais restritas da vida social, fazendo com que milhões de trabalhadores reduzam suas vidas a um trabalho sem prazer e a um tempo de não-trabalho entediante, enfadonho e submetido aos desejos que os agentes da indústria cultural lhes impõem.

Que tempo é esse, onde os desejos são mero reflexos das opiniões da “mídia”? Em que espaço acontece essa manipulação das consciências e essa cassação da autonomia alheia?

Esse espaço e esse tempo são múltiplos. São o espaço e o tempo do trabalho e do não-trabalho. São o tempo disponível e o tempo desocupado. São os espaços privados (da família) e os públicos (a escola, as igrejas, os grupos culturais). São os espaços e os tempos de um ser que teima em ser livre. Ou se não o é, pensa em conquistar a liberdade. Ou se não pensa, é porque já abdicou de sua condição de Ser.

Nesses tempos de tormenta, quando a agitação do cotidiano nos dificulta encontrar a direção de uma caminho mais suave, mais alegre e mais prazeroso, é fundamental

²⁹ Estes problemas, vocês que presidem os destinos do planeta, não podem pretender ignorar. Vocês mesmos, no curso de sua ‘Cúpula’, reconheceram que 1,3 bilhão de indivíduos vivem em um estado de extrema pobreza e que 800 milhões estão desempregados. Vocês mesmos apresentaram a situação incontestável do desastre econômico, social e humano - desabamento das produções industriais e agrícolas, pauperização, extensão do trabalho de crianças, desregulamentação, decomposição social e também fome, guerra pretensamente étnicas, droga. ... - engendrado pelos planos de ajuste estrutural e os planos de privatização impostos sobre todos os continentes pelo FMI, Banco Mundial, União Européia, Organização Mundial do Comércio, Nafta, etc. Trecho da Carta Aberta da Conferência Operária Internacional de Banska Bystrica (Eslováquia) de 11 e 12 de março de 1995.

que paremos, busquemos um ponto mais alto, diferente daquele em que nos encontramos e então nos permitamos parar, sentar, alimentar nossos espíritos e orientar nossos sentidos. Essas ações por certo nos permitiriam um navegar mais tranqüilo.

Mas para que isso aconteça é preciso tempo, é preciso espaço e é preciso, acima de tudo, construir esse tempo e esse espaço. Lugares esses que permitam viver, brincar e muito além disto, contemplar, pensar e refletir. Podemos dizer que isso é essencial para a vida humana. E por ser essencial, deve ser público.

Esse tempo seria o do lazer? Deveria esse espaço ser público?

É preciso constituir uma esfera pública, que combine a ação do Estado e da sociedade com o controle social sobre o poder público. É preciso disputar o espaço e o tempo disponível dos trabalhadores na perspectiva de lhes proporcionar algo essencial, um espaço e um tempo de vivência criticamente estruturado, que lhes possibilitem ler o mundo a partir de um patamar liberado da escravidão que as relações sociais de produção hoje impõem.

É necessário viver um novo tempo, livre das amarras da produção desenfreada. É preciso construir um espaço *desmercantilizado*, onde o objeto de consumo seja o prazer de ali estar, naquele espaço, naquele tempo, conscientemente desinteressado. Por isso acredito ser relevante reconstruir a história recente da cidade de Florianópolis no que diz respeito às políticas públicas de lazer. Em última instância, olhar o que, como e porque o poder público municipal tem agido no que se refere a políticas públicas de lazer, políticas essas que devem ter uma íntima relação com a política cultural do Município.

Para falar de lazer, no âmbito das políticas públicas, é preciso buscar a interface que une cultura e lazer, dois elementos fundamentais que na dialética da dinâmica social, não só se interligam, mas se completam e se constroem mutuamente. Nisso reside o duplo aspecto educativo do lazer, que é veículo e objeto da educação.

1. Sobre o Lazer

O conceito de lazer tem sido alvo de muitas polêmicas. Não vou aqui reproduzi-las. Há consenso em torno do lazer como um fenômeno característico das sociedades modernas industriais, embora no Brasil o surgimento do lazer esteja mais ligado à urbanização do que ao desenvolvimento industrial. Apenas como forma de ilustrar o dissenso a respeito do conceito, vou retomar as duas formulações que me parecem clarear de antemão a forma como pretendo abordar a questão do lazer.

São duas visões antagônicas:

Uma primeira que vê no tempo livre do trabalhador mais uma oportunidade de mercado, transformando os indivíduos em desavisados consumidores dos produtos da indústria cultural, fazendo do pequeno tempo “livre” um momento de recomposição de energias e compensação da dura jornada de trabalho. Essa corrente compreende o ócio como algo extremamente pernicioso, pois aí prevalece a idéia do tempo perdido, com base nos princípios de produtividade e acumulação.

O caráter funcionalista e conservador dessa primeira possibilidade de encarar o lazer fica evidente. A ocupação do “tempo disponível”³⁰ com atividades saudáveis, a função reservada para o técnico do lazer, a compensação do trabalho e a consideração do lazer como puro ócio, ou como supérfluo clarificam e corporificam um ideal de harmonia social voltado para a produtividade e para a desconsideração das necessidades humanas mais básicas, como o direito à cultura e a opção voluntária pela atitude mais apropriada para cada tempo, no caso o *tempo disponível*.

Vejamos então uma segunda possibilidade de olhar o lazer:

A segunda vertente pressupõe a compreensão do conjunto onde ocorrem as práticas denominadas de lazer, ou seja, começa por negar o estado natural da sociedade e suas relações, contesta o caráter compensatório e alienante/alienado de uma prática desprovida de significado para os seus participantes.

³⁰ Marcellino propõe a substituição da expressão “tempo livre” por “tempo disponível”. Justifica a mudança argumentando que, “do ponto de vista histórico, tempo algum pode ser entendido como livre de coação ou normas de conduta social”(1996:08); tempo disponível também deve ser entendido como o tempo liberado das obrigações escolares, familiares ou sociais.

Essa visão implica em trabalhar com valores que contrariam os interesses das elites dominantes, como por exemplo a autonomia, o que permitiria o crescimento individual consciente, reflexivo, crítico. Entendimento que poderia alargar-se para além da compreensão do tempo disponível, para a compreensão mesmo do tempo do trabalho, da família, do bar, da igreja ou da escola. Significa a possibilidade de ampliação dos horizontes, saindo da esfera das relações de produção meramente e penetrando na esfera cultural, o que certamente descortinaria um complexo mundo novo a ser reaprendido.

Encaminho assim para a opção por um conceito de lazer muito mais próximo da segunda possibilidade apresentada. Um conceito que pressupõe compromisso com a possibilidade de mudança da ordem injusta sob a qual a maioria da população do globo está hoje submetida, ou que se permite submeter.

Diante das proporções da ação sugerida, cabe desde logo explicitar que de maneira alguma podemos abrir mão do caráter interdisciplinar das ações de lazer. Pensar, preparar, executar e avaliar ações no campo do lazer, não pode ser trabalho exclusivo de especialistas desta ou daquela área. Essa ação pressupõe a participação de profissionais e voluntários com as mais diversas formações e, acima de tudo, na perspectiva de uma ação cultural emancipatória, exige fundamentalmente a participação popular. Nesse sentido, embora ressaltando o atraso brasileiro também no campo das reflexões sobre o lazer, citaria como obra recente na área da produção sobre a compreensão do lazer entendido como essencial e portanto carente de uma ação dos poderes públicos, o já citado “Políticas Públicas Setoriais de Lazer”, de Nelson Marcellino. Foi nessa obra que encontrei um conceito que entende o lazer

“como a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa”

(Marcellino,1995:31).

1.1. Tempo: disponível, desocupado ou livre

Não é possível falar de lazer sem ter em mente o trabalho. Assim como é fundamental trazer à tona algumas importantes definições que se relacionam com o tempo onde acontecem as manifestações de lazer, tempo esse que é marcado pela ausência de obrigações, sejam elas profissionais, familiares, escolares ou sociais. Portanto, esse tempo deve ser entendido como um tempo não trabalhado, por isso “*disponível*” para uma ação cultural voluntária.

A partir da afirmação do lazer como ação em um tempo de não-trabalho, pode ser invocada então a definição do tempo do desempregado como um espaço privilegiado de lazer. Não fosse o caráter compulsório da situação de desemprego, talvez fosse correto aquele entendimento. Justamente por não estar submetido às relações de produção, o tempo “*livre*” do desempregado em relação ao trabalho é inexistente. Continua, no entanto, a possibilidade de sua liberação das obrigações de outra ordem e aí então o seu tempo livre poderia ser classificado como “*tempo disponível*”. Nesse sentido, concordo com a definição de “*tempo desocupado,*” atribuída ao tempo “livre” do trabalhador desempregado.

Sobre tempo livre cabe um questionamento inicial. Qual é o tempo que podemos considerar “livre”? Pensando sobre as relações de trabalho fica difícil de entender o tempo do trabalho como livre. É possível concordar com a existência de um trabalho prazeroso, onde a atividade tenha sido escolhida pelo trabalhador e onde as relações trabalhistas escapem um pouco do padrão conservador. Fica ainda assim, uma condição que caracteriza a relação trabalhista que é a troca “*obrigatória*” da força de trabalho por um salário. Essa obrigatoriedade, mesmo em um ambiente de trabalho menos conservador, implica no compromisso da prestação do serviço, seja em que condição for. Isto é, o trabalhador está submetido à obrigação diária do trabalho, mesmo naqueles dias onde sua disposição não é satisfatória e então o trabalho não será prazeroso. A obrigação contradiz também e fundamentalmente o caráter “*desinteressado*” do lazer, como foi acima definido. Pode ainda ser questionado o “tempo livre” a partir do ponto de vista ideológico-cultural, onde o controle sobre as emoções e desejos acontece em outras esferas que não o trabalho. No tempo liberado das obrigações, não raras vezes é mantido o controle do tempo das pessoas (e de suas atitudes também). Não há a pretensa liberdade que caracterizaria algum tempo como livre. As convenções sociais impostas cultural e ideologicamente, as condições materiais e o bombardeio de ofertas e condicionamentos da indústria cultural contribuem para a cassação da liberdade. A rigor, na sociedade moderna pós-industrial, pouco resta de liberdade de opção.

A possibilidade aberta pela massificação da comunicação, de moldar o padrão de vida das pessoas a partir da homogeneização das culturas, castra os sonhos mais íntimos que cada um possa ter. Como já foi dito em relação ao prazer, nossos desejos também não são mais nossos, ou ainda talvez fosse mais correto afirmar que há um paradoxo nessa situação. Isto é, em plena era da competitividade e da idolatria ao individualismo, o “meu” desejo, em certa medida, é enquadrado em um padrão cultural homogêneo e homogeneizador, retirando-lhe o que há de “meu” e tornando-o parte de um pseudo “nós”, abstrato e volátil.

A condição do tempo de lazer fica melhor esclarecida se for associada ao fator atitude. É na compreensão da unidade tempo/atitude que podemos melhor discutir a caracterização de ações como de lazer ou não.

Para Marcellino, *“o lazer considerado como atitude será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade”*. Referindo-se ao tempo, o mesmo autor diz que *“o lazer ligado ao aspecto tempo, considera as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no tempo livre, não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas.”*

Completando essa idéia, o pesquisador afirma que *“apesar da polêmica sobre o conceito, a tendência que se verifica na atualidade entre os estudiosos do lazer é no sentido de considerá-lo tendo em vista os dois aspectos - tempo e atitude”*.(1996:08)

Mais do que buscar definições acabadas sobre o tempo do lazer, minha intenção é discutir um tema cada vez mais importante para nós, habitantes da sociedade moderna, pois chegamos em uma época onde mais do que nunca é preciso compreender as razões do trabalho e a necessidade do lazer, esse como componente também essencial para a nossa sobrevivência. Sem a devida reflexão, tornar-se-á difícil a compreensão de fenômenos sociais que se manifestam a cada dia, aparentemente naturais e inexoráveis, quando na verdade são frutos da inteligência superior dos seres humanos, sendo assim, também, passíveis de interferência humana.

2. Sobre cultura

“Sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens.”

Clifford Geertz

A afirmação de Geertz é instigante. Está em seu livro *A Interpretação das Culturas*, em uma edição de 1989. Mas já havia sido formulada anteriormente, quase literalmente, em um texto de sua autoria com o título *Transição Para a Humanidade*, em uma edição brasileira de 1980 do livro *O Papel da Cultura nas Ciências Sociais*, obra em que diversos autores discutem a relação entre cultura e vida humana.

Julgo ser importante refletir sobre essa afirmação, uma vez que, na atualidade, quotidianamente ouvimos diversos significados atribuídos ao termo cultura. Mais do que isso, é feita uma enorme banalização de uma discussão que praticamente determinou senão o surgimento, pelo menos o avanço da Antropologia enquanto ciência. Tal vulgarização surge a partir das tentativas levadas a cabo de transformar o conjunto das ações humanas, em uma massa de atitudes tão naturais quanto o bater de nossos corações. Discute-se como se os significados atribuídos à essas ações, em qualquer sociedade, em qualquer tempo, fosse um só, comum a toda a humanidade.

A quase totalidade da espécie humana é falante. Isso é natural. Mas as falas são tão diferenciadas na forma, no significado e até mesmo no uso dos “equipamentos” disponíveis que, torna--se praticamente impossível aceitar a idéia da *natureza humana única, universal*.

Há os que literalmente “falam pelos cotovelos”, gesticulam, usam quase o corpo inteiro, complementam os sons que emitem com um peculiar balanço corporal, fazendo da sua fala um verdadeiro *balet*. Há os que restringem a sua comunicação a um simples movimentar dos músculos faciais responsáveis pela articulação das palavras, em conjunto, é claro, com os órgãos internos responsáveis pela emissão dos sons. Mesmo o sorriso, tão natural nas crianças, nos adultos, seres já mais “humanizados”, adquire conotações, formas e significados que pode variar conforme o lado da montanha que habitamos.

Gostaria, então, de enfatizar a necessidade da discussão sobre o conteúdo da afirmação inicial de Geertz, pois do entendimento que temos acerca da origem e do conceito de cultura dependem, em boa medida, a forma como compreendemos as manifestações culturais e os significados que se tenta atribuir a elas. Podemos pensar que o homem se fez

biologicamente até o ponto de então poder receber, de uma hora para a outra, uma herança cultural, ou podemos entender diferente, que o homem se fez biologicamente da forma como se fez em virtude da interação, por um longo período, de ações culturais e biológicas, atuando ambas mútua e simultaneamente, passo a passo. Das conclusões sobre uma ou outra compreensão podem derivar vários caminhos, que nos conduzam para a aceitação pura e simples de uma *natureza humana universal*, ou nos dirijam para uma reflexão acerca do caráter inacabado do ser humano, isto é, da sua condição de ser vivo em constante e infundável construção. Processo esse do qual a espécie humana é ao mesmo tempo, agente e resultante.

2.1. A Teoria do Ponto Crítico e uma História da Cultura

Sem a pretensão de explicar cabalmente o pensamento de Alfred Kroeber, podendo até mesmo incorrer em alguma heresia acadêmica, gostaria de citar aqui, a partir dos escritos de Geertz, o eixo central da *teoria do ponto crítico* e em seguida expor o pensamento de Geertz acerca do surgimento do homem e da cultura, o que chamarei de *uma história da cultura*.

A teoria, desenvolvida por Kroeber, tenta explicar a origem da cultura a partir de uma modificação nas estruturas de pensamento de um ser cuja existência imediatamente anterior não possibilitava o desenvolvimento da comunicação, por exemplo. Para Geertz, o pensamento de Kroeber postulava “*que o desenvolvimento da capacidade de adquirir cultura foi uma conquista repentina, de um momento para o outro, tipo salto quântico, na filogenia dos primatas: num dado momento da história da hominização — isto é, da ‘humanização’ de um ramo da linha dos primatas — se produziu uma alteração orgânica prodigiosa ainda que provavelmente pequena em termos genéticos ou anatômicos*”(1980:23). Teriam sido essas modificações que passaram a permitir que o ser recém feito humano pudesse iniciar a se comunicar, a aprender e ensinar e a fazer generalizações.

Essa percepção fundamentada por Kroeber, com o apoio da psicologia comparada, da semântica e da etnologia,³¹ tornou-se difundida e passou a ser tratada, ao menos por Geertz,

³¹ A explicação de Geertz acerca da fundamentação da teoria do ponto crítico pode ser encontrada nas páginas 25, 26 e 27 do livro O Papel da Cultura nas Ciências Sociais.

como a *perspectiva tradicional das relações entre o avanço biológico e cultural do homem* (1989:58).

Todavia, há que se perguntar qual teria sido esse momento em que foi possível uma transformação tão radical, que permitiu de uma só vez a ultrapassagem de barreiras tão significativas, que separavam o humano do não-humano. Na visão de Kroeber, o desenvolvimento físico do homem teria acontecido independente de sua interação com o ambiente externo, algo como um avanço genético qualitativamente tão surpreendente que me faria supor que, nos dias atuais, a um bebê bastaria nascer para que se tornasse humano do ponto de vista da cultura, podendo em seguida ser abandonado à sua própria sorte, longe de seres humanos culturalmente situados, pois a carga genética por ele possuída lhe garantiria a aquisição da fala, do conhecimento, da possibilidade de aprender e ensinar e de fazer generalizações. Portanto, julgo pertinente trazer nesse momento a idéia de Aleixei Leontiev, de que “(...)cada homem aprende a ser homem. Aquilo que a natureza lhe deu à nascença não é suficiente para viver em sociedade. Tem de assimilar tudo o que o desenvolvimento histórico da sociedade humana alcançou”(In Engels et alii, 1980:47).

Geertz aponta um problema quanto ao momento em que teria acontecido a transformação para a humanidade. Ele diz que “o único problema é que tal momento não parece ter existido”(1989:59). Justificando sua afirmativa, ele aponta que os conhecimentos mais recentes da antropologia indicam que a transposição para um *tipo de vida cultural* demorou alguns milhões de anos, o que denotaria não apenas uma mudança genética, mas uma longa seqüência de mudanças.

Vale aqui acompanhar a fala do próprio autor:

“Na perspectiva atual, a evolução do Homo sapiens — o homem moderno — a partir de seu ambiente pré-sapiens imediato, surgiu definitivamente há cerca de quatro milhões de anos, com o aparecimento do agora famoso Australopitécino — os assim chamados homens-macacos da África do Sul e Oriental — e culminou com a emergência do próprio sapiens, há apenas uns duzentos ou trezentos mil anos. Assim como pelo menos formas elementares de atividade cultural ou, se desejam protocultural (a feitura de ferramentas simples, a caça e assim por diante) parecem ter estado presentes entre alguns dos Australopitécinos, há então uma superposição de mais de um milhão de anos entre o início da cultura e o aparecimento do homem como hoje o conhecemos”(1989:59).

Esse e outros argumentos apresentados por Geertz, apontam na direção do entendimento de que a espécie humana realmente foi um componente essencial para o seu próprio avanço até chegar a se constituir no que é hoje. A cultura não é um complemento ao desenvolvimento da espécie, acrescentado após a conclusão do seu desenvolvimento biológico, mas é, como já foi dito anteriormente, causa e conseqüência do processo de construção humana.

Para Carlos Rodrigues Brandão, isso é a *raiz do óbvio*:

(...) “a própria história humana não é outra coisa senão a trajetória do processo por meio do qual o trabalho social do homem opera a dialética da transformação da natureza em cultura. Opera a passagem de um mundo dado ao homem para um mundo construído pelo homem”(1986:22).

Assim é que, o aperfeiçoamento das ferramentas, o uso da caça, a prática de reuniões e o início da organização familiar criaram um novo ambiente para a espécie que se desenvolvia, o que lhe exigia novos esforços de adaptação. A interação entre o desenvolvimento biológico e o cultural, teriam sido constantemente realimentados mutuamente, gerando novos e sucessivos avanços, tanto do ponto de vista da produção de novos elementos culturais (que exigiam novas adaptações corporais) como ao contrário, as novas adaptações abriam caminhos e consolidavam a possibilidade de novas significações e usos corporais. Sendo assim, no dizer de Geertz, o homem teria *determinado o seu próprio destino biológico*, a medida em que criando formas novas de viver e se desenvolver, foi provocando, inconscientemente as mudanças que o conduziram aos dias de hoje e portanto, “*literalmente, embora inadvertidamente, ele próprio se criou*”(1989:60).

A partir deste panorama acerca de como a espécie humana se construiu histórica e culturalmente, é possível vislumbrar a possibilidade e a necessidade de repensarmos o caráter universal da natureza humana, idéia essa muito a gosto de quem defende os processos de mundialização e globalização nos moldes em que esses processos estão se desenvolvendo. Para quem concorda com a teoria do *ponto crítico*, talvez não exista essa necessidade, mas para quem concorda com a posição defendida por Geertz, torna-se difícil aceitar que um *ser* que se fez a si mesmo, sob circunstâncias as mais adversas possíveis, tendo superado adversidades durante milhões de anos, chegue nos dias atuais com um padrão tal de desenvolvimento que nos permita generalizar a respeito de sua *natureza* a

ponto de reduzi-lo a uma *única possibilidade natural*. Teria a espécie humana sobrevivido em ambientes tão diferentes, se a sua *natureza* não fosse tão diversa que lhe possibilitasse interagir com o meio conforme as exigências de cada local, em cada tempo? O que lhe permitiu tamanha proeza, que a outras espécies não foi possível?

Há sim algo de universal na *natureza humana*. A possibilidade de ser *diferente*.

2.2. A diferença: o elo da semelhança

“(...) a multiplicidade e a diversidade das concepções que os homens têm sobre o que é o Homem, não faz mais que expressar cristalinamente uma das mais marcantes e universais características do humano: a diferença. Ao se definirem diferentemente como homem, os homens manifestam a natureza profundamente semelhante que os une: poder diferir. Aí está a razão pela qual resposta única à pergunta o que é o Homem? jamais será possível, mesmo que científica. E também o porquê de ser o respeito pela diferença entre os homens, fundamentalmente respeito pela semelhança entre eles. Assim, dizer ‘a semelhança que nos separa’ ou a ‘diferença que nos une’ não constitui paradoxo algum no terreno do humano.”

Rodrigues, 1989:23

Aquilo que chamei de *história da cultura* parece ser a autorização para que possamos afirmar a possibilidade da *diferença* como o traço *universal* do que comumente é chamado de *natureza humana*. Ao contrário, a visão tradicional acerca da cultura, aponta para o entendimento do homem como um ser *dado* antes mesmo do surgimento de traços culturais. Se aceitamos a segunda opção, do homem acabado, ou semi-acabado (pois ainda não desenvolvia traços culturais), a diferença, como principal eixo definidor da existência humana fica em situação delicada. Vou tentar explicar.

A *teoria do ponto crítico* nega a interação dos desenvolvimentos cultural e biológico, nega a participação da cultura no processo de transformações biológicas que trouxeram a espécie humana ao estágio de desenvolvimento que agora nos encontramos. Sendo assim, teria morrido no nascedouro o grande trunfo da humanidade, uma vez que o desenvolvimento até o ponto de *aprontar* a espécie para produzir cultura, teria sido fruto de uma unidade biologicamente definida, sem participação da humanidade enquanto agente do processo. Teria sido um nivelamento imposto pela natureza, preparando a espécie para novos passos, de um momento para outro, sem a menor chance de divergência, posto que o movimento teria sido natural, porém externo ao indivíduo em formação. E sendo externo, sem a sua participação, teria eliminado aquilo que impedia o nivelamento, que impedia a preparação para a aquisição e para a produção de cultura, ou seja, *as diferenças*.

O processo descrito por Geertz e aqui já citado, aponta o contrário: parece que as diferenças individuais estiveram sempre presentes, sendo fundamentais no

desenvolvimento humano. Isso parece evidente se concordamos com o processo de interação anteriormente descrito como sendo a base para o avanço da humanidade. Se ao biológico uniu-se de maneira indissolúvel ao cultural e se esse processo teve um componente interno, pertencente a cada indivíduo da espécie, então não há como negar a presença das *diferenças* na sua gênese. Nesse caso não teria havido um nivelamento externo, até um ponto qualquer a partir do qual a espécie humana estivesse biologicamente pronta. Ao contrário, cada ser vivente teria doado a sua possibilidade de intervenção (fora de um tempo uniforme) para um processo extremamente intrincado e maravilhoso, que teria permitido o surgimento de infinitas sínteses, resultado da combinação das múltiplas ações culturais com a ação da natureza biológica da espécie. Portanto, as adaptações sucessivas e de mútua influência, foram determinadas e determinaram também a impossibilidade de repetição natural de um mesmo indivíduo biológico, posto que, cada indivíduo teria feito a sua síntese entre fatores biológicos e fatores culturais. É possível pensar essas modificações todas ocorrendo no conjunto dos homínídeos de então, de uma só vez, de maneira aparentemente uniforme? Será que aqueles que já haviam experimentado a feitura e o uso de ferramentas (mesmo que muito rústicas), não estariam já biológica e culturalmente diferenciados dos demais? E entre os usuários de ferramentas, haveria igualdade no ritmo e no tipo de transformações?

Para Geertz, o mais fundamental foram as transformações ocorridas no sistema nervoso central *do gênero Homo* durante o período já citado aqui, de superposição entre o desenvolvimento biológico e o cultural. E pelo fato do sistema nervoso central, ter crescido na interação com a ação cultural, seria “*incapaz de dirigir nosso comportamento ou organizar nossa experiência sem a orientação fornecida por sistemas de símbolos significantes*” (1989:61). Esses sistemas seriam a linguagem, a arte, o mito e o ritual.

Assim, diante dos argumentos aqui expostos (e antes de qualquer contestação), é possível concluir pela impossibilidade de vermos o ser humano como um ser acabado. Visto até mesmo do ponto de vista biológico, continuam a acontecer modificações, tais como a longevidade das células e outras, todas é claro intimamente ligadas com o avanço cultural. Se os humanos hoje vivem mais, sobrevivem em condições nunca antes imaginadas (e pode-se prever a ocorrência de situações ainda mais incríveis), então não é correto pensar o ser humano, em nenhum tempo e em lugar algum como um indivíduo *pronto* para qualquer coisa. As mulheres e os homens são parte de um universo ainda (e constantemente) em formação, ou

seria mais correto dizer, transformação, se é que aposto no caráter infundável da construção da humanidade.

2.3. Um conceito

“Cultura é, sem dúvida, um conceito de extensão miseravelmente vasta. A rigor, quer dizer tudo que não é exclusivamente natureza e passa a significar praticamente tudo num mundo como o de hoje penetrado por todas as partes pelo trabalho criador humano”.

Carlos Estevam, citado por Brandão, 1986:20

Sendo o homem uma construção cultural, é necessário identificar, afinal de contas, aquilo que chamamos de *cultura*. Tentando satisfazer minimamente esse interesse, a seguir percorro *um* caminho na busca da compreensão dos fenômenos culturais. Muito mais para falar sobre cultura do que propriamente dizer ou emitir um conceito de cultura. A intenção é ampliar as possibilidades de entendimento, para fugir um pouco da mesmice que nos coloca em situações de recuo diante dos que tentam nos impingir *a universalidade da natureza humana*. Podemos dizer que hoje, embora o progresso no campo das ciências sociais, não é tarefa fácil conceituar o que seja cultura. Para John B. Thompson, apesar de haver pouco consenso acerca do significado do conceito em si, torna-se fundamental o estudo dos fenômenos culturais em virtude do fato de que a vida *social* “*é uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem*” (1995:165). Por isso, entendo ser necessário estudar os fenômenos culturais como manifestações social e historicamente construídas, mesmo que ao falarmos destes fenômenos, a compreensão do significado do conceito não seja exatamente aquela abarcada pelo consenso construído ao longo do tempo e que hoje compartilham várias áreas que estudam tais fenômenos. Isso não significa que compartilho da idéia de que a teoria possa ser desprezada em nome de um praticismo voluntarista. Significa que prática e teoria são inseparáveis e que no caso da cultura, devemos acompanhar a discussão secular³² a respeito do que significa esse

³² Thompson (1995:166) faz referência às primeiras discussões sobre cultura entre os filósofos e historiadores alemães nos séc. XVIII e XIX.

conceito ao mesmo tempo em que nos ocupamos da compreensão dos fenômenos gerados pela ação humana ao longo da história.

Derivado do latim, o termo *cultura* foi preservado em muitos idiomas europeus com muito do seu sentido original, ou seja, o cultivo ou o cuidado de alguma coisa. Em meados do século XVI essa compreensão foi estendida da “*esfera agrícola para o processo de desenvolvimento humano, do cultivo de grãos para o cultivo da mente*” (Thompson,1995:167). De maneira independente, o substantivo *cultura* apareceu primeiro na França e depois na Inglaterra. No final do século XVIII, a palavra francesa estava incorporada ao alemão, primeiramente como *cultur* e depois como *kultur*. No início do século XIX a palavra *cultura* era usada como sinônimo de *civilização*, isto é, como um “*processo progressivo de desenvolvimento humano, um movimento em direção ao refinamento e à ordem, por oposição à barbárie e à selvageria*” (Thompson,1995:167-68). Enquanto na Inglaterra e na França os termos *cultura* e *civilização* se sobrepunham, no idioma alemão os dois termos eram contrastantes, *kultur* era utilizado para diferenciar a *intelligentsia* alemã das classes superiores, que ao se refinarem buscavam a *zivilisation*³³ (Thompson, 1995:168).

Surge em 1782, pela primeira vez, a expressão *cultur-geschichte* — história da cultura — em uma obra do alemão Adelung. A literatura alemã da época era conhecida por oferecer histórias universais da humanidade e utilizavam o termo cultura geralmente com o sentido de cultivo. Mas foi em uma das mais conhecidas dessas histórias, a obra de J. G. von Helder, publicada entre 1784 e 1791 que apareceu o termo *culturas*. Segundo Thompson, a preferência de Helder em utilizar o plural de cultura deve-se ao fato da sua intenção em chamar a atenção para as especificidades características a cada grupo, nação ou período. Para Helder, não havia povo algum sobre a terra que pudesse ser dito como *sem cultura*, por isso o termo não poderia ser usado para definir em todas as épocas ou nações aquilo que *nós* chamamos de cultura.

O sentido de cultura que considerava as particularidades de espaço e tempo foi posteriormente trabalhado por Gustav Klemm, E. B. Tylor e outros.

No final do século XVIII surge um conceito de cultura articulado por filósofos e historiadores alemães e que Thompson define como a *concepção clássica*, que por sua vez,

³³ Sobre o contraste entre *kultur* e *zivilisation*, ver Norbert Elias, O Processo Civilizador.

devido à limitações de seus pressupostos³⁴ não resiste por muito tempo. Mas é com a incorporação do conceito de cultura à ciência então nova e emergente, a Antropologia, que ocorrerá a grande mudança. Isso aconteceu no final do século XIX e o estudo da cultura passou então a ser ligado “à *elucidação dos costumes, práticas e crenças de outras sociedades que não as européias*” (Thompson,1995:170) .

A partir de então cultura e antropologia têm estado intimamente ligadas, sendo a primeira o centro de boa parte da literatura da segunda, originando assim um novo processo de elaboração do significado do que seja cultura hoje.

Ainda na busca de um conceito de cultura, vou buscar em *Marilena Chauí, Néstor García Canclini e Clifford Geertz* algumas idéias que me ajudam a entender minimamente esse emaranhado de ações humanas que leva o nome de cultura.

Vejamos primeiro o que nos diz uma filósofa. Há no senso comum a tendência a uma *naturalização* do ser humano e de suas ações. Essa postura parte do pressuposto que o que apontamos como natural “*existe necessária e universalmente como efeito de uma causa necessária e universal*” (Chauí, 1995:289), sendo que essa causa referida seria a Natureza.

Ora, essa afirmação desconsidera a intencionalidade da ação humana. É evidente que não é natural por exemplo a maneira como as pessoas falam ou se vestem, ou se comportam em público. Atualmente é facilmente verificável como esses comportamentos variam de região para região. Há determinantes locais condicionando o modo de pensar e agir.

Por exemplo, uma das preocupações dos executivos que transitam na área do Mercosul é com as culturas dos povos que compõem as nações envolvidas no processo de integração econômica. Os executivos deram-se conta que não basta somente aprender o idioma espanhol, é preciso ir muito além da fala para compreender outro povo, outra nação. A forma de fazer negócios, o pensar e o agir também são característicos em cada cultura, em cada lugar e em cada época. Trata-se nesse caso de um interesse instrumental pelo *modo de fazer negócios* e não pela cultura em geral ou pela qualidade da produção cultural de argentinos, uruguaios e paraguaios. Longe de resgatar a unidade cultural possível dos povos do Cone Sul, o que está sendo alvo de apreensão são as falas, os hábitos e as melhores

³⁴ A concepção clássica privilegia alguns trabalhos e valores em relação a outros; trata esses trabalhos e valores como a maneira pela qual os indivíduos podem se tornar cultos, isto é, enobrecidos na mente e no espírito. Este privilégio outorgado a certos trabalhos e valores estava ligado à auto-afirmação e à auto-imagem da intelligentsia alemã e, mais genericamente, à confiante crença no progresso associado ao Iluminismo europeu.(Thompson 1995:170)

maneiras para que se garantam os melhores negócios com os melhores lucros. Por certo, não está na pauta dos homens de negócios a integração cultural dos povos latino-americanos.

Não há, portanto, essa *natureza universal do ser humano*, como se aqui ou na Tailândia todos agíssemos sob a mesma inspiração natural. Concordaria com a afirmação de Chauí da possibilidade de uma comunidade criar uma mesma cultura para todos os seus membros, desde que essa comunidade não fosse marcada por divisões de classe. Nas sociedades onde há a presença de classes sociais distintas a cultura passa também a ser distinta. Ou seja, cada classe gera a sua cultura, pelo menos em um primeiro momento única e original. Para Chauí *“as classes sociais produzem culturas diferentes e mesmo antagônicas”*(1995:296).

Como resultado da imposição de uma cultura dominante à todas as classes sociais de uma sociedade, independente das diferenças de condições em que vivem as diferentes classes surge um fenômeno desconhecido das comunidades (sem classes), a ideologia. É através da ideologia que se opera uma das tentativas de consolidar a idéia de uma única cultura, ocultando as divisões sociais e passando a idéia de uma história também única (Chauí,1995:296).

Mas e o conceito de cultura? Na obra citada de Marilena Chauí, a autora busca na relação entre cultura e antropologia um conceito de cultura como *“a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística”*(1995:295).

Humanizar-se, criar a existência. Entendo ser esse um ponto essencial para a construção de um conceito de cultura. Entender que as relações sociais, econômicas, políticas, religiosas, enfim, esse conjunto de práticas só existe enquanto criação humana e são frutos de nossa existência enquanto grupo social, por isso são práticas humanas. Não compreender assim pode nos conduzir aos universalismos, a um pensamento em torno de que é tudo natural, dependente da Natureza e não da ação humana intencional. Infelizmente, a manutenção de milhões de seres humanos na miséria, os conflitos bélicos, o racismo, o sexismo, a xenofobia e os fundamentalismos religiosos de toda a ordem são criações humanas. Desgraçadamente ou não, nada há de não humano nas misérias aqui citadas. Sendo tudo isso criação humana, abre-se então uma esperança: a de que os homens e mulheres de bem podem se unir um dia e recriarem o mundo, opondo ao presente um futuro mais digno

para a existência humana. Em seu livro *As Culturas Populares no Capitalismo*, publicado no Brasil em 1983, Néstor García Canclini também nos fala sobre o caráter não natural das organizações sociais ao referir-se ao papel fundamental da cultura no processo de construção da hegemonia.³⁵ E chama de *arbitrária* a estrutura política e econômica, uma vez que “*não existem razões biológicas, sociais ou espirituais, derivadas de uma suposta natureza humana ou da natureza das coisas, que tornem necessária uma estrutura social determinada*”(Canclini,1983:35).

Mais uma vez está presente a capacidade criadora do ser humano, que ao negar a existência de uma *natureza humana única*, ou uma natureza das coisas, faz com que compreendamos a cultura como algo construído social e historicamente. Resultado da existência humana, a cultura em um sentido amplo, é dinâmica, temporal e não pode ser vista como imutável. Começo a compreendê-la assim, face ao entendimento de que o ser humano também se movimenta no tempo e no espaço. Assim, a cultura como processo e produto de nossas vidas também não deve ser vista como uma imagem que se pode congelar, porque isso pode conduzir a *universalismos* e *naturalismos* que nos impediriam de ver o processo cultural da produção social, política, econômica e em todas as esferas da ação humana como obra de nossa própria vontade e determinação.

Cabe também aqui resgatar uma outra idéia de Canclini que, a rigor, fundamenta a exposta anteriormente. Qual seja a de que toda a formação social

“reproduz constantemente a adaptação do trabalhador à ordem social através de uma política cultural-ideológica que orienta toda a sua vida, no trabalho, na família, no lazer, de modo que todas as suas condutas e relações mantenham um sentido compatível com a organização social dominante”(1983:34).

Aqui, Canclini agrega à questão da cultura um outro fator que para ele parece ser de extrema importância, qual seja o entrelaçamento entre cultura e as relações econômicas, o que no seu próprio dizer seria a “*totalidade indissolúvel*” que reúne o econômico e o cultural (1983:31).

Sem pretender dar uma interpretação ao que Geertz define por cultura, trago aqui a idéia por ele expressa de que *cultura* seria a *totalidade acumulada dos padrões culturais*, esses entendidos como *sistemas organizados de símbolos significantes* —

³⁵ Ao falar sobre hegemonia, Canclini o faz assumindo o conceito gramsciano, interpretando a cultura como instrumento para a reprodução social e da luta pela hegemonia (1983:34).

linguagem, arte, mito, ritual. A idéia de *significado* traz consigo uma forte carga de individualidade, não combina pois com a ausência de *diferenças*, ao contrário, reforça a tese da *diferença como semelhança*. Ou seja, combate qualquer possibilidade de transformar em unanimidade a interpretação de cada fato por cada indivíduo, em cada época e em cada lugar. Por certo não está excluída a hipótese do consenso *ocasional*, esse entendido como um acordo espontâneo entre indivíduos que pretendem trabalhar por algum interesse comum. Em uma sociedade de classes poder-se-ia tratar esse *consenso ocasional* como ideologia, o que supõe uma dose enorme de construção intencional e muito pouco de acaso.

Ao encerrar o capítulo *O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem*, Geertz situa de maneira clara a influência dos padrões culturais sobre a formação do ser humano. Sendo que para ele, “*tornar-se humano é tornar-se individual*” (1989:64). Por conseguinte, se humanizar-se é reafirmar a individualidade, e se, esse individualizar-se acontece mediante a interação com um mundo de significados, ações e significações, fica muito difícil contestar que o que une todos os seres humanos, o que nos torna semelhantes, uniformes, é justamente a *diferença* que cada um de nós representa diante dos sentidos e das interpretações alheias.

Mais do que nunca, formular um conceito de cultura na atualidade é, por certo, uma tentativa geradora de polêmica entre diversas áreas do conhecimento. Mais do que definir-me por um ou outro conceito, minha intenção, se isso é possível, é falar sobre cultura, como forma de entendê-la presente na construção da existência humana e como elemento potencialmente capaz de ajudar a operar as transformações sociais que julgo necessárias.

3. Cultura e Lazer

Sendo a cultura compreendida aqui como manifestação da existência humana e dadas as múltiplas formas de organização social, fica evidente que ela (a cultura) não pode ser identificada como universal e única, posto que não há uma “natureza humana” que indique a possibilidade daquela unidade. Os diversos agrupamentos sociais criam cada um a sua cultura, ou culturas, dependendo do grau de complexidade atingido por suas sociedades e de elementos que tem a ver muito mais com a diversidade do que com a unidade.

Esse é mais um paradoxo. Depois de vários séculos de modernidade, os seres humanos (cuja presença na face da Terra representa apenas alguns segundos no contexto da história do universo) continuam aparentemente cegos por um etnocentrismo exacerbado. Entenda-se seres humanos, nesse caso, como a parcela responsável pela ordem mundial vigente. E digo aparentemente porque, a forma como as classes dirigentes tratam a cultura pouco tem a ver com uma postura etnocêntrica. Na verdade essas classes se valem dos padrões culturais que lhe são próprios para, através de uma violenta manipulação ideológica e cultural pelos meios de comunicação de massa, transformarem as culturas locais em “out”, abrindo espaço para a homogeneização cultural, transformando o estranho em íntimo, excluindo as distâncias, aproximando os novos produtos para torná-los “in”.

Dessa maneira, cria-se a possibilidade para João frequentar a mesma rede de lanchonetes, assistir os mesmos filmes, torcer pelo mesmo craque, pensar na qualidade total e criar um padrão estético de beleza semelhante ao de Juan, John, Jonhannes, Jean ... Ou seja, não importa mais o local onde estejamos ou a língua falada, importa sim se as pessoas são capazes de assimilar a oferta de bens culturais produzidos em série, homogeneizados na idéia e com a qualidade padronizada, conforme o público a que se dirige. A idéia homogeneizada é a da curta duração, que alimenta o consumo através do desejo da posse dos bens de última geração. Um exemplo são os efeitos sobre as linhas de montagem automotivas. Elas passaram a ter uma versatilidade tal que em pouco tempo o “último tipo” pode rapidamente se transformar em “penúltimo.” O padrão de qualidade é a produção dirigida às diferentes camadas consumidoras. O valor (e a qualidade) dos bens deve possibilitar um amplo consumo, mesmo que a mais recente produção de um bem, dirigido às camadas pobres, fique longe da qualidade do produto das camadas médias e dos ricos. E ainda, mesmo que o consumidor pobre não tenha acesso ao bem produzido, a comunicação de (para a) massa encarrega-se de estimular o seu desejo de posse do mais novo, mais moderno e o seu sonho de ascensão social, o que lhe possibilitaria a realização das suas aspirações mais caras. Sendo mais claro, o paradoxo reside na tentativa da redução de uma multiplicidade de culturas em uma única cultura, isso após longos estudos e profundas reflexões sobre a diversidade cultural.

No entanto, é preciso também ficar claro que isso não acontece por falta de compreensão à cerca desses fenômenos, ao contrário, é o resultado de grandes investimentos em estudos e tecnologias capazes de efetivarem uma política de comunicação de massa

rentável financeira e ideologicamente. Do ponto de vista do lazer, os investimentos das classes dominantes têm lhes proporcionado grandes retornos. A indústria cultural dirigida ao lazer é um modelo de competência e lucratividade. Seus produtos são sempre revestidos das melhores embalagens. Os melhores pilotos, os maiores clubes, as mais lindas aventuras, os mais belos carros. Não raras vezes acompanha esses quadros a figura feminina, explorada como um prêmio, cujos mercedores são os consumidores (vencedores) dos produtos oferecidos. Os estímulos são constantes: assista a mais filmes (de preferência os indicados para o Oscar); pratique esportes (de preferência os mais complexos - exigem mais equipamento); leia mais livros (mesmo que sejam os escritos por pseudo-magos), enfim vá ao teatro, faça turismo, construa um jardim, mas, não precisa ficar preocupado com a qualidade dos produtos, ninguém vai lhe perguntar o que você pensa sobre esse ou aquele aspecto da atividade que você escolheu. Consumindo algum item do catálogo oferecido, tudo bem! Você é “in” !

Essa é uma idéia que tenta reduzir, se possível, arrasar qualquer tentativa de resistência à imposição de uma unicidade cultural. Os projetos “modernos”, nada mais são do que o velho discurso do monopólio político e ideológico das idéias. Discurso de uma elite que se diz defensora da liberdade, da livre concorrência, mas que na prática criou os oligopólios, mundializou uma cultura e tenta uniformizar o consumo, negando à milhões de pessoas a participação no fechado clube da economia de mercado e mais do que isso, condenando às misérias de todo o tipo um elevado percentual da população mundial.

É justamente nesse ponto que vislumbro a interface entre cultura e lazer. A primeira como uma das chaves da transformação e o segundo, como o espaço, o tempo e a atitude de expansão da primeira. Entendido, é claro, o lazer na perspectiva possível de uma vivência cultural livremente escolhida e prazerosamente fruída. O que implica em contraposição ao modelo hegemônico da produtividade e ao modelo do lazer comprometido com os padrões culturais inculcados pela publicidade da indústria cultural.

Contraopor-se ao modelo hegemônico implica em alterar a estrutura que adapta o trabalhador à ordem social vigente e também em resistir a essa onda cultural e ideológica que normatiza o pensar e o agir das pessoas no trabalho, na família e no lazer, garantindo sua submissão à ordem social, econômica, política e cultural vigentes. É preciso

constituir uma nova hegemonia, com base em uma produção cultural resistente, popular, democratizada e que aponte a possibilidade de um mundo novo.

O lazer pode ser um espaço/tempo/atitude privilegiado para travar esse embate. Desde que esse seja um lazer comprometido com a mudança. O que significa que os animadores culturais sejam comprometidos com a mudança. Acredito no potencial do lazer como momento e espaço da transformação porque da mesma forma acredito no valor da cultura como elemento gerador de uma nova forma de pensar e agir solidários.

Finalmente, acredito na existência humana como capaz de refletir sobre os seus rumos e assim fazendo, se re-apropriar de sua liberdade e caminhar, mesmo que a passos de formiga, mas com muita vontade!

Capítulo III

AS PROPOSTAS DA FRENTE POPULAR

A intenção deste trabalho, como já foi afirmado, é examinar a proposta de governo da Frente Popular de Florianópolis para as eleições municipais de 1992, especificamente no que diz respeito ao setor lazer. Para isso, a seguir é apresentada uma avaliação do documento intitulado “AGORA A VEZ DO POVO - FRENTE POPULAR - PROGRAMA DE AÇÃO DE GOVERNO”. Esse documento resultou de um processo de discussão no âmbito da Frente Popular. Em seguida são apresentados seis projetos da Fundação Municipal de Esporte e uma discussão sobre a relação entre esporte de rendimento e poder público, enfocando a postura da Administração Popular no que se refere aos Jogos Abertos de Santa Catarina — JASC.

1. O Programa de Ação de Governo (PAG)

O Programa de Ação de Governo (PAG) é o conjunto de propostas para 13 áreas da administração pública municipal, a saber:

01 — Administração Pública

- 1.1. Orçamento e finanças
- 02 — Desenvolvimento Econômico
 - 2.1. Abastecimento - Pesca - Agricultura
 - 2.2. Turismo
 - 2.3. Indústria e Comércio
- 03 — Educação
- 04 — Cultura
- 05 — Esporte e Lazer
- 06 — Políticas Sociais - Assistência social
- 07 — Saneamento
- 08 — Saúde
- 09 — Meio Ambiente
- 10 — Resíduo Urbano (lixo)
- 11 — Planejamento Urbano
 - 11.1. Região Metropolitana
 - 11.2. Uso do Solo
 - 11.3. Sistema Viário
 - 11.4. Habitação
 - 11.5. Gestão da Cidade e Desenvolvimento da Cidadania
- 12 — Transporte Coletivo
- 13 — Segurança Pública

Esse documento explicita os compromissos da Frente Popular, assumidos perante a sociedade florianopolitana, de inverter as prioridades e modificar o modo de pensar a cidade e de governá-la. Para os signatários da proposta, um governo popular poderia se “*empenhar pela realização da cidadania*”, o que significaria, “*lutar pelos direitos básicos do cidadão à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura e ao lazer.*”

As áreas apresentadas pelo programa foram definidas a partir de quatro eixos fundamentais:

- *A questão da cidade-região metropolitana;*
- *Transparência administrativa/gestão democrática;*
- *Participação popular/cidadania;*
- *Inversão de prioridades.*

Para melhor compreensão da análise é fundamental que seja conhecido o conjunto da proposta em tela, seus pressupostos e enunciados. Ao apresentar o Programa de Ação de Governo, a Frente Popular enumerou alguns fundamentos considerados “*suportes básicos para um governo democrático e popular*”:

1. *Reduzir as desigualdades, combater a miséria e a deterioração das condições sociais;*
2. *Democratizar o poder:*
 - *estimulando, ampliando e assegurando a participação nas decisões;*
 - *garantindo todas as informações à sociedade (prestação de contas, projetos, planos, recursos, em total transparência administrativa);*
 - *estimulando a organização autônoma e independente da população e sua auto gestão;*
 - *descentralizando poder;*
3. *Resgatar a cidadania em todos os seus níveis e formas;*
4. *Gerenciar e estruturar a cidade garantindo um ambiente saudável a toda a população;*
5. *Planejar, democraticamente, o espaço urbano e periférico, invertendo as prioridades governamentais até aqui conhecidas;*
6. *Articular as demandas locais às questões estaduais, nacionais e internacionais;*
7. *Promover a integração dos municípios da Grande Florianópolis, entendendo a cidade como um grande ecossistema;*
8. *Desenvolver ações e experiências, individuais e coletivas que apontam para uma nova ordem social, cultural, ética e moral;*
9. *Conscientizar os cidadãos de forma crítica, acerca dos limites de um Governo Municipal e das demais Instituições.”*

A análise da proposta da Frente Popular apresentada acima em suas linhas gerais, eixos centrais e suportes básicos, será operada com base nas idéias anteriormente apresentadas, sobre lazer, cultura e políticas públicas. Por tratar-se de uma proposta apresentada como alternativa ao conservadorismo, farei uma tentativa de ampliar o olhar para além da especificidade contida no item referente a Esportes e Lazer, uma vez que parto do pressuposto que uma proposta inovadora não deveria centrar esforços pontualmente, como o fazem a maioria das administrações públicas tradicionais. Uma proposta de lazer, em uma administração que pretenda romper com uma tradição política conservadora, necessita também romper com o padrão tradicional de encaminhamento de propostas. Nesse sentido é

preciso verificar, na medida do possível, o grau de relação entre as diversas propostas setoriais contidas no Programa de Ação.

Para isso será apresentada a seguir, na íntegra, o item do Programa de Ação de Governo que contém as propostas de Esporte e Lazer.

“05. ESPORTE E LAZER

O Esporte e o Lazer, nos dias de hoje, constituem atividades que conseguem integrar todas as classes sociais, reunindo pessoas de diferentes posições sócio-econômicas e políticas.

O QUE VAMOS FAZER:

1. Elaborar projetos específicos para as comunidades de acordo com seus anseios e estimular a criatividade e a participação popular nas atividades planejadas;

2. Priorizar a descentralização de competições nas comunidades reestruturando o uso dos espaços físicos particulares pelas comunidades próximas;

3. Elaborar um calendário de atividades escolares desportivas e de lazer;

4. Estimular a criação de espaços adequados para o lazer da população, implantando-se equipamentos necessários, junto às comunidades;

5. Esporte de competição:

a) Possibilitar aos talentos descobertos nas escolas a oportunidade de continuar seus treinamentos junto aos clubes desportivos, através de um projeto de integração clube-escola, visando aprimorar a performance;

b) Reciclar periodicamente técnicos e profissionais especializados em diferentes áreas para a melhoria técnica e representativa nas diversas modalidades;

c) Buscar, junto à iniciativa privada, recursos que viabilizem estes projetos, incentivando a todos a contribuírem na formação dos nossos atletas.

6. Esporte-lazer:

a) Rever a utilização dos aterros e Baías Norte e Sul, revitalizando os esportes náuticos e os ditos radicais, até então abandonados, contribuindo para o fomento do turismo alternativo;

b) Promover e fomentar através de convênios, atividades nas praças, condomínios, bairros e vilas que atinjam todas as idades para tirar as pessoas do sedentarismo, buscando melhorar a saúde e promover a integração social;

c) Incentivar, preliminarmente, para fins de lazer esportivo, os espaços físicos subutilizados ou abandonados se, através de comodatos, ficariam de uso temporário da comunidade, possibilitando até a isenção de impostos;

7. Repensar o papel da Fundação Municipal de Esportes, principalmente no aspecto de direcionamento técnico-administrativo, buscando manter o atleta

formado nas escolinhas da cidade, em absolutas condições de representá-los nos eventos de repercussão estadual e nacional.”

A primeira consideração a fazer com respeito ao item 05 do Programa de Ação de Governo da Frente Popular de Florianópolis, para a eleição à Prefeitura Municipal, em 1992, tem a ver com a reunião, em um único ponto, de dois temas relacionados, esporte e lazer, mas que em hipótese alguma podem ser tratados como se fossem um só.

Tal tratamento evidencia um entendimento da relação entre esporte e lazer que é contraditório com o discurso da inovação, próprio da Frente. Já na apresentação do item 05, há uma referência à integração que o esporte e o lazer teriam capacidade de promover entre todas as classes sociais e pessoas com posições políticas e sócio-econômicas completamente distintas. Formulação essa que nos remete para um campo nebuloso, onde lazer e esporte se confundem e, além disso, são vistos como fenômenos desprovidos de qualquer materialidade. Seriam manifestações assépticas, impermeáveis às variações culturais entre classes sociais e/ou grupos políticos distintos. Seria como acreditar que ao passarmos pelo portão do estádio de futebol deixamos do lado de fora todas as diferenças possíveis de existir e que nos constituiríamos em um todo social homogêneo.

Para começar, há vários portões de acesso em cada estádio. Há vários e diferenciados espaços no interior das *arenas* esportivas, assim como na maioria das casas de espetáculos. Uns e outros são separados por grades, seguranças e, previamente, pela sua condição de pagar. Ou cinco reais para torcer em pé ou cinquenta reais por uma cadeira, ou, hoje em dia, muito mais por um camarote com direito a “mordomias” de vários e duvidosos tipos. Para uns, o frio do concreto nú, a chuva ou o sol escaldante, a falta de banheiros limpos; para outros, o calor das cadeiras numeradas ou a sombra agradável dos pavilhões, os garçons servindo uísque e a segurança particular dos clubes.

Acreditar que o esporte e o lazer possam promover a integração aludida é fazer uma análise desprovida de senso crítico e efetivamente descomprometida com as mudanças referidas. É apostar no imobilismo e na perpetuação do uso do esporte e do lazer como instrumentos a serviço de qualquer fim. Põe de lado as contradições do modo de produção em que estamos inseridos e caminha para a incoerência, pois mantém a confusão entre os conceitos de esporte e lazer, desvinculando-os da discussão cultural e abrindo caminho para o discurso do espetáculo, da integração, da homogeneização, bem ao gosto dos que comandam a indústria cultural nesses tempos de globalização.

Portanto, a formulação que apresenta o item 05, salvo melhor juízo, está em flagrante conflito com os *eixos centrais* e com os *suportes básicos* anteriormente apresentados, que deram o norte na elaboração da proposta da Frente Popular para o governo municipal.

O segundo aspecto que merece atenção é o fato de não haver uma integração entre o conjunto do item 05 e a apresentação do Plano de Ação de Governo. Senão vejamos. Já no primeiro parágrafo do documento em análise encontramos a seguinte formulação:

*“Nós, da FRENTE POPULAR, temos a firme convicção de que, apesar da realidade sócio-econômica e política atual do país, podemos nos empenhar pela realização da cidadania. Isso significa lutar pelos **interesses básicos do cidadão à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura e ao lazer**. Ou seja, significa assumir um compromisso com a população.”³⁶*

Sendo o lazer um dos interesses básicos do cidadão, corretamente identificado pela Frente, como justificar o item 05 uma vez que somente dois sub-itens, o 1 e o 4 referem-se diretamente a questões relacionadas com uma política voltada para o setor lazer? No sub-item 1, encontramos a possibilidade do atendimento de demandas específicas de cada comunidade, através de projetos elaborados **para** as comunidades, o que pode pressupor um planejamento externo a elas, a partir do levantamento de tais interesses e da definição de metas pelo governante. Essa é uma estratégia que num primeiro momento parece não contribuir para a realização plena da cidadania. Em oposição à essa estratégia poderia ser discutida a possibilidade do desenvolvimento de uma outra, que envolvesse a comunidade em todas as fases do processo de construção, execução e avaliação das ações referentes a lazer. Já no sub-item 4 há uma breve referência a um dos nós que amarram a problemática do lazer nas cidades de médio e grande porte: o espaço urbano. E a menção é feita no sentido de **estimular** a criação de espaços adequados ao lazer.

Esse primeiro olhar sobre a proposta da Frente nos coloca em uma situação difícil e desafiadora. Houve de fato um norte conceptual que orientasse a formulação do Programa? Há brechas nos demais itens da proposta que poderiam contribuir para um melhor atendimento das demandas referentes a lazer?

³⁶ O destaque em negrito é de responsabilidade do autor.

No que está mais próximo, ou seja, nos demais sub-itens do ponto ESPORTE E LAZER, não há, a priori, a possibilidade de se concretizar uma melhor compreensão, em termos do Programa, acerca da complexidade que envolve a temática do lazer.

O sub-item 2 ensaia uma caminhada naquela direção quando propõe o uso de espaços físicos particulares pela comunidade próxima, mas retrocede quando vincula esse uso à descentralização das *competições*. Mais uma vez misturam-se inadequadamente esporte e lazer. Vale lembrar que, via de regra as competições têm a ver com o lazer de quem as assiste e não com o de quem participa delas, posto que, muitas vezes, a obrigação de vencer sobrepõe-se ao prazer do jogar.

O sub-item 3 aborda a elaboração de um calendário de atividades desportivas e de lazer que envolvesse as escolas. Saudável preocupação, pois sugere uma reflexão a respeito do papel do esporte de rendimento no interior das escolas, o que certamente traria novos elementos para a reelaboração do esporte e lazer na educação escolar, colocando em xeque a formulação tradicional que aponta a escola como a base da pirâmide esportiva e como um *celeiro* de atletas, de onde sairiam os futuros campeões e representantes do país em competições internacionais.

O sub-item 4 trás uma indicação importante a respeito de instalações e equipamentos para o lazer, sugerindo a implantação dos mesmos junto às comunidades, o que demonstra um certo grau de preocupação com a descentralização dos referidos equipamentos públicos de lazer.

Já no sub-item 5 a questão é bem delicada. Há uma flagrante contradição com o disposto no sub-item 3, pois além do esporte de competição estar incluído no item relativo a lazer (ou vice-versa), a proposta segue no rumo do poder público lidar diretamente com a performance esportiva no interior das escolas, buscando convênios entre escolas e clubes e investindo na qualificação de técnicos e profissionais especializados com o intuito de melhorar as equipes representativas do município. É indispensável, em primeiro lugar, reafirmar que o esporte de rendimento é altamente seletivo, por conseguinte, excludente em relação à maioria das pessoas. Em segundo lugar, que escola não deveria ser considerada e nem usada como *celeiro* de atletas, pelo menos não para um governo democrático-popular que se propõe a inverter as prioridades. Em terceiro lugar, sabe-se os prejuízos que o esporte de rendimento pode causar a crianças em idade escolar, além do completo desvirtuamento da

disciplina Educação Física e do papel dos profissionais da área no interior das escolas em função da tão sonhada *performance*.³⁷

Encontramos no sub-item 6, letra “a”, uma justificativa utilitarista para a existência de um apoio do poder público a determinados tipos de esporte. No caso, foi apontada uma utilidade economicamente rentável para atividades identificadas com o lazer, no caso os esportes náuticos e radicais. O fomento ao turismo alternativo justificaria o investimento nas baías e aterros, norte e sul. Positiva era a preocupação com os espaços sub ou mal utilizados e com a revitalização dos esportes náuticos, pois a situação geográfica da cidade é extremamente favorável aos esportes aquáticos, pois seu litoral recortado e suas lagoas oferecem os mais variados cenários e possibilidades.

Melhoria da saúde e integração social formam talvez o binômio mais conservador em relação a esporte e ao lazer, sendo a base da letra “b” do sub-item 6, e com o agravante de que a formulação começa com o verbo *promover*. Fosse o verbo *implementar* o utilizado, a discussão poderia restringir-se ao *binômio conservador*. Mas no caso, a proposta era de promover e fomentar. Ora, se o poder público quer inverter as prioridades e atender as demandas por lazer como um dos interesses básicos do cidadão é preciso ir muito além da promoção e do fomento. Seria preciso assumir a tarefa de estar presente quotidianamente na vida dos freqüentadores de parques, praças e outros espaços públicos destinados às práticas corporais. Não é objetivo deste trabalho, mas não posso deixar de destacar a importância de se promover uma profunda reflexão sobre o ideal da melhoria da saúde pela atividade física³⁸ e da possibilidade de uma integração social.

A letra “c” coloca a discussão dos espaços não públicos e ociosos que poderiam ser utilizados pela comunidade em troca de uma possível isenção de impostos. É uma questão delicada ligada não somente às questões do *esporte-lazer* mas, de modo geral, ao conjunto de práticas culturais que carecem de espaços públicos para sua concretização. Fica mais prejudicada, ainda, no momento em que tal proposta de uso do solo é feita, *preliminarmente*, no sentido do atendimento de apenas uma demanda: o esporte.

³⁷ Sobre a busca da performance esportiva ver: Elenor Kunz, *Transformação Didático-pedagógica do Esporte*; Silvino Santin, *Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento*; Valter Bracht, *Aprendizagem Social e Educação Física*.

³⁸ Sobre atividade física e saúde, ver Yara Maria de Carvalho, *O Mito da Atividade Física e Saúde*.

O sub-item 7 parece deslocado. Poderia ser parte do sub-item 05, uma vez que destina, a priori, à Fundação Municipal de Esportes o papel de “*manter o atleta formado nas escolinhas da cidades, em absolutas condições de representá-la nos eventos de repercussão estadual e nacional.*” Neste caso é novamente evidenciada a preocupação com a performance esportiva dos atletas e o rendimento das *equipes representativas da cidade* nas competições e eventos de *repercussão*. Além do mais, esta proposta representa uma contradição, pois o sub-item item 7 inicia por determinar uma reflexão sobre o papel da FME, para logo em seguida indicar o *direcionamento técnico-administrativo*, apontado acima, no rumo do esporte de alto rendimento. Mais uma vez presente a *utilidade* do esporte.

Várias questões aqui levantadas merecem maior aprofundamento, outras já foram discutidas anteriormente. Entre as que mereceriam mais atenção destaco o papel do esporte na escola, o mito da saúde pela atividade física, a integração social pelo esporte e pelo lazer e a representatividade da cidade atribuída às equipes desportivas mantidas pelo poder público municipal às custas de dinheiro público.

Essa panorâmica sobre a proposta setorial de lazer completar-se-á com a análise dos demais 12 pontos do Programa de Ação de Governo. De alguns deles emergem aspectos que apontam para a preocupação em atender as demandas básicas da cidadania. Vou me ater, conforme o objetivo deste estudo, à discussão dos aspectos que seriam importantes para a consecução de uma política pública para o setor lazer, mantendo acesa a lembrança que parto do princípio de que há uma íntima relação entre todas as áreas da administração pública. Isso poderá ser constatado por exemplo, quando da discussão entre lazer e as proposta de segurança pública, transporte coletivo, sistema viário e outras.

1.1. O Programa de Ação de Governo e o Lazer

Como foi apresentado acima, o Plano de Ação de Governo propunha o empenho da Frente Popular, se eleita, pela realização da cidadania e incluía o lazer como uns dos direitos básicos dos cidadãos. Foi constatado, também, um conjunto de contradições entre a introdução do programa e a proposta setorial de lazer. Entre elas destaquei o aspecto conservador no sentido de identificar o lazer e o esporte como promotores de saúde e de integração social; o privilegiamento do esporte em detrimento de uma expansão do lazer compreendida em sua dimensão mais ampla; o uso do esporte de alto rendimento, pelo poder

público, como fator de promoção da cidade e da cidadania; a não afirmação do poder público como agente executor das políticas, limitando-se a fomentar ou a incentivar e, finalmente, a busca de uma utilidade, via de regra a compensação econômica, para o desenvolvimento de ações direcionadas ao lazer e ao esporte.

O esforço seguinte é uma caminhada pelos demais pontos do conjunto do Programa de Ação na tentativa de verificar a existência ou não de relação entre os diversos setores que compuseram a proposta, tendo em vista que uma das premissas deste estudo é a idéia da impossibilidade do desenvolvimento de uma política de lazer conseqüente sem que haja uma ampla integração entre os mais variados segmentos da administração pública.

01. Administração Pública

No item sobre administração pública encontramos um importante elemento que deveria ter permeado as discussões em todas as áreas envolvidas na elaboração do Programa: *o controle social*.³⁹ A proposição da criação de um Conselho Municipal de Lazer poderia ser uma primeira ação concreta da administração municipal no sentido de deflagrar um amplo debate com a sociedade no sentido da necessária reflexão acerca de um tema tão complexo e que exige a participação de várias áreas do conhecimento para que se possa encontrar as melhores soluções. Um Conselho Municipal teria a oportunidade de ser o elo de ligação entre administração, comunidades, universidades e todos interessados em pensar uma política municipal para o lazer.

Embora não constando na proposta setorial específica, a idéia da criação de conselhos apontava para a construção de instrumentos que permitissem à sociedade organizar-se e exercer um efetivo controle sobre a administração pública. Outra idéia interessante, no sentido da transparência administrativa (sub-item 2) seria a da “Sala de Controle Popular”, *“recinto onde todos os projetos em fase de elaboração ou execução estejam expostos, para que todos os cidadãos interessados possuam acesso fácil através de mapas e/ou terminais de computadores.”*

Ações como as citadas acima e a proposta da “Comissão de Licitação” com participação externa, inclusive com representação da promotoria pública, dariam o tom no

³⁹ Íntegra do item 6 da proposta de Administração Pública: *“Controle social - criação e fortalecimento de conselhos populares com caráter consultivo e/ou deliberativo, para todas as áreas da administração. Ex: Conselho Municipal de Transporte Coletivo, Saúde, Educação, Segurança Pública e outros.”*

sentido do chamamento à participação popular e à transparência administrativa. No caso do lazer, caberia também então encaminhar a proposta da criação do conselho e imaginar estratégias para garantir a participação popular durante todo o processo de criação, execução e fiscalização das ações no setor.

Para a Frente Popular de Florianópolis, no sub-item 1.1 – Orçamento e Finanças:

“O caos administrativo que predomina deve-se, à falta de critérios e prioridades para investimento dos recursos existentes, à baixa produtividade das atividades essenciais, ao favorecimento de terceiros quando da contratação de serviços ou do uso de bens e recursos públicos, à aplicação da carga tributária e ao modo como se opera a dívida aos cofres públicos (freqüentemente perdões a inadimplentes) e, finalmente, à total ausência de uma política de pessoal para os servidores públicos.”

Diante desta constatação, a avaliação da Frente concluía no sentido de que um componente importante dos descaminhos das administrações seria a falta de critérios e prioridades no momento de decidir onde seriam investidos os recursos públicos. Esta situação foi mais tarde apontada por Marcellino (1996:01) também em relação às ações no campo do lazer, ao afirmar que *“muito tem sido feito no setor, o que em alguns casos não significa ausência de recursos, mas má utilização, devido a ausência de parâmetros norteadores da ação.”*

Essa avaliação é de extrema importância, porque há setores, entre os chamados progressistas, que têm enorme dificuldade de compreender a imperiosa necessidade de assumir a política setorial de lazer como parcela importante no planejamento dos governos. Em administrações populares em Porto Alegre (RS) e Diadema (SP), segundo o relato de próprios integrantes daquelas administrações, durante o VIII ENAREL — Encontro Nacional de Recreação e Lazer, Porto Alegre, 1996 — a discussão sobre lazer durante muito tempo foi relegada a planos inferiores, havendo dificuldade de acolhimento, por parte do conjunto daquelas administrações, da importância de atender bem à demanda por lazer, o que gerou sérias dificuldades aos agentes políticos encarregados de dar visibilidade às ações do setor.

Sendo assim, embora existam recursos disponíveis, na maioria dos casos há uma priorização exacerbada de algumas áreas em detrimento de outras e, em outros momentos, os recursos alocados são mal utilizados. Importante, por isso, o diagnóstico apresentado no Programa de Ação da Frente Popular, pois alerta que um bom uso dos

recursos públicos passa pela transparência administrativa e por um rigoroso planejamento do orçamento, com controle social.

Também na direção da captação e administração dos recursos públicos, importantes medidas integravam a proposta:

- *ajuste na carga tributária;*
- *revisão da planta de valores e cadastro imobiliário;*
- *método para cobrança da dívida ao município;*
- *revisão dos contratos de serviços com empresas privadas;*
- *estabelecimento de critérios e prioridades para a realização de obras e investimentos públicos;*
- *estabelecimento de uma política de pessoal para os servidores.*

Ainda no que tange a orçamento e finanças, cabe também destacar a preocupação com a chamada *inversão de prioridades* e com o *orçamento participativo*. A respeito da primeira, embora de maneira sucinta, a proposta referia-se no sentido de uma maior alocação de recursos para as áreas mais carentes em função da crise que se abatia sobre o país à época das eleições de 1992, ocasionando por parte da população uma exigência maior em relação à municipalidade no que respeita aos atendimentos básicos. Em relação ao segundo aspecto, a proposta apontava como “*uma empreitada bem sucedida em alguns municípios brasileiros*” e como um sistema que pode se revelar “*tão eficaz na constituição da cidadania que em algumas experiências já se tornou parte integrante do método de planejamento da gestão pública.*”

Todas essas propostas por certo contribuiriam para a execução de políticas de qualquer área, dentro, sem dúvida, de um horizonte que entenda um governo como parte da sociedade e esta como agente e fiscal da administração pública. Sendo, portanto, de caráter geral, relacionam-se à geração de recursos e a uma forma de administrar que possibilita à população organizada demandar atendimento em todas as áreas, inclusive as referentes a lazer.

02. Desenvolvimento Econômico

A avaliação da Frente Popular reforça a caracterização de Florianópolis, já feita anteriormente, como uma “*cidade prestadora de serviços*”. Nesse sentido, o desenvolvimento

do município passa pelo incremento de atividades que valorizem o potencial geográfico-turístico, a proteção à natureza e as culturas locais.

Visando desenvolver a cidade (sem alterar suas características fundamentais) e combater a miséria e suas conseqüências, a Frente implementaria políticas de *abastecimento, agricultura, pesca, turismo, comércio e indústria*.

Vale lembrar que ao falarmos em lazer estamos falando também em trabalho. Portanto, apontar caminhos para a geração de empregos na direção do aproveitamento racional das potencialidades da região, preservando o ambiente natural e as vocações das populações, como é caso das propostas para abastecimento, pesca e agricultura, por certo que interessam na discussão sobre melhoria da qualidade de vida e acesso ao lazer. Não há lazer para quem vive sub-empregado ou desempregado. É preciso que o crescimento econômico transforme-se em desenvolvimento humano para que as pessoas assumam sua condição de partícipes do poder. Não há proposta de lazer compatível com o não atendimento das necessidades básicas da população em termos de renda, de conhecimento e informação.

Em 1992, o turismo já era uma das maiores indústrias do mundo em movimentação de recursos, segundo a avaliação contida no PAG. Sendo assim, e considerando a beleza natural da região e sua conseqüente vocação para o turismo, a FP escolheu esta atividade como um dos focos de sua política de desenvolvimento. O turismo é uma ótima opção de lazer para quem pode dele usufruir. Louvável foi a inclusão no PAG a preocupação com o turismo interno, transformando em meta de governo da FP *“fomentar o turismo preservando o meio ambiente, a identidade da população local e a ela garantindo espaço e condições de lazer interno”*.

Medidas como o incremento da sinalização dos acessos a praias e outras atrações; melhoria das linhas de transporte coletivo; exigir do estado melhorias na segurança pública; arborização; preservação de nichos ecológicos; melhoria de infra-estrutura nas praias; melhoria do serviço de coleta de lixo nas praias; melhoria do sistema viário e outras previstas no PAG sem dúvida contribuiriam para o sucesso de uma política setorial de lazer.

Nas políticas destinadas à indústria pode ser verificado na proposta da FP a preocupação com as pequenas e micro-empresas e com a preservação da natureza, apostando no desenvolvimento de setores industriais não poluentes, como é o caso da moda e da informática, através do pólos da moda e o tecnológico.

Em relação ao comércio e aos serviços alguns anúncios importantes:

- *ampliação da área do calçadão à outras ruas da área central;*
- *criação de um fórum de discussão sobre o horário de funcionamento da cidade em geral;*
- *estimular as atividades de comércio e serviços nos bairros.*

Ações desse tipo, por certo, contribuiriam para o bom desenvolvimento de uma política de lazer, pois demonstram o interesse em garantir às pessoas mais espaço — no caso do calçadão — e mais tempo, uma vez que visam evitar longos e demorados deslocamentos para acessar a serviços plenamente passíveis de serem descentralizados.

03. Educação

Foi afirmado anteriormente, que o acesso da população ao conhecimento e às informações é peça chave para o desenvolvimento de uma política de lazer. O cidadão se constrói num processo de busca e de reconhecimento de seus direitos e deveres e também na compreensão do papel que ele, cidadão, pode desempenhar na direção da comunidade que ele integra. Portanto, a proposta da FP para a educação representava um elemento fundamental para o sucesso de uma administração democrática-popular, pois incluía nas suas preocupações, como eixo central, o direcionamento da escola *“na perspectiva histórica da construção de um novo homem, de uma nova mulher, da cidadania e de uma nova sociedade.”* Integravam a proposta da Frente *a universalização do ensino de primeiro grau; a elevação da qualidade do ensino; a democratização da educação e o financiamento da educação.*

No entanto, uma lacuna identificada na proposta é a que diz respeito ao papel das escolas nas comunidades. Uma política voltada para a participação popular, poderia pensar a rede física escolar como um espaço privilegiado de vivência cultural, transformando as escolas municipais em centros de encontro das comunidades em dias e horários sem expediente. Em várias comunidades a escola poderia ser a quadra, o cinema, o teatro, a biblioteca, o salão de festas e de reuniões que faltam naquela localidade. Sem dúvida isso demandaria o estabelecimento de uma nova relação entre a administração municipal e a população e poderia estimular a participação cidadã no desenvolvimento de ações criativas e coletivas, abrindo novos espaços e novos tempos, gerando uma nova atitude frente aos desafios de gerir coletivamente os bens públicos. Novas opções de lazer, nova possibilidade de encontros, quem sabe o início da construção de uma nova cultura?

04. Cultura

Há uma evidente diferença entre a compreensão do que venha a ser cultura, expressa anteriormente neste trabalho e a visão contida no PAG da FP para as eleições municipais de 1992 em Florianópolis.⁴⁰ Fiz questão de frisar a data e o local para passar com toda a nitidez possível o caráter temporal e local das culturas, ou ainda, a sua dinamicidade histórica. O que já expressa por si só a diferença aludida. Não cabe aqui, pois, dissertar filosoficamente sobre tais diferenças, mas cabe afirmar que o entendimento de cultura, explícito na proposta da Frente, coloca sérios empecilhos à uma compreensão do fenômeno social denominado lazer e que é o alvo do presente estudo. Assim, ficaria prejudicada a discussão e elaboração de uma política de lazer, porque a cultura passaria a ser algo produzido por grupos específicos e consumida por outros⁴¹, cabendo ao poder público estimular a organização dos que produzem e o acesso dos que consomem. Essa visão coloca a cultura em uma vitrine, como um produto do trabalho de alguém com vistas à sua divulgação e possível comercialização, ao invés de entendê-la como resultado e determinante do modo de vida das pessoas, carregada de significados a cada tempo e em cada lugar. Enfim, a cultura vista como algo a ser consumido reduz a compreensão acerca dos fenômenos sociais, sendo o lazer um deles.

06. Políticas Sociais - Assistência social

“O governo da Frente Popular concebe as ‘Políticas Sociais’ como estratégias destinadas a assegurar as necessidades básicas da população, especialmente as relativas à Saúde, Educação, Habitação e Assistência Social. (...) Terá lugar na nossa administração uma assistência social concebida como direito constitucional”.

O texto do PAG rompe com a perspectiva clientelista e aponta a Constituição Federal como instrumento normatizador dos direitos básicos do cidadão, com o que é impossível discordar. Mas, quais são os direitos básicos do cidadão? Os expressos acima ou

⁴⁰ “A cultura não é só cinema, teatro, dança, artes plásticas. É também o conjunto das chamadas ‘culturas populares’ como o artesanato, as festas e o folclore. Mas é, além disso, a forma de comer, de vestir, e de usar o tempo.”

⁴¹ “... aqueles que fazem cultura ...”

“... cada vez mais pessoas passam a fazer e consumir cultura. Cultura não é só passatempo: também é isso, mas é principalmente peça importante na formação do ser humano.”
“Estimular a auto-organização dos setores que produzem cultura;”

aqueles enunciados no primeiro parágrafo do PAG: “ *lutar pelos direitos básicos do cidadão à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura e ao lazer*”, ?

Continuando, diz a proposta para Assistência Social que serão estabelecidas “*políticas de assistência social, articuladas com a Saúde, Educação e Habitação*”. Ponto. Onde ficou o quarto direito básico anunciado no início do PAG? E mais, onde ficou a proposta de “*integrar os vários setores das políticas sociais: Educação, Saúde, Assistência Social (...)*”??

Sem dúvida que o conjunto de ações anunciadas no sentido de socorrer as pessoas mais penalizadas e carentes são de suma importância. Mas, entender o lazer como um direito também básico coloca uma possibilidade de trabalhar com a perspectiva de construção de uma nova cultura, em um espaço privilegiado para isso. Garantir espaço, tempo, conhecimento, condições de moradia, de alimentação, tudo isso soma na direção de que as pessoas possam ter seus tempos menos controlados pelo relógio da produção e pela avalanche de consumo de bens produzidos pela indústria cultural.

Não basta educação, saúde e habitação. As pessoas não querem só comida, mas querem diversão, arte, amor, espaço, liberdade. O lazer tampouco é solução para todas as carências, porém, pode ser um momento de construção de soluções para as aflições da vida do final deste século atribulado.

No dizer de Robert Kurz, (Revista *Isto É* – 25/11/98) “*talvez, uma boa forma de usar o horário livre seja parar para pensar. Pensar sobre a própria vida. Para isso você não precisa de máquinas caras. É de graça*”. Talvez uma boa política fosse providenciar mais tempo para as pessoas pensarem sobre suas carências, ao invés de lhes propor o consumo de “cultura”.

07. Saneamento

“A população de Florianópolis, da ordem de 254.944 habitantes, encontra-se quase que integralmente (95%) assentada nas áreas urbanas (...) Este crescimento ao mesmo tempo que incrementou o processo de urbanização, aumentou as ocupações desordenadas e irregulares em áreas de encostas, fundos de vales (em geral insalubres), junto a rodovias ou em áreas de preservação. Um crescimento com estas características dificulta e na maioria das vezes agrava os problemas relacionados ao saneamento básico, em particular, no que diz respeito ao esgoto sanitário, a coleta de

lixo e à drenagem de águas pluviais, contribuindo significativamente para reduzir os níveis gerais de saúde e de qualidade de vida da população.”

Esse é o início do diagnóstico que compõe o conjunto de propostas para a área de saneamento, que traz informações reveladoras das carências da população florianopolitana à época da eleição da FP para a Prefeitura. Uma população quase que totalmente urbana com seríssimos problemas de moradia e saneamento. Ainda no diagnóstico do PAG, *“segundo dado do IPUF, 23% (cerca de 58.000 habitantes, distribuídos em 38 assentamentos) da população de Florianópolis é composta por pessoas consideradas carentes, com agravante de estarem abrigadas em barracos de madeira (...)”*.

Não é preciso continuar a pintar o quadro de dificuldades que, segundo a Frente, eram vivenciadas pela população de Florianópolis, uma vez que elas não diferem muito daquelas experimentadas pelas populações pobres dos países subdesenvolvidos. O fato é que a capital do Estado de Santa Catarina, a exemplo da imensa maioria das cidades do chamado 3º Mundo, convive com uma brutal desigualdade social. Enquanto no aterro da Baía Norte foram construídos inúmeros prédios de luxo com vistas para o mar, nos morros e encostas a população pobre se vê privada das mais elementares condições para uma boa qualidade de vida. Sem planejamento, as ocupações das encostas aconteceram de maneira a privar seus moradores inclusive de espaço, como é o caso das crianças do Morro do Horácio que tinham dia e hora determinada para descer o morro em companhia de um responsável para jogarem futebol em um campo na Beira-Mar Norte. Ou, ainda, a fabulosa ocupação que as populações próximas ao aterro de acesso aos túneis, pelo lado sul, fizeram, em 1996, do espaço que mudou a paisagem daquela área, numa flagrante demonstração que havia uma grande carência de espaço para o lazer naquela região. Mal as areias do aterro tinham se firmado, um sem número de pessoas as ocupavam nos finais de semana e nos fins de tarde, cravando suas goleiras e redes de vôlei, tal qual um conquistador crava sua bandeira em novos territórios. Conquista essa que, no futuro próximo, poder vir a ser ameaçada pelos interesses da especulação imobiliária.

Portanto, a tarefa posta para a FP, no que tange ao saneamento, água, esgotos, lixo representava um esforço importante para elevação da qualidade de vida das pessoas e que ao ser atacado mereceria uma reflexão maior a respeito da necessidade efetiva e urgente de reorganizar a cidade.

Saúde, Meio Ambiente e Resíduo Urbano (lixo)

Um dado importante nos itens saúde e meio-ambiente é a preocupação com a criação dos Conselhos Municipais. Como foi salientado há pouco, o setor lazer não teve a mesma preocupação. E tal intenção é fundamental para a implantação de uma nova forma de pensar e fazer política. Já no que respeita ao lixo, a intenção era investir forte na mudança de comportamento do cidadão em relação aos resíduos por ele produzidos. Nesse sentido, assumia destaque as ações propostas rumo à educação ambiental.

Para uma cidade com as características ambientais já mencionadas, essa mudança de concepção é crucial para o desenvolvimento da economia e para a melhoria da qualidade de vida de sua população. Sendo o turismo uma das bases da economia local, preservar o ambiente livre de dejetos é fundamental. Ganhariam, pois, importância, os projetos de coleta seletiva de lixo e reciclagem de materiais.

Acredito também que contribuiria para essa mudança de concepção em relação ao lixo e a natureza se os habitantes da cidade tivessem a possibilidade de também acessar às belezas do lugar, o que nem sempre acontece.

Por exemplo, à um morador do distrito do Pântano do Sul, que se locomova em transporte coletivo, torna-se impossível passar uma noite de lua cheia, apreciando o luar do alto do Morro da Lagoa da Conceição. Não havendo transporte coletivo durante a madrugada a capacidade das pessoas se locomoverem fica prejudicada. E não podendo apreciar o conjunto das belezas naturais da Ilha, permanecendo preso à mesma paisagem (por mais bela que seja), fica difícil para as pessoas aceitarem que o lixo por elas produzido, se não for bem tratado, vai afastar os turistas.

11. Planejamento Urbano

Como não poderia deixar de ser, este item do Programa de Ação de Governo da Frente Popular, tem uma forte relação com o objeto deste estudo, as políticas públicas de lazer. É sabido que o lazer, no caso brasileiro, emerge como um fenômeno tipicamente urbano e que portanto, o espaço urbano é o espaço das manifestações e práticas de lazer, bem como o local de residência de seus protagonistas.

A proposta da FP afirmava ter como orientação “*uma nova forma de planejar e produzir a cidade, que rompa com o atual modelo, cuja característica segregadora sócio-espacial reforça o padrão de desenvolvimento sócio-econômico de exploração*”.

Seriam pressupostos desta nova forma,

“uma cidade que garanta:

— *A cidadania à sua população. Isto significa que todo cidadão tem o direito de acesso à terra, à moradia, aos meios de subsistência, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação (...).*

— *Gestão democrática da cidade. (...) a cidade submetida ao controle e participação da sociedade civil (...).*

— *Uma nova forma de ocupação da cidade, que respeite as potencialidades de seu sítio natural e as suas características ecológicas.*

— *Priorização dos pedestres e dos transportes coletivos no sistema viário”.*

Esse conjunto de enunciados é bastante significativo. Inclui, novamente, o *direito de todo o cidadão ao lazer*, colocando-o como uma necessidade de todos e como elemento constituidor da cidadania; invoca de novo a participação popular e o controle social sobre a administração municipal; reafirma o respeito à natureza e destaca a prioridade que os pedestres e os transportes coletivos devem ter na formulação das políticas voltadas para a melhoria do sistema viário.

Por si só eles não produzem incremento ao lazer, mas se pensarmos na importância que assume o tempo das pessoas, veremos que melhorar o trânsito das cidades é fundamental para liberar mais algumas horas semanais de cada um, que poderiam ser destinadas a atividades bem mais interessantes do que ficar horas dentro de um ônibus ou de um automóvel. E fazer isso com a participação dos habitantes do lugar ganha ainda mais importância, pois lhes atribui uma dose de co-responsabilidade pelos sucessos ou fracassos de cada iniciativa, gerando na população um sentimento já experimentado em algumas cidades onde as pessoas são parte ativa nas decisões e por isso se sentem mais próximas de sua cidade. Respeitando o ambiente natural e priorizando as pessoas e o transporte coletivo há, por certo, maiores e melhores chances de se ver crescer a cidadania, um dos eixos centrais do PAG da Frente Popular para 1992.

Essas propostas se completam, em relação ao planejamento urbano, com as medidas sugeridas de revitalização do centro, urbanização e regularização fundiária de favelas e loteamentos irregulares e tantas outras no sentido de facilitar o acesso à terra e democratizar as discussões e as decisões referentes ao uso do solo urbano como, por exemplo, a democratização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Combinadas essas ações com o conjunto do PAG e uma sólida política setorial de lazer, por certo determinariam novos contornos nas relações sociais em Florianópolis.

12. Transporte Coletivo

“Os transportes coletivos, têm a função básica de assegurar aos cidadãos o acesso ao trabalho, lazer e serviços (...) nesse sentido impõem-se, no contexto urbano, como um serviço essencial(...).”

Houvesse uma integração entre as propostas setoriais de lazer com o conjunto do Programa de Ação, por certo haveria também alguma menção ao transporte coletivo nas 24 horas do dia, sete dias por semana. Mas não há. Como implementar uma política setorial de lazer em uma administração que pretende trabalhar em nome da maioria, onde 23% da população é carente, em uma cidade com um relevo muitas vezes desfavorável a longas caminhadas, sem uma proposta concreta de efetiva melhoria do transporte coletivo?. Cabe lembrar aqui o exemplo acerca dos moradores do Pântano do Sul e o relato dos primeiros parágrafos deste trabalho. É inquestionável o acerto de diversas das medidas propostas no PAG. No entanto, do ponto de vista de uma política de lazer, essa é uma lacuna também inquestionável. Ainda mais quando há o expresso reconhecimento do direito ao lazer e o anúncio da função precípua do transporte coletivo.

Outro ponto a ser levantado poderia ser o de incentivo ao turismo interno, com tarifas de ônibus reduzidas em determinados dias e horários para permitir um maior deslocamento da população entre as diversas regiões da cidade.

13. Segurança Pública

“Ainda que saibamos que a redução das desigualdades sociais com a geração de empregos, distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida e trabalho, educação, moradia, lazer e cultura concretamente diminuem a violência e a criminalidade (...) é certo que a Prefeitura tem muito o que fazer (...).”

O texto introdutório sobre segurança pública já expressa a compreensão de que há muitas variáveis na equação que pode levar a uma melhor situação em termos de segurança pública. A dificuldade na solução deste problema é por demais conhecida e não se resume a mais polícia, mais presídios e penas mais severas. Essa formulação, no último ponto do PAG nos dá a noção exata do que parece que faltou em algum momento de sua elaboração. Ou seja, a idéia de que as políticas setoriais deveriam estar intimamente entrelaçadas e que nenhuma delas pode dar conta de realizar o conjunto de suas formulações sem que todas as políticas setoriais caminhem juntas. Se queremos mais lazer, precisamos de mais educação, mais transporte, mais saneamento, mais segurança e assim por diante, uma em relação à todas as demais.

Ainda assim, vale registrar a preocupação que o setor segurança pública teve em anunciar em primeiro lugar a meta de implantar o Conselho Municipal de Segurança. E duas preocupações que poderiam habitar as propostas de lazer estão no item segurança pública: a melhoria da iluminação pública em praças e vias e o estímulo à *“a identidade do cidadão para com a sua cidade(...) através do esporte, da cultura e da manutenção do patrimônio ambiental, cultural e histórico.”*

2. Propostas para as diretrizes e o funcionamento da Fundação Municipal de Esportes no Governo da Frente Popular

Outro documento a ser analisado é o que recebeu o título acima e foi elaborado por um coletivo de discussão da Educação Física, nos meses de novembro e dezembro de 1992, portanto após a vitória eleitoral da Frente Popular de Florianópolis, mais exatamente no período entre a eleição e a posse do Prefeito Sérgio Grando.

Essa proposta, subscrita por profissionais ligados ao esporte e acadêmicos e professores de Educação Física, atletas e treinadores de diversas modalidades esportivas, aponta “*quatro grandes blocos de preocupações*” e três princípios que deveriam nortear as ações da Fundação Municipal de Esportes.

Os blocos seriam:

- o esporte de rendimento
- lazer e cultura
- atividade física e saúde pública
- Educação Física e esporte

E os princípios:

- democracia
- descentralização
- mobilização e organização da comunidade

Cada bloco foi assim desdobrado:

“Quanto ao lazer e cultura, a Fundação deve: 1) Garantir que o esporte e o lazer sejam realmente para todos, inclusive idosos, pessoas com limitação de movimento, doentes e meninos de rua; 2) Descentralizar a gestão do espaço público, encaminhando progressivamente às comunidades a administração dos parques, praças esportivas, etc; 3) Viabilizar o resgate e fomento das práticas corporais vinculadas à cultura popular, como a capoeira, as danças típicas, os brinquedos e jogos”.

“Quanto ao esporte de rendimento, a Fundação deve: 1) Garantir a prática do esporte para todos os segmentos da sociedade, preferencialmente com a prática de convênios e a utilização das estruturas públicas e privadas já existentes, dando ênfase para a descentralização da administração destas práticas; 2) incrementar a política

de convênios com a iniciativa privada (inclusive apontando no sentido de abrir a discussão sobre a profissionalização do esporte), Forças Armadas, UFSC e UDESC e clínicas especializadas, com o objetivo de garantir a qualidade mínima de preparação aos atletas do município (utilização de espaços e materiais, laboratórios de testes, assistência médica, pessoal especializado, etc).

“Quanto à atividade física e saúde, a Fundação deve: 1) viabilizar uma política de saúde pública que envolva a atividade física, que pode começar com o alargamento da atuação do Núcleo de cardiologia e medicina desportiva - CEFID/UDESC, que desenvolve programa de prevenção e reabilitação cardiovascular e atua com o sistema ‘Orienta’.

“Quanto à Educação física escolar, a Fundação deve: contribuir para a consolidação do projeto político-pedagógico da Secretaria como um todo, além da construção, com os profissionais da área e a divisão de Educação Física, de um trabalho de qualificação/acompanhamento para o magistério, coerente com as diretrizes colocadas para a educação (qualidade do ensino, acesso e gestão).

Torna-se, portanto, necessária a análise deste documento, uma vez que se refere ao órgão da administração municipal — a FME — apontado, no PAG e nesta mesma proposta em conjunto com a Fundação Franklin Cascaes, como o responsável pelas políticas públicas setoriais de lazer em Florianópolis.

Contrariando, inclusive, o texto do PAG, essa proposta de diretrizes apresenta aspectos bastante positivos que merecem destaque, entre eles os três princípios: a democracia participativa, a descentralização e a mobilização e organização da comunidade.

Apesar de não constar do documento uma melhor explicitação de como se aplicariam esses princípios, é possível vislumbrar o significativo avanço dessa proposta em relação ao Programa de Ação de Governo. Um ponto chave para o sucesso de uma política de *inversão de prioridades*, como a preconizada no PAG, é a participação direta da população nas decisões dos rumos da administração pública municipal. Participação essa que é sugerida no texto da proposta, quando afirma que a comunidade deveria ser *“chamada a dar respostas aos problemas da área”* e quando aponta, no item referente a lazer e cultura, a necessidade de *“descentralizar a gestão do espaço público, encaminhando progressivamente às comunidades a administração dos parques, praças esportivas, etc”*.

Tanto no item recém referido, como no que trata do esporte de rendimento, houve a preocupação de destacar a expressão “para todos”. Parece pouco, mas representa uma ruptura com um padrão estabelecido pela política tradicional, qual seja o que classifica o lazer como um produto, portanto à venda para quem possa comprá-lo e dele usufruir, sendo o esporte um outro produto, que serve para valorizar a cidade, através das equipes representativas, bem como é uma prática disponível para alguns, mormente para aqueles que também podem pagar pelos benefícios que tal prática possa produzir. Portanto, reconhecer e defender que o esporte e o lazer devem estar disponíveis para todos é jogar força na idéia de uma política pública de inclusão, bem ao contrário do ideário esportivo competitivista que carrega como princípio fundamental a exclusão por “insuficiência” de rendimento técnico-físico e destina às classes trabalhadoras reduzidas possibilidades de aproveitamento do pouco tempo disponível que lhes resta.

Outro aspecto fundamental a destacar no corpo da proposta é a atenção dedicada à *“necessidade da Fundação Municipal de Esportes estar trabalhando articulada com outros órgãos da Prefeitura, bem como com outras instâncias da sociedade civil”*. Vale aqui lembrar a crítica feita ao PAG, no sentido da ausência de tal preocupação. Esta ação articulada entre as diversas esferas da administração contribuiria sobremaneira para o sucesso de qualquer política pública, contrariando também a velha prática de loteamento de cargos entre os aliados, onde cada “cacique” político, ligado à autoridade central, desenvolve a política e os projetos que lhe forem mais favoráveis a cada momento.

Não poderia deixar de também trazer para a reflexão a preocupação da proposta em *“viabilizar o resgate e fomento das práticas corporais vinculadas à cultura popular(...)”*. Sem entrar no mérito conceptual de “cultura popular”, é sempre louvável a iniciativa de valorizar as diferentes práticas e percepções culturais. Sem dúvida que resgatar os significados das velhas práticas, atribuindo-lhes talvez, novos significados, poderia contribuir para a recriação de identidades próprias, coletivas e individuais das comunidades locais. Mais do que isso, entendo a expressão “cultura popular”, colocada naquele contexto, como um anúncio de resistência diante do pensamento único, que à época, se apresentava avassalador na direção da pasteurização das culturas, sob a capa da “inevitável” globalização

da economia e da assustadora mundialização da cultura do consumismo de bens de toda a ordem, inclusive os simbólicos.⁴²

Cabe, ainda, salientar que o documento, ora examinado, foi entregue à Coordenação da Frente Popular como contribuição de seus subscritores para os debates internos que ocorreram entre a eleição e a posse da Administração Popular, não sendo um documento oficial da FP. Por fim, justifica-se sua utilização como fonte de informação, uma vez que a partir do exame de ambos os documentos é possível localizar mais facilmente a crítica feita anteriormente às propostas setoriais de lazer constantes no PAG da Frente Popular para as eleições de 1992. Muitas das críticas feitas aqui ao PAG não existiriam, caso a discussão apresentada por essa proposta fosse incorporada àquele documento. Aparece aqui um novo problema a ser desvendado, em outra oportunidade: saber se as preocupações constantes dessa proposta foram ou não incorporadas às ações da FME.

3. Uma Experiência na Área de Lazer

Relato do trabalho desenvolvido pela Administração Popular 93/96

O documento em tela é um breve relatório das atividades da Fundação Municipal de Esportes no campo do lazer e esportes e trata de três projetos, a saber: *Esporte e Educação, Natação no Mar e Pintando o Sete*.

Segundo o relatório elaborado pela Coordenação de Esportes Comunitários da FME entre 1993 e 1996:

“Na busca da democratização das políticas públicas relacionadas ao esporte e ao lazer, a Fundação (...) procurou incentivar a construção de projetos voltados às classes trabalhadoras garantindo às mesmas o acesso aos espaços da cultura corporal”. Procurou-se abordar estes conteúdos da Educação Física a partir de referenciais críticos com o objetivo de refletir junto à comunidade o verdadeiro papel do esporte e do lazer, bem como novas formas de intervenção na sociedade”.

Como se vê, novamente aqui, a exemplo do que aconteceu com o PAG, há uma visão nebulosa no que tange a esporte, lazer e Educação Física. Em parte pode-se creditar tal compreensão ao fato do lazer ter sido entendido como objetivo a ser desenvolvido pelo órgão

⁴² Ver: Renato Ortiz, Mundialização e Cultura e Marilena Chauí, Conformismo e Resistência.

municipal concebido para gerir o esporte da cidade. E, para além disso, o tratamento sugerido nos indica uma visão pouco abrangente sobre cada um dos temas, o lazer, o esporte e a Educação Física.

É possível que aí esteja um nó a ser melhor elucidado pelos ex-integrantes da Administração Popular. Seria a FME o órgão municipal mais indicado para tratar também do lazer?

Neste ponto surge o que há pouco denominei de visão nebulosa. Aqui, como no PAG e de certa maneira no documento anteriormente examinado, esporte e lazer são tratados como dois conteúdos a serem desenvolvidos e oferecidos às pessoas que possuem tempo disponível para deles usufruírem. Mais, neste relatório, esporte e lazer aparecem como *conteúdos da Educação Física*, o que a rigor está corretíssimo, mas, é questionável o fato de uma política pública de lazer e até mesmo de esporte ser fundamentada a partir de pressupostos de uma única área, no caso a Educação Física. Transparece pois, aqui também, uma lacuna referente ao exclusivismo da Educação Física no trato das questões do lazer e dos esportes, o que por certo determina uma perda qualitativa no enfrentamento de uma problemática tão complexa, que lida com o mundo do trabalho, da cultura e da política.

Essa constatação nos remete a uma outra questão que emerge do relatório. Em Florianópolis, como em outras cidades com administrações populares, as políticas públicas de lazer foram entregues aos profissionais da área da Educação Física e esquecidas pelo conjunto das administrações. Relatos nesse sentido foram feitos durante o VIII ENAREL — Encontro Nacional de Recreação e Lazer — em Porto Alegre (1996), por secretários ou ex-secretários municipais de esporte e/ou lazer de cidades com administrações populares. Mais do que isso, a discussão sobre o lazer, não raras vezes, porque fundamentada em pressupostos conservadores e estreitos, é classificada como uma entre as últimas prioridades das administrações.

Mesmo em Porto Alegre, uma cidade com mais de 70 anos de tradição em recreação pública, somente no segundo mandato da Frente Popular foi concebida e criada uma secretaria municipal para tratar de esportes, recreação e lazer. Este fato pode ser uma referência para a dificuldade que existe, mesmo em administrações comprometidas com a mudança, em tratar uma demanda social tão importante quanto o lazer, — direito universal de todos os seres humanos, direito constitucional de todos os brasileiros e brasileiras, reafirmado

pelo Estatuto da Criança e do Adolescente — com a qualidade e importância que o assunto merece.

Os projetos citados no relatório serão examinados a seguir, juntamente com os demais não apontados no documento acima comentado.

4. Os Projetos da Fundação Municipal de Esportes

a) Projeto Pintando o Sete

Este projeto tinha por objetivo geral *“resgatar a criança que existe em cada criança, em especial as que a vida insiste em tornar adultas antes do tempo”*. Seus objetivos específicos foram assim colocados:

“— Promover, incentivar e assegurar a participação de todas as comunidades de Florianópolis nos projetos de lazer que visem a ocupação racional do tempo livre do cidadão.

— Integrar-se a outras secretarias que venham a concorrer para a melhoria das condições de vida destas comunidades, através da educação integral do indivíduo.

— Despertar as lideranças comunitárias no sentido de garantirem um espaço de lazer permanente em seu bairro, evitando assim que as crianças, adolescentes e adultos busquem outras formas de diversão menos agradáveis e saudáveis”.

Embora não houvesse limitação de idade para a participação, o próprio projeto reconhecia de antemão que os maiores beneficiados seriam as crianças e os adolescentes. A dinâmica do projeto consistia em levar, a cada 15 dias, para um dos bairros da cidade um conjunto de atividades caracterizadas como *“recreação, cultura, lazer e educação ambiental”*. O projeto foi caracterizado também como uma estratégia de aproximação com as comunidades com o intuito de incentivá-las *“a criarem espaços destinados ao lazer”*. Para isso eram oferecidas várias brincadeiras e resgatadas as antigas atividades lúdicas significativas da cultura do bairro.

No entanto, o que eu identifico como o principal objetivo do projeto, não constava entre os objetivos institucionais, nem o geral nem os específicos, mas no último parágrafo da apresentação, onde se lê:

“Contudo, o objetivo maior do projeto ‘Pintando o Sete’ é fazer com que cada comunidade, através da sua associação de moradores ou entidade correspondente, assuma para si a responsabilidade pela manutenção do mesmo. Cada uma deve escolher e organizar um roteiro de atividades que melhor se adapte à sua realidade”.

Em relação a estratégias para o desenvolvimento do projeto, constam duas idéias importantes e interessantes. A primeira se refere à integração com outras secretarias interessadas em participar das atividades e a segunda dá conta da divulgação do projeto para todas as comunidades de Florianópolis.

Podemos, a partir do enunciado dos objetivos do projeto, tecer algumas considerações, por exemplo e em primeiro lugar, a respeito da *“ocupação racional do tempo livre do cidadão”*. Essa é uma proposta polêmica. Poderia ser questionada desde a racionalidade a ser proposta para a ocupação, esta própria (a ocupação) e por último o que se refere ao tempo livre. Penso que o centro da questão é justamente uma racionalidade imposta a partir da compreensão de que o tempo é para ser ocupado e não fruído; da idéia, a priori, de que os cidadãos dispõem de tempo livre; de que as atividades oferecidas seriam as melhores para a ocupação do tempo das pessoas. Essa proposta está, portanto, carregada de utilitarismo. Pressupõe que o lazer deve, antes de qualquer outra coisa, ter uma *utilidade* social. Desloca, à primeira vista, o centro das atenções para o produto final (a ocupação do tempo das pessoas), correndo o risco de prejudicar o processo, indicado, aliás, no objetivo citado na apresentação do projeto.

A segunda observação a ser feita concerne ao acerto da busca da integração com os demais setores da administração visando desenvolver ações conjuntas na busca da tão sonhada melhoria da qualidade de vida da população. Essa proposta supre, de certa maneira, uma das lacunas apontadas no PAG. Coloca em cena a reflexão da necessidade da administração atuar como uma orquestra, sem privilégios, cada um fazendo a sua parte e parte do que cabe a todos.

Como terceira observação a respeito dos objetivos institucionais (o geral e os específicos), quero ressaltar a posição do repasse da responsabilidade pela garantia de espaços nas comunidades. Apesar da redação não deixar suficientemente claro a que espaço se refere, entendo que, no caso de espaço físico, cabe muito mais ao poder público do que às próprias comunidades a reserva de espaços públicos destinados ao lazer da população. No caso desse

espaço dizer respeito à garantia da continuidade do projeto, entendo da mesma forma que ao poder público cabe envidar todos os esforços no sentido de encontrar estratégias de apoio à organização das comunidades, nos termos propostos pelo objetivo já citado, e que aparece na apresentação do projeto. Porém, para que tal acontecesse, seria vital a ação da administração municipal como agente fomentador da organização popular. Fosse hoje, poderíamos refletir no rumo da *ação comunitária*, proposta por Marcellino (1996 - b)⁴³.

Considerando que o “Projeto Pintando o Sete” foi formulado com o intuito de melhor ocupar o tempo livre dos cidadãos; que visava a melhoria das condições de vida das populações atendidas; que visava proporcionar aos jovens formas de diversão mais saudáveis e que propunha resgatar a criança que existe dentro de cada criança, posso concluir, com base nos conceitos de lazer e cultura expressos ao longo deste estudo que, primeiro: apesar do esforço de seus idealizadores, as classes trabalhadoras teriam, como resultado do projeto, benefícios apenas indiretos, pois a partir da eleição das atividades, do público alvo e da estratégia da oferta pontual e com data marcada do resgate da meninice, qualquer possibilidade de compreensão mais ampla de cultura e lazer ficou extremamente prejudicada. Para além disso, em segundo lugar, o principal objetivo, qual seja o do enraizamento da idéia da organização comunitária, via de regra, encerrada a tarde de atividades, retornaria para a sede junto com o material e com os abnegados profissionais.

b) Projeto Natação Popular

Aprimorar as ofertas ao turista, criar novas opções de lazer e buscar a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Essas são as justificativas do Projeto Natação Popular, que revelou um aguçado sentido de união entre a natureza bela e a presença preservadora dos humanos. Cercada das mais belas praias e paisagens, enseadas e lagoas com excelentes condições para o desenvolvimento da natação, Florianópolis é um palco apropriado para um projeto que tinha e tem todos os elementos para tornar-se um pólo de reunião das comunidades, principalmente de crianças e adolescentes, que buscam opções de movimento e atividades que contribuam para o seu desenvolvimento.

No entanto, conforme o constante na própria caracterização do projeto, o objetivo principal era a *“prática da natação, aproveitando os recursos naturais próximos a uma escola”*, onde teve início o projeto, que depois foi estendido à várias outras comunidades

⁴³ Ação Comunitária: ver Nelson Carvalho Marcellino, Políticas Públicas Setoriais de Lazer.

da Ilha de Santa Catarina. Sendo esse seu objetivo, desde logo vou caracterizá-lo como um projeto de *educação para o lazer*.

Diferente do projeto “Pintando o Sete”, o “Natação Popular” tinha um caráter permanente de oferta do ensino da natação, fugindo portanto do aspecto episódico que aquele outro projeto continha. Isso, sem dúvida, poderia ter se constituído em uma das mais relevantes e positivas características do “Natação Popular”, pois permitiria uma real interação entre o poder público e as comunidades envolvidas, gerando um potencial espaço de reflexão das populações integrantes das atividades. Mais concreta seria a interação, quanto mais concreta fosse a presença da Prefeitura Municipal no apoio, manutenção, divulgação e incentivo às atividades, fugindo da fórmula do “*dia D*”, ainda presente no “Pintando o Sete”.

Pode-se considerar o “Natação Popular” como um projeto de lazer? Como já foi dito acima, melhor seria a designação de projeto como *educação para o lazer*. Isso porque o objetivo central do projeto era ensinar uma atividade física que pode ser encarada como uma das atividades a comporem um leque de ofertas no âmbito das atividades físicas a serem utilizadas como opção no tempo de lazer, principalmente das crianças e adolescentes, o que no futuro reverteria em um grupo maior de adultos capacitados tecnicamente para a prática da natação.

Poder-se-ia, por outro lado, dizer que não cabe analisar o projeto por este prisma, pois o seu objetivo central não era o lazer, embora na sua justificativa apontasse para a possibilidade da natação surgir como mais uma opção de lazer para os seus praticantes. No entanto, o “Projeto Natação Popular” foi proposto e executado pela FME, órgão municipal encarregado pela Frente Popular, no PAG, de efetivar as políticas públicas de lazer e buscou justificar sua existência enquanto oferta de lazer para crianças e pré-adolescentes.

Assim sendo, entendo que esse projeto, de largo alcance e relevância social, deveria estar integrado a um programa mais abrangente, que fosse além do atendimento das crianças e pré-adolescentes. Um programa que privilegiasse o atendimento das comunidades por inteiro, crianças, jovens e adultos de todas as idades, contribuindo para a auto-organização das populações e para o atendimento das demandas elencadas pelas próprias comunidades a partir de sua organização pela base. Enfim, um programa que representasse um esforço no âmbito da administração municipal e não somente dos profissionais diretamente envolvidos nas atividades.

c) Projeto Esporte Solidário

O “Projeto Esporte Solidário” surgiu a partir da observação, feita por membros das comunidades que recebiam o apoio de assistentes sociais da Prefeitura Municipal, de que as crianças dispunham de tempo livre mas não tinham orientação nenhuma para a sua melhor utilização. Foi portanto uma demanda por uma ação do poder público, oriunda das comunidades.

Poderia ser mais uma proposta de simples ocupação do tempo livre das crianças com atividades físicas e artísticas, tal como foi o “Projeto Recriação”, desenvolvido pelo Governo Federal nos últimos anos da década de oitenta. Porém, a justificativa do projeto já apontava em outra direção:

“(...) um projeto que abarcasse o tempo-livre dessas crianças com atividades lúdico-esportivas, que enfatizassem a noção de organização social e política dos participantes, para que estes desenvolvam, além de suas habilidades e condicionamento psicomotor, a capacidade de se organizarem e reivindicarem os seus direitos de cidadãos brasileiros”.

Apesar da proposta, cabe sempre questionar o caráter utilitarista da *ocupação do tempo* das pessoas, pois ao fazê-lo podemos incorrer em equívocos, ao julgarmos que é melhor *ocupar* o tempo das crianças do que deixá-las em casa ou na rua sem nada fazer ou pensando em “*coisa ruim*”. Certamente não era o caso da proposta em exame, pois ao contrário de outros programas, que visavam apenas manter as pessoas ocupadas (ou cansadas) para que o pensamento não fosse atrás de respostas para tantos questionamentos presentes na realidade concreta, o “Esporte Solidário” se propunha justamente a oferecer um esporte que fosse veículo de reflexões importantes.

A propósito, durante uma oficina sobre lazer e educação popular, fui questionado acerca do que fazer para ocupar o tempo das crianças, que atividades desenvolver, que estratégias utilizar para que as crianças não ficassem tão agitadas, pois o espaço destinado à permanência delas, em uma instituição de assistência social, era pequeno.

Respondi justamente no sentido apontado pela justificativa do projeto. Será que a melhor opção era manter as crianças ocupadas o tempo todo com o esporte? Que tipo de esporte? Orientado para a competição desenfreada, como o que é visto na televisão, ou voltado para o desenvolvimento da cooperação e da solidariedade entre todos os participantes

do jogo? O central, neste caso, é que não podemos oferecer este ou aquele tipo de atividade ocupacional sem questionar que espécie de vivência dele advirá. Não podemos descartar reflexões do tipo: será que para essa população, neste momento, nestas circunstâncias, não seria melhor não lhes ocupar o tempo com outra coisa que não seja os seus próprios pensamentos?

Voltando ao “Projeto Esporte Solidário”, encontramos o seguinte objetivo:

*“Desenvolver de forma crítica e superadora a **Cultura Corporal** das crianças, enfatizando os elementos da cultura lúdica (jogos, danças, esportes e outras manifestações), considerando, ainda, os demais aspectos da cultura popular, quer sejam político-pedagógicos, históricos, afetivo-emocionais etc.”*

Este enunciado corrobora o apresentado na justificativa, pois relaciona as atividades do tempo livre com os significados das práticas corporais desenvolvidas por determinada população, uma vez que aponta a cultura local como fonte geradora dos interesses. Além disso, o faz contextualizando essas práticas a partir da consideração da história das comunidades.

Na forma apresentada, esse Projeto rompia com as conhecidas concepções de ocupação do tempo livre. Porém, no que respeita ao lazer, o que foi dito sobre o “Projeto Natação Popular” cabe também aqui, exceção feita à idéia de estimular a organização das comunidades na defesa de seus interesses. De qualquer forma, ações que contribuam para o enriquecimento da cultura de movimento, sem dúvida resultarão no crescimento de pessoas mais treinadas para se utilizarem de atividades físicas em seus momentos de lazer. No entanto, nesse caso a temática do lazer também ficou carente uma melhor reflexão, bem como a finalidade a que se destina a proposta, pois o projeto tratou de preparar as crianças, não sendo dirigido ao conjunto das populações. Afinal, muitos adultos também não sabem jogar vôlei e futebol, o que não significa de antemão um desprezo por tais atividades.

Por fim, como última observação sobre o “Projeto Esporte Solidário”, tenho que dizer de minha concordância, do ponto de vista pedagógico, com um aspecto que pelo menos no documento não é ressaltado, ou seja, o fato da ação ser dirigida às crianças, pois é sabido que a aquisição de hábitos e conceitos, acontece nesta fase da vida. Adultos que foram formados sob o signo da competição e da vitória a qualquer custo, terão sérias dificuldades

em aceitar um esporte mais humanizante, mais solidário. Por isso tenho plena convicção de que é preciso, sim, conversar com as crianças sobre mundo que se quer construir.

d) Projeto de Ocupação do Aterro da Baía Sul

Centro Esportivo, Cultural e de Lazer

Na introdução ao Projeto, Florianópolis é apontada como uma “*cidade potencialmente turística*” que vê sua população aumentada no verão, quando há uma grande oferta de opções de lazer dirigidas aos turistas e habitantes de temporada, os veranistas. É o momento de crescimento da economia. Em seguida, continua o texto afirmando que, para as empresas, clubes e hotéis “*(...) fica difícil investir no lazer para a comunidade florianopolitana no restante do ano (...)*”, cabendo pois aí a intervenção do poder público municipal, oferecendo alternativas de lazer aos moradores da cidade após a temporada de verão, o que seria implantado através desse Projeto, com a oferta de atividades de esporte e lazer para a população local, gratuitamente e em espaço público, o aterro da baía sul.

O texto do Projeto não responde a uma questão formulada por um leitor e anotada à mão, na cópia a que tive acesso, a respeito da dificuldade — apontada no texto — de clubes, empresas privadas e hotéis em oferecerem, fora da temporada de verão, opções de lazer aos habitantes da cidade. Ora, talvez fosse mais conveniente ocultar essa discussão, mas por certo e por óbvia ela foi desconsiderada. Porém, cabe lembrar que clubes, hotéis e empresas privadas são movidas em primeira mão pelo interesse econômico. *Quanto isso vai nos render?* Essa parece ser a primeira pergunta de um investidor em busca de lucro. Essa pergunta viria até mesmo antes daquela outra: *o que isso vai nos render?* Em uma temporada curta, sempre ameaçada pelo risco de chuvas prolongadas ou nuvens escuras que tiram o brilho das praias, a principal, senão a única preocupação dos empreendedores é com o resultado financeiro da operação.

Ora, se fora da temporada não há turistas em profusão e consumidores de todo o tipo de produtos e serviços, o interesse das empresas em multiplicar as ofertas também é diminuído. E como disse em uma entrevista à Rede Record de Televisão em Florianópolis, um integrante do governo que sucedeu a Administração Popular, o turista que interessa é aquele de alto poder aquisitivo, não interessa ao comércio de veraneio aquelas pessoas que

não são potenciais consumidores dos serviços ofertados, entre eles o lazer que é vendido aos turistas durante, principalmente, o veraneio.

É difícil imaginar que estaria no centro das atenções dos “*vendedores de adrenalina*” qualquer preocupação com o bem estar das *peessoas*. Até mesmo porque sua preocupação, via de regra, não está voltada “*para este tipo de gente*”, mas sim para criaturas de outro tipo, os “*consumidores*”. Portanto, o serviço não está disponível pensando em todas as *peessoas* que habitam Florianópolis o ano inteiro. Vale lembrar o que disse Milton Santos a respeito da essencialidade do lazer: “*Quem não pode pagar pelo estádio (...), fica excluído do gozo desses bens(...)*”. Não havendo um mercado consumidor potencial para esse tipo de serviço fora da temporada, não há também a variada oferta de diversão e alegria.

Portanto, caberia à Prefeitura Municipal o atendimento da demanda por lazer fora da temporada de verão. Não seria demais dizer que tal demanda ocorre também durante o veraneio. Por exemplo, mais ônibus e itinerários interligados seriam de grande valia para as pessoas que não dispõem de outro meio de transporte que não seja o coletivo. Instalações públicas para troca e guarda de roupas, sanitários e chuveiros, locais destinados à prática de esportes com igual infra-estrutura, na praia ou fora dela, monitores para orientar os praticantes e outras medidas com a intenção de melhorar o dia-a-dia das pessoas seriam bem vindas.

E por que isso cabe ao poder público? Porque todos, de uma forma ou de outra, mais ou menos, pagam impostos. Porque todas as pessoas têm garantido na Constituição Federal, ainda em vigor, o direito ao lazer. Porque é dever do governante devolver à população, na forma de serviços, os recursos que lhe foram confiados na forma de impostos ou taxas. Porque uma comunidade que tem atendido o seu interesse por viver melhor, tem possibilidade de ver o crescimento de sua auto-estima e a recuperação de sua dignidade, o que sem dúvida deveria ser o objetivo de todos os governantes.

O objetivo principal da proposta foi expresso da seguinte forma:

“Gerir uma proposta político-administrativa para a área de lazer do Aterro da Baía Sul, facilitando o acesso da população à atividades que possibilitem uma melhor ocupação do seu ‘tempo livre’ através de trabalhos vinculados à cultura corporal do movimento humano”.

Surge, novamente, a referência à *ocupação do tempo livre*. Pode parecer apenas um exercício de retórica, ou uma questão semântica, mas não o é. O tempo disponível,

que como já foi dito não é tão livre quanto se pensa, não seria melhor *vivenciado* ao invés de ocupado? A diferença reside no fato de que ocupação, nesse caso, sugere substituição. Substituição de algo que os ofertadores das opções julgam inoportuno, inconveniente, por uma atividade que julgam mais sadia e adequada. Ocupação sugere também compromisso prévio, responsabilidade externa, quando entendo que o lazer deva ser fruto de uma escolha centrada na opção pessoal, sem compromisso outro que não seja a satisfação de realizar o que o desejo orienta, na busca de um prazer sem obrigação de gerar qualquer utilidade material. Uma sensação definitivamente subjetiva, incapaz de ser avaliada por outrem.

Acredito ser pertinente, no futuro, o aprofundamento de questões como a recém apontada pois, muitas vezes, na pressa em mostrar serviços ou resultados, passamos por cima ou ao largo de reflexões que podem desfigurar completamente nossas idéias originais.

Há também no objetivo principal do “Projeto de Ocupação do Aterro da Baía Sul” um sentido humano de ocupação, isto é, dar vida a um espaço criado pelos seres humanos na esteira da euforia de descobrir como modificar a natureza e suas paisagens. No caso do aterro, hoje vivenciamos a tentativa de reaproximar a cidade do mar, ou, o mar da cidade. Por que as pessoas responsáveis por tal obra magnífica de engenharia, o aterro, não consideraram o aspecto cultural quando obrigaram o mar a se afastar da cidade? Modificaram um espaço, certamente em nome do progresso e do desenvolvimento, gastaram certamente fabulosos recursos públicos, mas podem não ter considerado o suficientemente importante o significado da paisagem anterior à obra para os habitantes do lugar, pode ter sido dada pouca atenção à relação íntima que havia entre a cidade e o mar. Criaram um espaço que, sem significado para a maioria das pessoas, foi por elas sendo abandonado. Nesse sentido é que um projeto que visasse a restauração da vida e da relação da cidade com o espaço outrora significativo merece, com certeza, ser saudado.

Já nos objetivos específicos, o central era estabelecer uma nova forma de administrar o esporte e o lazer na cidade; difundir conhecimentos da cultura corporal do movimento; ensinar diversas modalidades esportivas em escolinhas e atender às demandas por dança, teatro, caminhadas e corridas.

O projeto foi justificado como contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população, através da oferta de um espaço público para atividades físicas e de lazer.

Apontou como uma de suas metas o atendimento das “*comunidades mais próximas do local, associações de bairro, escolas, equipes, etc, desde que façam um cadastro da entidade na FME*”, isto posto como critério de racionalização do uso do tempo e do material disponível.

Tanto a justificativa quanto a meta citada merecem uma observação mais atenta. No caso da justificativa, pode-se levantar a discussão em torno da efetiva melhoria da qualidade de vida a partir da oferta de espaços e atividades. Por certo que, fizesse parte esse Projeto, assim como os demais, de uma política global voltada para o atendimento das demandas básicas da cidadania denominadas no próprio PAG como: saúde, trabalho, educação, cultura e lazer poder-se-ia relacionar atividade física e lazer com qualidade de vida. No entanto, apontado esse objetivo no âmbito de qualquer projeto, desconectado do conjunto das políticas públicas, soa como simples repetição de um chavão que cabe no discurso de qualquer governante, principalmente daqueles que não têm compromisso com a transformação da sociedade nos termos apontados pela Frente Popular e estão acostumados a utilizarem-se da fórmula do “*pão e circo*” para garantir a ilusória satisfação de seus governados.

Em relação à meta apontada, vale lembrar que os benefícios do projeto em pauta teriam obviamente um alcance limitado no que respeita às comunidades que dele poderiam usufruir, o que não o desmerece em momento algum, apenas serve como alerta para que soluções do mesmo tipo sejam pensadas também em relação aos bairros mais distantes do centro da cidade. Ainda ratifica o acerto do Projeto o fato do aterro ser um espaço que permite a reunião de um grande contingente de pessoas, servindo para realizar atividades que exijam a concentração de público numeroso e de recursos que dificilmente poderiam ser deslocados para outros locais. Porém, chamam a atenção, por um lado, os critérios anunciados para utilização das instalações esportivas do aterro, que pressupõem, de antemão, uma administração centralizada pela FME, quando poderia ser pensada alguma alternativa do tipo *conselho administrativo* do Aterro, integrado pela FME e por representantes dos usuários e das entidades, como foi aliás sugerido pelo documento do coletivo da Educação Física. No mesmo sentido, o uso restrito às entidades cadastradas sugere impedimento de uso espontâneo pelas pessoas interessadas em usufruir dos espaços a partir da formação de grupos informais ou mesmo familiares.

Finalmente, pode também ser encontrado nas estratégias um ponto de preocupação constante: os recursos humanos. São indicadas as contratações de monitores para atuarem em diversas áreas, como o ambulatório, teatro, dança, expressão corporal, capoeira, caminhada ecológica, esportes de quadra e ainda servidores do quadro geral, como faxineiros e vigia. A observação refere-se justamente à forma apontada para o ingresso destes profissionais no Projeto. Fica a idéia de que não havia um quadro técnico-profissional capacitado para desenvolver o conjunto das atividades propostas, pelo menos em nível de FME. A observação recai sobre o fato de não existir em nenhum momento a preocupação com a formação de um quadro de pessoal permanente e profissional, apto a atuar nas mais diversas áreas e com possibilidade de constante atualização e progressiva qualificação, o que implica pensar em um plano de carreira. Parece uma discussão descabida para um simples projeto? Diria que não, porque sem o quadro profissional competente, não há projeto que se concretize, principalmente se pensarmos que no serviço público brasileiro (e é disso que estamos falando), é bastante comum um governante recém eleito demitir pessoal para logo em seguida contratar os seus apaniguados. Prática essa que ajudou a destruir a imagem do serviço público enquanto instituição estável e confiável, a serviço da população e não dos governantes da hora.

e) Projeto Lazer de Todos

O Projeto Lazer de todos tinha por objetivos:

“(...) resgatar as atividades de cunho recreativo-esportivo, praticados pela população de Fpolis;

Proporcionar a sociabilização entre os participantes e observadores procurando criar um clima de convívio saudável nos Bairros, permitindo desta forma que se possa discutir vários problemas coletivos da comunidade.

Proporcionar melhor relação afetiva entre os moradores da comunidade”.

O projeto era dirigido à população das comunidades dos bairros da cidade, sem limites de idade ou sexo e indicava a possibilidade do envolvimento de vizinhos, familiares, amigos do bairro, escola, trabalho e outras pessoas interessadas.

Eram metas do Projeto envolver o maior número possível de pessoas nas atividades; realizar atividades em todos os bairros da cidade e envolver outros setores comunitários (micro-empresários e órgãos públicos) na manutenção e ampliação dos eventos.

No item que se refere à estratégia de execução do Projeto, é possível vislumbrar sinais da noção de lazer que permeia esta proposta. Senão vejamos:

“Fazer contato com os centros comunitários, associações de moradores, órgãos ligados à cultura, saúde, meio ambiente, etc, informando a respeito do evento e suas modalidades, confirmar data, horário e local”.⁴⁴

“A coordenação geral em conjunto com os coordenadores de atividades, se encarregarão da organização do evento”.

“(...) as inscrições ficarão sob a responsabilidade da entidade representativa do bairro”.

“Os demais órgãos interessados em participar com atividades, serão responsáveis pelas mesmas, sendo necessário um prévio contato com a FME, para que se possa incluí-la no cronograma que será elaborado em conjunto”.

“As comunidades juntamente com representantes da FME, farão reuniões, previamente marcadas para avaliar o evento, e questões relativas ao esporte e lazer, discutindo também o espaço físico, material, etc”.

É transparente o tratamento do projeto como um **evento**, ou como uma seqüência de eventos previamente definida em um **cronograma**, acontecendo em um bairro da cidade com **dia e hora marcados, modalidades definidas e inscrições** a cargo da entidade representativa da comunidade. A organização e a avaliação, apontadas na estratégia, também referem-se ao **evento**.

O que se discute quanto à realização de eventos é o sentido que essa atividade adquire no contexto de uma política pública ou mesmo no âmbito de um projeto. Se o objetivo da administração municipal era inverter prioridades e inovar no modo de fazer política, essa deveria ser a prioridade do conjunto dos membros do governo. Um projeto, que busque envolver a comunidade, necessita ser pensado a partir da possibilidade de realmente integrar as pessoas ao longo do processo de construção coletiva deste próprio projeto. No caso em exame, uma das metas recém citadas (a primeira), sugere que os contatos com os diversos setores passíveis de envolvimento teriam por objetivo a informação de dados do *evento*, tais como: modalidades, data, horário e local. Dados estes já definidos a priori pela Coordenação Geral do *evento*, no caso, a Fundação Municipal de Esportes.

⁴⁴ Todos os grifos nas expressões desta citação são de responsabilidade do autor.

A prévia definição das características, local, data e horário da realização das atividades, sem o envolvimento direto de integrantes da comunidade, transforma o *evento* em um produto a ser consumido pelas populações dos bairros onde ele se realize. Como já foi dito, via de regra, a exemplo das “*ruas de lazer*”, qualquer possibilidade de organização comunitária, que busque a consolidação de uma política pública de lazer, se realizada nos moldes previstos pelo “Projeto Lazer de Todos”, tende a esgotar-se no soar do último apito das atividades do dia.

Na forma como está apontado na estratégia do Projeto em tela, o *evento* assume o papel de ação principal, de fim em si mesmo, torna-se o objetivo principal do Projeto, descartando a possibilidade de atingir um dos seus objetivos, talvez o mais importante deles, o que propunha possibilitar “*a discussão dos problemas da comunidade*”. Solto, sem qualquer amarração prévia e constituindo-se na ação principal, o *evento* perde o sentido e tende a indicar apenas que lazer é algo que tem dia, hora e local pré-determinado e que, para muito além disso, é uma atividade que deve ser proposta e executada por técnicos externos à comunidade e muitas vezes alheios à cultura local. Assim, não raras vezes, o que deveria ser apenas parte de uma estratégia de divulgação do Projeto, assume para si o papel principal, tornando o *evento* o principal e único momento de uma experiência que por certo não deveria encerrar-se com ele.

Assim, o *evento* traz para a comunidade material nunca visto antes, atividades, música, palhaços, lanches, profissionais que nunca haviam estado lá antes e, ao seu final, a comunidade assiste a sua estrutura de prazer ser levada em cima de um caminhão. Quanto à lazer, que todos esperem até o próximo *evento*.

É evidente que não se trata aqui de analisarmos o evento em si. O que cabe trazer à reflexão é o contexto em que tal evento se insere, verificando se ele é utilizado como estratégia de animação das comunidades ou apenas como mais um produto de temporada. Lançando um olhar mais atento à alegria das pessoas que participam das atividades em eventos de lazer, fica a certeza de não é possível ficar esperando até a próxima sessão de atividades e quem sabe fosse interessante discutir com as comunidades, em um processo mais longo do que uma tarde apenas, que a alegria não pode ter dia, hora e local marcados, que a alegria não tem temporada e faz parte de uma construção cotidiana, cidadã, onde a participação da maioria pode ser a garantia do sucesso de todos.

f) Projeto de Atuação Comunitária Esporte Comunitário - Conjunto Residencial Itambé

Esse projeto surgiu “*a partir do interesse da própria F.M.E. em dar opção às crianças moradoras do conjunto residencial Itambé, no ano de 1995 de uma prática desportiva*” e reflete o interesse das lideranças comunitárias locais em preservar a atividade, havida naquele ano, visando a integração entre os moradores e o desenvolvimento de capacidades físicas e psicológicas das crianças do condomínio.

O objetivo do projeto era “*dar condições para que as crianças (...) tenham uma forma regular de atividade física como forma de participação/integração entre elas. Mostrando formas desportivas não só com atividades práticas mas também para um desenvolvimento psicoemocional do grupo*”.

As atividades seriam “*práticas enfatizando não só a técnica e a tática, mas também uma integração do grupo, e uma relação positiva em possíveis competições externas*” e seriam desenvolvidas no formato de aulas, oito horas por semana, em quatro dias, com duas horas diárias de uma das modalidades escolhidas pelos moradores, que foram voleibol e futebol de salão.

Dessa forma apresentada, pode-se atribuir a este projeto uma conotação de educação para o lazer. Isso em virtude da clientela, das atividades e dos objetivos propostos. Não se trata de um projeto direcionado à população em geral, mas às crianças. Sendo assim, poder-se-ia inclusive questionar a razão da inclusão deste projeto para exame, no contexto deste estudo.

A opção em examiná-lo aqui, representa uma tentativa de reflexão em torno das circunstâncias que originaram este projeto. Havia naquela comunidade uma demanda por aquele tipo de atividade com as crianças. Essa demanda foi atendida via orçamento participativo? Foi considerada como prioridade pela FME, dentro das demandas das comunidades? Qual a origem dos recursos para o desenvolvimento do projeto? E os profissionais seriam da FME?

A elucidação dessas e de outras questões, não esclarecidas pelo texto do projeto, poderiam contribuir para um melhor entendimento, no futuro, do porquê de determinadas ações se concretizarem sem a menor conexão com o conjunto das políticas

públicas apontadas pelo Plano de Ação de Governo. Pois se uma das metas da Administração Popular era inverter prioridades, seria talvez mais adequado também que a administração como um todo visasse o cumprimento dessa meta, inclusive a FME.

5. JASC — Jogos Abertos de Santa Catarina

Qual a relação entre os Jogos Abertos de Santa Catarina e as políticas públicas de lazer da Frente Popular de Florianópolis?

Responder a esta questão é um desafio que relutei muito em aceitar. Mas apesar da possibilidade concreta de ser mal interpretado, em função da exposição que farei a seguir, tenho a firme convicção que é meu dever trazer algumas reflexões acerca da relação entre a Fundação Municipal de Esportes, o esporte de rendimento e a política setorial de lazer da Administração Popular de Florianópolis.

Esta avaliação está fundamentada, principalmente, no exame do próprio informativo da FME, o boletim “*Informação*”, mais precisamente nos exemplares de novembro/93, março/94, julho/95, setembro/outubro/95, setembro/outubro/96 e no informativo da Prefeitura Municipal, “*Florianópolis de Todos*”, de outubro/novembro/94.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que, sendo a FME apontada como o órgão municipal responsável pelo encaminhamento das políticas de esporte e lazer na AP, cabe, portanto, aqui, uma verificação do espaço ocupado por esse binômio no conjunto das ações desenvolvidas por aquele setor da administração municipal.

A primeira fala a surgir com destaque foi publicada como editorial no boletim de novembro de 93, Ano I - Nº 4, assinada pelo Prefeito Sérgio Grando, a qual, a seguir transcrevo na íntegra:

“Florianópolis disputará, no esforço de cada um dos 150 atletas que integram nossa delegação, mais um Jogos Abertos de Santa Catarina, na cidade de Tubarão. Espero que o empenho da administração municipal, traduzida no trabalho da Fundação Municipal de Esportes em oferecer as melhores condições de infra-estrutura, reflita numa colocação honrosa para nosso município. Estaremos competindo em 19 modalidades com a esperança de bons resultados, capazes de garantir à Capital um posto entre os cinco melhores municípios de Santa Catarina nos JASC.

Confio no potencial de cada um dos nossos atletas, principalmente, no investimento que a Fundação Municipal de Esportes vem fazendo nas categorias de base. Em Joaçaba, nos últimos Jogos Abertos, levamos 260 jovens para disputar 21 modalidades. Ainda este ano realizamos as Olimpíadas da Capital, nas categorias Adulto e Infantil, envolvendo mais de cinco mil atletas. Todo este trabalho junto à comunidade trará, com certeza, bons frutos para o esporte florianopolitano. Nossa missão consiste em prestar o apoio necessário para o surgimento de novos valores, papel que vem sendo realizado a contento pela Fundação Municipal de esportes.

*Prefeito Municipal de Florianópolis.
Sérgio José Grando*

Essa mensagem do Prefeito, já quase ao final do primeiro ano de seu mandato, dá o tom sobre o papel desempenhado pela FME e o destacado espaço que o esporte de competição vinha merecendo naquele cenário. Não deixa dúvidas sobre a função representativa atribuída às equipes municipais; reafirma o investimento em infra-estrutura para a manutenção das equipes; associa a vitória à uma possível colocação “*honrosa*” para o município; e conclui afirmando que a missão da Prefeitura Municipal é “*prestar o apoio necessário para o surgimento de novos valores*”, papel este que vinha sendo bem desempenhado pela FME.

É preciso também ter presente que ao falarmos de JASC, estamos falando do esporte de competição mais desenvolvido dentro do Estado e que em busca de vitórias, troféus, medalhas e status, vários municípios se utilizavam da contratação semi-profissional de atletas para reforçar as suas equipes. Fato este por demais conhecido de quem milita no esporte pelo menos nos três estados da região sul do Brasil, mas que pode ser confirmado com as palavras do então Superintendente Geral da FME, Luiz Henrique Costa, quando o mesmo afirmou, no “*Informação*” de setembro/outubro/95, no editorial, o seguinte:

“Assim como o JASC, os Joguinhos também estão ficando cada vez mais descaracterizados. (...) Em nome do status e de manchetes em jornais, muitos dirigentes estão transformando os Joguinhos num comércio de troféus. (...) Hoje, vencer uma modalidade, ou levar um troféu geral, salvo raras exceções, depende apenas de quanto o município tem para gastar com a importação de atletas. 90 por cento dos atletas que representam Florianópolis nestes joguinhos são formados na cidade (...) nossa meta é reduzir ainda mais a participação de atletas que não residem em Florianópolis. (...) Hoje a maior parte do orçamento das FMEs e CMEs é gasto com o desejo de ser campeão (...) enquanto investimento em esporte comunitário, formação de atletas, manutenção de equipamentos que serviriam a toda comunidade ficam inviabilizados”.

Essa fala recém citada contém algumas contradições internas e outras em relação ao editorial citado anteriormente que exigem uma atenção maior.

Em boa hora chegou a constatação acerca do que representam os JASC e os Joguinhos para o contexto do esporte catarinense, embora um ano antes a Prefeitura Municipal de Florianópolis tenha se desdobrado para garantir a realização dos JASC naquela

cidade. Apesar também do Prefeito ter considerado, dois anos antes, ter valido o esforço de sua administração para levar os atletas para os JASC em Tubarão, com a esperança de que conseguissem uma colocação honrosa para o município. E, além disso, apesar também, do Prefeito ter afirmado que o papel da Prefeitura seria apoiar o surgimento de novos valores, o que sem dúvida reforçaria as equipes locais.

É de se ressaltar também que, apesar da constatação de excessivos gastos dos orçamentos municipais na contratação de atletas para aumento do potencial de vitórias, por parte de várias cidades, foi dito que somente 90% dos atletas que representavam Florianópolis eram formados lá e participavam do esporte local. E os outros 10% , seriam também contratados da Prefeitura para representar a cidade como se fossem habitantes da Capital?

Foi também dito pelo Superintendente da FME que havia muito investimento no esporte de competição em detrimento do atendimento de demandas comuns à coletividade, tais como o investimento na construção de equipamentos que serviriam à comunidade. Porém, uma ano antes dessas declarações, sob sua administração, a FME de Florianópolis organizou os 34º JASC e fez os seguintes investimentos, com verbas da municipalidade, com o intuito de garantir uma melhor infra-estrutura para a realização dos jogos de 1994:

- na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, local da Vila Olímpica e das provas de atletismo: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);
- na construção de um estande de tiro de acordo com as normas de competição, no interior da Base Aérea de Florianópolis: R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais);
- na pintura da quadra, placar eletrônico, tabelas de basquete e outras melhorias no Ginásio do SESC: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais);
- na reforma das canchas de bocha da ASTEL: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- na construção de canchas de bolão na FAEC: R\$ 17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais).

Esses “investimentos” (num total de mais de **125 mil reais**, conforme o “*Florianópolis de Todos*” - outubro/novembro/94, pág. 03), feitos com dinheiro público, em locais não tão públicos assim e que resultaram em benfeitorias que pouco ou nada de retorno para a comunidade trouxeram, contradizem o discurso do Superintendente, ou no mínimo

poderiam ser traduzidos como uma profunda alteração no seu modo de ver os JASC após a sua realização na Capital.

Quase dois anos se passaram entre o editorial assinado pelo Prefeito e o editorial assinado pelo Superintendente Geral da FME. Nesse período a Fundação desenvolveu vários projetos, alguns deles já citados e examinados neste capítulo, além daqueles que não foram alvo de análise. No entanto, conforme as notícias veiculadas no boletim da própria FME, é visível o privilegiamento do esporte representativo da cidade em detrimento de um investimento mais ordenado, conseqüente e consciente no campo das políticas públicas de lazer.

Infelizmente, é impossível não constatar que o central na política da FME durante a Administração Popular foi a manutenção de um calendário de eventos, não havendo uma conexão visível entre as propostas do PAG e as atividades desenvolvidas, a não ser no que se refere ao entendimento de que a função da Prefeitura era estimular o surgimento de novos valores, pois o maior número de eventos traduzia essa preocupação, ficando, portanto, muito distante do ideal da organização popular divulgado em alguns projetos.

Como exemplo da afirmação acima, pode-se citar o calendário da FME, de 02 de junho a 18 de dezembro de 1995, onde aparecem 24 (vinte e quatro) eventos competitivos, 03 (três) congressos técnicos referentes àquelas competições, 14 (quatorze) eventos do Projeto Pintando o Sete e é marcado o início das escolinhas de natação e canoagem na Lagoa do Peri. O calendário parcial de eventos da FME, para o período março/julho de 1994, assinalava 22 (vinte e dois) eventos competitivos, 07 (sete) eventos do Pintando o Sete e alguns seminários sobre os eventos e as respectivas inscrições.

Sobre o mesmo prisma pode-se também examinar o balanço das atividades da FME, no boletim “*Informação*” de julho de 1995, Ano III - Nº 5, na página 02, publicado sob o título “Um pouco do nosso trabalho”, onde podem ser vistos os seguintes dados:

- 28 (vinte e oito) eventos;
- 24 (vinte e quatro) projetos.

Sendo possível classificá-los da seguinte forma:

Eventos:

- 20 (vinte) competições

- 01 (um) seminário
- 01 (um) festival de escolinhas
- 03 (três) passeios ciclísticos
- 03 (três) edições do Verão Vivo

Projetos:

- 12 (doze) competições
- 06 (seis) escolinhas
- 01 (um) festival da juventude
- 04 (quatro) edições anuais do Pintando o Sete
- 01 (um) Saúde Para Todos

Das 52 atividades apontadas no balanço, no mínimo 32 tinham maior ou menor grau de competitividade. Atente-se para o fato que as escolinhas foram excluídas do item competição, bem como o festival de escolinhas, o festival da juventude e o Projeto Verão Vivo, que incluía outras atividades além das competições de beira de praia.

Para além do exame do conjunto das atividades, algumas notícias veiculadas no “*Informação*” também ratificam a existência das contradições apontadas há pouco. Enquanto a Diretora de Esportes Comunitários (conforme o boletim de setembro/outubro/96) preocupava-se com a situação encontrada no início da Administração Popular, em que a “*relação entre a Fundação e as comunidades se resumia a construção de campos de futebol ou ao apoio material, bolas e uniformes*”, portanto uma distorção já constatada quando do início da gestão da Frente Popular, no boletim da FME, de julho de 1995, na página 3, sob o título “*Esporte leva obras às comunidades*”, lê-se o seguinte:

“Promover campeonatos não é a única função da FME. Equipar os bairros com infra-estrutura para a prática do esporte é outra coisa que a Fundação tem feito. (...) No Saco Grande, por exemplo, foi entregue recentemente à comunidade um campo de futebol suíço, com iluminação, que vai beneficiar quatro times (Flameguinho, Zekétis, Associação Familiar do MonteVerde e Aprocom), mas é também aberto à comunidade em geral(...).”

No mesmo sentido pode-se ler na página 02 do boletim de março de 94:

(...) gostaríamos de registrar nossos agradecimentos à Fundação Municipal de Esportes (...) através de seus Superintendentes (...) pelo inestimável auxílio prestado

ao Departamento Metropolitano, quando da concessão de troféus para a premiação aos Clubes participantes do campeonato Metropolitano”.

Salvo melhor juízo, é imperioso concluir-se no sentido de que a relação distorcida entre a FME e as comunidades, identificada desde o início da administração, conforme o relato há pouco citado, ainda perdurou durante a gestão da Frente Popular na FME.

Encaminhando para o final, vale ainda citar uma última contradição entre o texto do editorial assinado pelo Superintendente geral da FME, quando ele afirma que a busca por status e manchetes de jornais estaria levando muitos dirigentes a transformar os jogos “num comércio de troféus” (“*Informação*” - setembro/outubro/95, página 02) e a prática desenvolvida pela assessoria de imprensa da FME. É o que pode ser visto na página 03, do “*Informação*” de setembro/outubro de 1996, onde está publicado em destaque a seguinte nota:

“Você sabia que... Nos três primeiros anos da gestão Sérgio Grando (Frente Popular), a capital, além de trazer de volta os Jogos Abertos em 94, conquistou 14 troféus de campeã por modalidade nesta competição? Só para comparar, na gestão de Edison Andrino (86, 87 e 88) foram dez, o mesmo número obtido no governo Bulcão Viana (PFL) em seus três primeiros anos”.

Por evidente, estou dispensado de tecer qualquer comentário adicional.

Tenho, ainda, o dever de apresentar minha discordância do teor da denúncia apresentada pelo comentarista Roberto Alves, na época à frente do programa “*Record nos Esportes*”, citada na página 08 do boletim citado logo acima. Alves, teria denunciado, segundo a FME, equivocadamente, o atraso no pagamento de bolsas a atletas, desvio de objetivos e politicagem. Segundo o Superintendente Luiz Henrique Costa, a FME mantinha então “*mais de 200 bolsistas, entre técnicos e atletas, o que representa um investimento mensal superior a 40 mil reais*”. Sem dúvida que o senhor Roberto Alves equivocou-se completamente, pois o foco da denúncia não foi bem dirigido, pois em uma administração municipal carente de recursos, conforme os relatos nos boletins da FME, a denúncia deveria ter outro objetivo, qual seja o de esclarecer a opinião pública a respeito do uso de dinheiro público para financiar uma atividade no mínimo carente de sustentação política e moral.

Finalmente, antes de passar às conclusões, desejo reafirmar que a intenção deste estudo não é outra senão possibilitar o avanço de novas experiências de administração pública, a partir da bela experiência da Administração Popular à frente da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Como não poderia deixar de ser, o estudo pode assumir, para alguns, um aspecto negativista além do necessário. No entanto, para que possamos construir novos caminhos, a partir da experiência aqui examinada, era preciso vasculhar as entrelinhas e, principalmente, aqueles aspectos que na minha visão de pesquisador comprometido com a construção de uma sociedade radicalmente democrática, precisam ser pinçados e postos sob a luz e a lente de um microscópio que nos permita identificar exatamente as falhas que tenham ocorrido, por menor que sejam, pois não podemos repeti-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encaminhar as considerações finais deste estudo é importante resgatar a sua origem. Foi buscando oferecer uma contribuição para a luta por melhores condições de vida, que iniciei a caminhada na tentativa de responder àquela pergunta formulada por um colega e que continua ecoando, dia após dia. *O que eu posso fazer para que as pessoas sejam felizes?* Longe de pretender abrir qualquer discussão filosófica acerca do que seja a felicidade, ou mesmo se ela existe, ou ainda, se pode concretamente receber contribuições alheias, tenho usado esta expressão no sentido de uma vida melhor, ou seja, quando digo felicidade, quero expressar satisfação com a vida presente.

É certo que não poderei jamais saber se efetivamente contribuí, através deste trabalho, para a satisfação de outras pessoas. É certo também que uma simples dissertação de mestrado não há de ter jamais a pretensão de ser, por si só, a geradora de alguma transformação. No entanto, ao concluir este estudo, tenho a certeza que o faço em um bom tempo, em um tempo onde foi possível alcançar a compreensão de que por mais que se faça, nunca se terá feito tudo e, por pouco que se faça, algo terá sido feito. Assim, esse estudo trás como proposta a possibilidade de refletirmos sobre nossos atos, com a clara convicção de que os fatos aqui examinados, se não representam tudo o que era possível ter sido feito pela Administração Popular, significaram um passo muito importante na construção de uma nova forma de fazer política e de administrar as cidades.

Da mesma forma, se este estudo não tem a profundidade que alguns gostariam, tem a sinceridade possível de quem tem, na luta por uma sociedade mais justa, o seu objetivo de vida. Portanto, as conclusões que se seguem, não têm por objetivo expor o esforço de companheiras e companheiros a qualquer tipo de julgamento, mas sim abrir para nós, que ainda não tivemos aquela experiência, a possibilidade de um aprendizado que nos conduza a patamares mais elevados no entendimento da administração pública numa perspectiva mais humana e mais solidária.

Começarei por confrontar os resultados da análise dos documentos com os objetivos deste estudo, verificando a questão da disputa do tempo disponível dos trabalhadores urbanos, passando pelos demais objetivos e terminando pelos pressupostos que

orientaram a formulação da Frente Popular sobre as políticas públicas de lazer. Por fim, apresento algumas reflexões e sugestões a respeito do tema em discussão.

1. *Havia na proposta da Frente Popular uma preocupação em disputar o tempo disponível dos trabalhadores urbanos, oferecendo à comunidade alternativas aos produtos da indústria cultural?*

O lazer foi apontado, no início do Programa de Ação de Governo, como um dos direitos básicos do cidadão, juntamente com educação, saúde, trabalho e cultura. Considerar o lazer como um direito básico foi um avanço, mas que infelizmente foi em seguida desconsiderado, pois o item referente a Esporte e Lazer centrou-se sobre as questões do esporte, não abrindo uma discussão específica acerca do lazer. O que pode ser visto, na proposta setorial, é a indicação do esporte como a atividade principal a ser desenvolvida pela FME. Mais do que isso, o esporte de competição, com a finalidade de formar equipes representativas da cidade. O lazer foi sempre citado como um espaço de práticas esportivas, quase que reduzindo as possibilidades do lazer ao âmbito dos esportes. Dessa forma, não é possível vislumbrar na proposta da FP para o setor lazer, algum objetivo no rumo da contraposição às ofertas da indústria cultural, uma vez que justamente o esporte de rendimento é a expressão máxima do que nos é vendido como um produto bem acabado. Esporte este que é um dos principais veículos da propaganda do sucesso conquistado individualmente, a partir do esforço e da dedicação de cada indivíduo que se torna um *vencedor*. Assim, a proposta do setor lazer aparece submetida aos interesses conservadores do esporte, por sua vez mantidos no item 05 PAG (Esporte e Lazer). Portanto, se não houve avanço na busca de propor um claro questionamento do esporte enquanto produto para consumo, colocando o lazer no centro das reflexões acerca da criação de novos espaços de resistência e de recriação cultural, penso que não houve a preocupação em oferecer alternativas ao que a indústria cultural disponibiliza em termos de lazer. Discussão esta que, se não fosse central, seria pelo menos prudente que permeasse as atuais propostas de políticas públicas de lazer.

Por outro lado, se não é possível verificar essa atenção na proposta da FP, na prática, projetos levados a cabo pela FME tiveram a preocupação com o resgate cultural das comunidades de Florianópolis. É o caso *do Pintando o Sete*, *o Lazer de Todos* e *o Esporte Solidário*, que embora passíveis de críticas em algum aspecto, no que tange à oferta de opções

que se contrapunham às da indústria cultural, tiveram a preocupação em apontar o resgate das atividades lúdico-motoras a partir das culturas comunitárias, o que sem dúvida possibilita a necessária reflexão acerca das atividades desenvolvidas. O que se vê então é um salutar descompasso das ações da AP em relação às propostas contidas no PAG.

2. *As propostas setoriais de lazer estavam conectadas com as demais políticas setoriais?*

No que pode ser visto, não houve ligação entre a proposta setorial de lazer e as demais propostas setoriais. Isso pode ser dito a partir da observação feita do item referente a Esporte e Lazer, que desconsidera qualquer discussão acerca, por exemplo, da proposição da criação de um Conselho Municipal de Esporte e Lazer, ou ainda, de dois conselhos, um para o esporte e outro para o lazer. Esses conselhos seriam um passo na direção da materialização da proposta de *controle social* contida no item 06 das propostas para a Administração Pública, do PAG. Outros setores tiveram a preocupação citada acima e propuseram a criação de conselhos.

Segundo o exame da proposta setorial de lazer, confirma-se também a inexistência da ligação aludida pelo fato da proposta setorial de lazer contradizer os *eixos centrais* e os *suportes básicos* apresentados no PAG e citados no início do terceiro capítulo.

3. *Que conceito de lazer podemos extrair da proposta da Frente?*

Como já foi dito, a proposta da Frente Popular foi ousada ao nomear, em 1992, o lazer como um dos direitos básicos do cidadão. No entanto, o lazer em conjunto com o esporte, foi apontado como uma atividade voltada para a integração social, pois permitiria reunir pessoas de diferentes classes sociais. Primeiramente pode-se perceber o lazer entendido como uma atividade asséptica, livre de interesses ideológicos e políticos, pois ao considerá-lo como atividade de integração social, pode estar sendo a ele atribuído o poder de dissolver as diferenças culturais existentes, desta maneira tentando igualar o sentido que tais atividades poderiam ter para cada grupo social. Por outro lado, pode-se também, a partir dessa observação, entender o lazer com um papel social assumido, qual seja o de obscurecer as graves desigualdades. Essa pretensa homogeneização também não condiz com os *suportes básicos* de uma administração popular, pois tende a escamotear os conflitos sociais e a imobilizar as classes chamadas de subalternas, na medida em que estas são colocadas, pelo menos nos momentos de lazer, em uma pretensa (e inexistente) igualdade com as classes sociais que detém o controle político da sociedade.

Assim, penso que o conceito de lazer contido, mas não explicitado, na proposta setorial de lazer da FP, vai ao encontro da corrente de pensamento que vê o lazer como uma oportunidade de mercado, oferecendo produtos à consumidores na maioria dos casos completamente impotentes para ver além do invólucro da mercadoria à venda.

4. *As ações propostas apontam para uma mudança de concepção na forma de governar, no sentido de privilegiar a participação da maioria da população na tomada de decisões?*

Dos quatro eixos fundamentais do PAG, apresentados no início do terceiro capítulo, três privilegiam a participação popular, a saber: *transparência administrativa/gestão democrática; participação popular/cidadania e inversão de prioridades*. Também todos os 09 *suportes básicos* (igualmente citados) apontam para uma gestão mais democrática e participativa, apontando inclusive para uma inversão de prioridades no modo de governar a cidade. Portanto, do ponto de vista do PAG, havia a preocupação em buscar formas de participação popular no sentido de romper com a tradição política de exclusão das maiorias dos processos decisórios.

5. *Havia na proposta a preocupação com a manutenção e/ou ampliação de espaços destinados ao lazer?*

Esse foi um aspecto que indiretamente recebeu atenção na proposta setorial, pois ao tratar da ampliação de espaços destinados à prática de esportes, foi tratada a necessidade de ampliação dos espaços destinados ao uso da população para fins de lazer. Foi o caso da proposta de rever a utilização dos aterros e das baías Norte e Sul, bem como o incentivo ao uso de locais particulares para competições e a cedência de espaços privados sub-utilizados ou abandonados no regime de comodato com a possibilidade da isenção de impostos. A única referência direta aos espaços públicos destinados ao lazer, foi a proposta de um *estímulo* à sua criação.

No entanto, pode-se observar em outros setores do PAG a preocupação com os espaços da cidade, como é o caso da ampliação do calçadão indicada no item 02, *Desenvolvimento Econômico* e o anúncio, na parte destinada ao *Planejamento Urbano*, item 11, do combate à *segregação sócio-espacial* que empurra as pessoas para lugares desprovidos das mínimas condições de moradia.

6. *Qual a proposta de participação popular na formulação das políticas públicas de lazer?*

Como foi citado há pouco, havia no PAG a proposta de incluir a maioria da população nos processos de planejamento e administração da cidade. No entanto, a proposta setorial de lazer deixou uma grande lacuna, pois não deu conseqüência àquelas propostas, deixando inclusive, como já foi apontado, de propor a criação de um conselho municipal. Da mesma forma, a proposta era de elaborar projetos *para* as comunidades, desconsiderando a priori a efetiva participação popular na elaboração dos programas e projetos. É sugerido que os projetos sejam elaborados de acordo com os anseios das comunidades, porém não é apontada nenhuma estratégia para a participação popular nas decisões.

Quais os pressupostos que orientaram a Frente Popular de Florianópolis na elaboração de sua proposta de política pública de lazer?

Ao analisar o Programa de Ação de Governo da Frente Popular, deparei-me com duas realidades distintas. A primeira, representada pelo conjunto do PAG, à exceção do item 04 05 (Cultura e Esporte e Lazer, respectivamente) e a segunda constituída justamente por esses itens ora citados.

O conjunto do Programa reflete uma discussão mais elaborada em relação à uma visão de organização das cidades. Fundamenta suas propostas em estudos bem elaborados acerca da realidade sócio-econômica e aponta eixos que significavam um rompimento com as tradições políticas de Florianópolis, principalmente no que concerne à possibilidade da participação popular nas decisões mais importantes para a cidade. Em onze itens, são feitas proposições que avançam para uma concepção mais democrática e participativa, colocando sempre a cidadania como eixo central de referência das propostas.

Porém, a outra realidade, representada pelas propostas nas áreas de cultura, esporte e lazer, evidencia um descompasso entre estes setores e o conjunto das demais onze áreas apresentadas no PAG.

Em relação à cultura foi possível detectar uma larga diferença entre os significados atribuídos à esta expressão, neste trabalho e no PAG da Frente Popular. O conceito de cultura que permeou a elaboração das propostas de governo, salvo outro entendimento, entende cultura como o conjunto de bens simbólicos produzidos por grupos artísticos mais as manifestações folclóricas. Não há aqui a menor possibilidade, nem intenção, de apontar acertos e erros em tal compreensão. Acredito que basta apontar que desta forma a cultura é colocada como produto de consumo a ser vendido por grupos responsáveis por sua

produção. Não sendo a cultura manifestação do conjunto de cada comunidade historicamente situada, torna-se difícil compreender as ligações entre cultura e lazer na perspectiva apontada ao longo deste estudo, posto que entendo o lazer como um espaço privilegiado para o surgimento de uma nova cultura, no qual novos valores contribuam para o questionamento da ordem social injusta, de certa forma imposta pela minoria e apontem para a possibilidade de construção de uma sociedade melhor. Uma cultura, ou culturas, onde o consumo não seja o objetivo de vida, onde o lucro não determine as formas de organização produtiva e onde as pessoas possam voltar a sonhar com uma humanidade mais solidária.

Infelizmente não encontrei melhor expressão para caracterizar o item referente a esporte e lazer: pára-quedas. Justifico esta expressão em virtude daquele item parecer completamente estranho ao conjunto do PAG, dando a entender que foi inserido em uma lacuna, sem no entanto haver compatibilidade entre o geral da proposta e o específico relacionado ao setor lazer. Digo isto em função da percepção acerca do conceito de lazer presente naquelas propostas. O que se percebe é o tratamento do lazer como algo útil, capaz de melhorar a saúde através da atividade física e promover a integração social.

Afinal, saúde de quem? Das 58.000 pessoas (23% da população de Florianópolis à época) que o PAG citava, segundo o IPUF, como carentes e moradores de barracos de madeira?

Integração social de quem? Entre os habitantes da Beira Mar Norte e os das encostas íngremes e vales insalubres?

Outro aspecto a salientar é a preocupação presente com o aproveitamento do lazer como fonte geradora de renda, haja vista a proposta em relação às baías e aos aterros visando o fomento do turismo alternativo.

Sendo assim, posso concluir que a proposta de lazer da Frente Popular desafinou em relação ao conjunto do PAG, centrou sua preocupação no esporte, não se conectou aos demais setores da proposta e utilizou-se de uma concepção de lazer que não refletia uma das preocupações centrais do Programa, qual seja a de ampliar os espaços da cidadania, fortalecer a participação popular e inverter as prioridades na forma de governar a cidade.

O utilitarismo evidenciado na proposta, reduz a possibilidade de se pensar em um lazer que não se torne presa fácil da indústria cultural, onde os eventos sejam os principais produtos da lista de ofertas.

Há que se ressaltar também, como há pouco foi dito, que a prática da FME demonstrou uma correção nos rumos traçados no PAG, senão exatamente na direção que este trabalho sugere, mas avançando em muito em relação às propostas do Programa, o que parece vem confirmar a idéia que, durante a elaboração do PAG, pouca atenção foi dada à elaboração de uma proposta mais consistente de políticas públicas de lazer.

Finalmente, cabe resgatar o objetivo desse trabalho. Compreender o norte conceptual que orientou a elaboração das políticas públicas de lazer da Frente Popular de Florianópolis. Nesse sentido é possível dizer que as propostas setoriais para o lazer apresentadas no PAG, constituíram-se em uma flagrante contradição com os eixos centrais e suportes básicos anunciados no início do Programa de Ação de Governo. Isso pode ser afirmado diante das evidências apontadas na análise do setor lazer e do conjunto do Programa, onde as propostas setoriais se fundamentaram em conceitos há muito superados no âmbito de uma Educação Física que se pretendesse crítica e transformadora. A quase redução completa das propostas ao debate em torno do esporte deixou evidente a ausência de uma equipe multidisciplinar no momento da elaboração da proposta. Como já foi dito, o lazer é algo por demais importante para ficar submetido a compreensão de apenas uma área do conhecimento, por mais competentes que sejam seus interlocutores.

Portanto, atingir o objetivo desta pesquisa implicou em fazer um diagnóstico com um olhar diferente, mas não adversário, um olhar companheiro. Um diagnóstico que possa em alguma medida contribuir para abrir a discussão acerca do tema em locais que ainda não tiveram o privilégio, como teve Florianópolis, de experimentar uma nova forma de fazer política, onde o povo não seja *apenas um detalhe* como disse a então Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello, mas o centro, o motivo e o protagonista de toda a política. Por isso, ainda vale lembrar que há aqui nenhum juízo de valor sobre o que foi feito ou sobre o trabalho de quem teve a difícil e honrosa tarefa de integrar a Administração Popular. Digo isso para que não se instale nenhuma dúvida acerca dos objetivos deste trabalho. Ao me referir às concepções de lazer presentes nas propostas, o faço com a clareza de que estou me

reportando, em 1999, a um referencial apresentado em 1992, quando as discussões sobre esporte e lazer na Educação Física eram ainda mais incipientes do que o são hoje.

Contribuição à futuras reflexões

O Estado não pode deixar de se ocupar com um aspecto essencial da vida das pessoas deste final de século, o lazer. Da mesma forma como faz (ou deveria fazer), com a saúde, a educação, o transporte e outras áreas fundamentais para a nossa sobrevivência saudável. Sendo o lazer essencial, e o é para todos, — não somente para quem pode pagar por ele, ou tem tempo para dele usufruir livremente — o poder público deve encarregar-se de pensar e executar políticas de lazer que atendam ao conjunto da população, independentemente de estarem dentro ou fora do mercado, ou seja, tratando as pessoas como cidadãs e cidadãos e não apenas como consumidores.

O direito à vivência cultural, ao espaço e ao tempo não pode ser restrito às poucas camadas sociais que têm condições (e sabemos porque o têm) de desembolsar grandes somas para que seus filhos possam usufruir dos benefícios advindos das práticas de lazer. O lazer é direito de todos e a todos deve ser garantido.

1. O espaço

Talvez aqui resida o centro das possibilidades de intervenção das prefeituras. Qual é a dinâmica de elaboração dos planos diretores e de obras das nossas cidades?

Novamente ganha destaque a questão do combate à especulação imobiliária. O solo urbano não pode ser instrumento de enriquecimento de uns poucos em detrimento do seu uso pela maioria. É preciso reservar e preservar espaço suficiente para que os habitantes das cidades possam sentir-se realmente humanos. Como se não bastasse o confinamento da maioria da população em habitações desprovidas de espaço, onde a privacidade há muito deixou de existir, querem alguns, e têm conseguido, restringir também os espaços públicos.

Mas, afinal, *na prática*, o que é possível fazer além disso?

Se somente isso fosse feito já seria um grande passo. Mas pode ser feito mais, por exemplo:⁴⁵

* ampliar o número de parques, praças, salas de projeção, teatros, humanização das vias públicas, bibliotecas, quadras de esportes e outros equipamentos;

⁴⁵ Algumas das idéias aqui apresentadas foram discutidas por Valter Bracht, 1992.

* no mínimo, conservar adequadamente os equipamentos e os espaços públicos já existentes (que via de regra são poucos);

* democratizar a discussão sobre a ocupação do solo urbano;

* determinar, através de lei, o cumprimento de normas que garantam espaços adequados ao bem viver na construção de condomínios, conjuntos habitacionais, escolas, hospitais e prisões;

* instituir as escolas municipais como centros de cultura e espaço de lazer;

* discutir previamente, com técnicos e com a comunidade, a construção de instalações e equipamentos destinados ao lazer;

* privilegiar, na construção de espaços destinados ao lazer, uma relação de harmonia com o ambiente natural, preservando-o;

* não reproduzir, na construção de espaços de lazer, a lógica, por exemplo, do esporte de rendimento; isto significa que talvez seja melhor ter cinco quadras com arquibancada para 500 pessoas à uma quadra apenas com arquibancada para 3.000 pessoas;

Entretanto, essas idéias e outras muito mais criativas e inovadoras, que surgirão por certo ao se discutir sobre o lazer, de nada valerão se não forem acompanhadas da compreensão geral que as orienta, ou seja, a necessidade primordial de inversão das prioridades, isto é, governar em benefício real da maioria e além disso, governar *com* a maioria.

Os espaços públicos precisam de atenção do poder público e da comunidade, que passa a sentir-se responsável por eles quando participa do processo de sua criação. Compete, pois, às prefeituras criar e manter um corpo técnico, profissional, capaz de atuar com consequência nos espaços gerados e geridos pelo poder público. Essas equipes devem ser multi e inter-disciplinares,⁴⁶ descartando desde logo o monopólio de qualquer área do conhecimento. O lazer é por demais importante e deve ser tratado profissionalmente pelo conjunto das pessoas que pensam e elaboram sobre ele, sejam professores, arquitetos, sociólogos, antropólogos, filósofos, psicólogos, recreacionistas, assistentes sociais, engenheiros. Enfim deve reunir todo o conhecimento disponível e relevante para a sua consecução.

⁴⁶ Sobre a interdisciplinariedade no e do lazer, ver o texto de Leila Pinto, In: Marcellino, 1996: 60-67.

2. O tempo

Durante o trabalho, somos controlados pelo relógio do patrão, ou, do gerente, ou ainda, do chefe imediato. Na verdade, o controle é exercido pelas necessidades da produção, em última instância, pelos desejos do mercado. E fora do trabalho, somos realmente donos do nosso tempo?

Partilho da compreensão que existe na sociedade uma disputa pelo tempo das pessoas. Fora do trabalho, a todo o instante, são oferecidas oportunidades de uma *ocupação sadia do tempo livre*". No entanto, é preciso discutir o quanto existe de tempo e o quanto somos realmente livres dentro dele. Pensando na quantidade de horas que uma pessoa, principalmente nos grandes e médios centros urbanos, ocupa com o trabalho, deslocamentos e a atividade em si, fica a noção de que não há, pelo menos para a maioria da população, um tempo "*livre*" suficientemente capaz de lhe proporcionar uma escolha de como desfrutá-lo. No comum, o tempo fora do trabalho é o tempo de recomposição das energias para o dia seguinte. E no caso das mulheres, mais comumente, é o tempo da jornada de trabalho doméstico.

O que pode fazer uma prefeitura em relação ao tempo das pessoas? A jornada de trabalho está definida na Constituição Federal.

Começa justamente por aí. A Constituição Federal está sujeita a emendas. Não pode uma prefeitura encampar a luta pela redução da jornada de trabalho? Organizar ou ajudar a organizar os trabalhadores no sentido de obter êxito na luta pela redução da jornada pode ser uma tarefa do poder público. Isso diz respeito ao bem estar dos cidadãos, ao bem comum, à felicidade das pessoas. Tarefa essa que, em hipótese alguma significa assumir o papel dos sindicatos e das centrais, senão que representa um acréscimo àquela luta.

Quem organiza o trânsito nas cidades são as prefeituras municipais. São elas também que controlam o transporte coletivo (ou deveriam controlar). Então elas podem pensar e promover melhorias no sistema viário das cidades que permitam diminuir o tempo de deslocamento gasto diariamente. Podem também promover melhorias no transporte coletivo. Por exemplo, a implementação do transporte 24 horas, poderia proporcionar maior liberdade de deslocamento às pessoas, para fazer visitas, ir a festas, cinemas, teatros, shows ou simplesmente passear por sua cidade no horário que melhor lhe fosse adequado. E nos

finais de semana? Você já experimentou, num domingo, sábado ou feriado, vestir sua melhor roupa, seu melhor calçado e embarcar em um ônibus antigo, sujo e superlotado? Ou ir à praia com a família, de ônibus?

Justamente nos dias em que a maioria da população tem algum tempo *disponível* há um número bem menor de horários no transporte coletivo. É por isso que julgo correto falar em confinamento. Quem não possui transporte próprio fica à mercê do mercado e dos empresários do sempre lucrativo transporte coletivo. Assim, é comum que a opção seja não deslocar-se, mas permanecer em casa, confinado.

Endossar a luta pela redução da jornada de trabalho, melhorar o sistema viário e o transporte coletivo, são três idéias factíveis de serem realizadas e que por certo contribuiriam na determinação de melhorias na qualidade de vida da maioria da população.

3. A educação

A educação tem sido apontada por muitos como a grande redentora dos oprimidos. No entanto, parecem esquecer de qualificar a educação capaz de tal proeza. De início, descarto o papel messiânico a ela atribuído. Assim como a cultura, a organização popular, a participação política e a coragem de mudar, a educação é parte de um processo complexo, que exige envolvimento, participação e compromisso.

Nesse sentido é possível que uma administração municipal rompa com o formalismo e nade contra a corrente. Mais do que uma educação para o trabalho, o que vale dizer, para o mercado, como a que temos hoje, é preciso pensar uma educação para a vida, o que inclui uma educação para o lazer. Sendo que essa educação para o lazer não é tarefa exclusiva da Educação Física — como poderia ocorrer a muitos de imediato — senão que do conjunto da escola pública. Isso está ao alcance de qualquer prefeitura que tenha compromisso com a mudança e será realidade mais cedo ou mais tarde, conforme a nossa disposição para reclamar, exigir e organizar ações que levem os governantes à uma ação transformadora.

As escolas públicas transformadas em centros de cultura, abertos à comunidade, com pessoal técnico capacitado para a operacionalização das idéias, as cidades com um trânsito melhor e um transporte coletivo eficiente; uma escola pública que privilegie a reflexão, o espírito crítico, a solidariedade, uma educação para a vida e o *descobrir* da

realidade, a tanto acobertada de nossos alunos. Essa é parte de minha utopia, por enquanto um sonho, aqui, para nós, neste tempo.

No entanto, como o mundo é vasto, as pessoas se transformam e/ou desaparecem e o tempo não pára, é bem possível que isto já seja (ou tenha sido) realidade em algum lugar do mundo, em algum tempo, para algumas pessoas. Bem como poderá vir a ser, aqui ou acolá, agora ou nunca.

Depende de nossa ação, participação, envolvimento e compromisso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES. O Lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas.** Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995.
- BRACHT, Valter. Educação Física e Aprendizagem Social.** Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Educação como Cultura.** 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CANCLINI, Néstor Garcia. As Culturas Populares no Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARTA DE GOIÂNIA.** Goiânia: mimeo, 1998.
- CARVALHO, Yara Maria de. O “Mito” da Atividade Física e Saúde.** São Paulo: Hucitec, 1995.
- CECA/FNMA. Uma Cidade Numa Ilha - Relatório sobre os problemas sócios ambientais da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Insular, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 1995.
- _____. **Conformismo e Resistência.** 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CONFERÊNCIA OPERÁRIA INTERNACIONAL DE BANSKA BYSTRICA.** Eslováquia: mimeo, 1995.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988).** Brasília: Senado Federal, 1995.
- CORADINI, Lisabete. Praça XV – Espaço e Sociabilidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1995.
- CRUZ, Manoel Luís Martins da. Tempo Livre, Esporte e Lazer: Uma Proposta de Políticas Públicas para o Município de Rio Grande - RS.** Anteprojeto de pesquisa apresentado à seleção do Mestrado em Educação e Cultura da UDESC, 1995.
- DEMO, Pedro. Pesquisa - Princípio Científico e Educativo.** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Florianópolis: EDEME, 1994.
- FANTIN, Maristela. Construindo Cidadania e Dignidade - Experiências Populares de educação e organização no Morro do Horácio.** Florianópolis: Insular, 1997.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, Editora das Águas, 1998.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

- _____. Transição Para a Humanidade. In *Engels, Friedrich e outros. O Papel da Cultura nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Villa Martha, 1980.
- GENTILI, Pablo, & SADER, Emir. Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna.** 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- HORKEIMER, M. & ADORNO, T.W. Teoria da Cultura de Massa.** Mimeo, s/d.
- KUNZ, Elenor. Transformação Didático-pedagógica do Esporte.** Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1994.
- KURZ, Robert. Mataram o Lazer. Revista Isto É. 25/11/98.**
- LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça e Outros Textos.** São Paulo: Brasiliense, 1977.
- LAGO, Mara C. de Souza. Modos de Vida e Identidade: Sujeitos no Processo de Urbanização da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.
- LENK, Hans. Razão Pragmática.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- LINHALES, Meily Assbú. São as Políticas Públicas para a Educação Física/Espportes e Lazer, efetivamente Políticas Sociais ? In: Motrivivência Ano X n.º 11, Florianópolis: UFSC, 1998.**
- LÖWY, Michel . As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen.** 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Humanização.** Campinas: Papyrus, 1983.
- _____. **Lazer e Educação.** 2ª Ed. Campinas: Papyrus, 1990.
- _____. **Estudos do Lazer: Uma Introdução.** Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer.** Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. O Lazer, Sua Especificidade e Seu Caráter Interdisciplinar. In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte 12 (1, 2, 3), 1992.*
- MARQUES, Mário Osório. Escrever é Preciso: o princípio da pesquisa.** UNIJUÍ: Ijuí, 1997.
- MEDINA, João Paulo Subirá. O Brasileiro e Seu Corpo.** 3ª Ed. Campinas: Papyrus, 1991.
- MIGUEL, Luís Felipe. Revolta em Florianópolis – A Novembrada de 1979.** Florianópolis: Insular, 1995.
- ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PELLEGRIN, Ana de. O Espaço de Lazer na Cidade e a Administração Municipal. In: Marcellino, N. Políticas Públicas Setoriais de Lazer.** Campinas: Autores Associados, 1996.
- PIACENTINI, Telma Anita. O Morro da Caixa D'Água.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. A Construção da Interdisciplinariedade no Lazer: Experiência Política da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - M.G. In: Marcellino, N. Políticas Públicas Setoriais de Lazer.** Campinas: Autores Associados, 1996.

PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTIN, Silvino. Educação Física: Temas Pedagógicos. Porto Alegre: EST/ESEF, 1992.

_____. **Educação Física: da Alegria do Lúdico à Opressão do Rendimento.**
Porto Alegre: EST/ESEF-UFRGS, 1994.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas Sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; *ou* subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? *In: Motrivivência Ano X n.º 1*, Florianópolis: UFSC, 1998.

RODRIGUES, José Carlos. Antropologia e Comunicação: princípios radicais. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAZ, Nelson Popini. O Centro Histórico de Florianópolis - Espaço Público do Ritual.
Florianópolis: UFSC, 1991.

FONTES DE PESQUISA

CASTRO, Rosângela Laura Ventura Gomes de Castro. Uma Experiência na Área do Lazer. Relato do trabalho desenvolvido pela Administração Popular 93/96. Florianópolis: mimeo, 1996.

F.M.E. AGORA A VEZ DO POVO — PROGRAMA DE AÇÃO DE GOVERNO — FRENTE POPULAR. Florianópolis: mimeo, 1992.

_____ **PROJETO PINTANDO O SETE.** Florianópolis: mimeo, s/d.

_____ **Projeto Natação Popular.** Florianópolis: mimeo, 1996.

_____ **Projeto de Atuação Comunitária: Esporte Solidário.** Florianópolis: mimeo, 1996.

_____ **Projeto de Ocupação do Aterro da Baía Sul – Centro Esportivo, Cultural e de Lazer.** Florianópolis: mimeo, s/d.

_____ **Projeto Lazer de Todos.** Florianópolis: mimeo, s/d.

_____ **Projeto de Atuação Comunitária – Esporte Comunitário Conjunto Residencial Itambé.** Florianópolis: mimeo, 1996.

_____ **Informação - Boletim da Fundação Municipal de Esportes.** Florianópolis: n.º 4, novembro/1993.

_____ **Informação - Boletim da Fundação Municipal de Esportes.** Florianópolis: n.º 5, março/1994.

_____ **Informação - Boletim da Fundação Municipal de Esportes.** Florianópolis: n.º 5, julho/1995.

_____ **Informação - Boletim da Fundação Municipal de Esportes.** Florianópolis: n.º 6, setembro-outubro/1995.

_____ **Informação - Boletim da Fundação Municipal de Esportes.** Florianópolis: n.º 8, setembro-outubro/1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis de Todos - Informativo da PMF – Especial 34º Jogos Abertos. Florianópolis, outubro/novembro, 1994.

PROPOSTAS PARA AS DIRETRIZES E O FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES NO GOVERNO DA FRENTE POPULAR. Florianópolis: mimeo, 1992.